

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia
Campus de Aquidauana

OS CAMPONESES DO OESTE CATARINENSE

Regiane Martins de Oliveira Sabú

AQUIDAUANA – MS
2007

Regiane Martins de Oliveira Sabú

OS CAMPONESES DO OESTE CATARINENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação - nível Mestrado - em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia. **Orientador:** Prof. Dr. Francisco José Avelino Júnior

**AQUIDAUANA – MS
2007**

REGIANE MARTINS DE OLIVEIRA SABÚ

OS CAMPONESES DO OESTE CATARINENSE

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora em:
25 de Setembro de 2007 e foi considerada _____.

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. Francisco José A. de Oliveira Júnior
Orientador

Profª. Drª. Rosemeire Aparecida Almeida
Membro da banca

Profª. Drª. Alzira Salete Menegat
Membro da banca

**AQUIDAUANA – MS
2007**

DEDICATÓRIA

À minha família, especialmente à Tereza, minha mãe, base da minha aprendizagem e molde do meu coração. E ao Marcelo, meu pai.

Ao meu marido Everton e nossas filhas Nathália e Elisa, pelo imenso respeito às diferenças que conseguimos desenvolver nestes anos de caminhada em comum.

AGRADECIMENTOS

A todos os pensadores, especialmente aos Geógrafos, que contribuem para que a sociedade seja mais sábia e, por isto, mais justa.

Ao Professor Dr. Francisco José Avelino Júnior, orientador e amigo, pela serenidade, dedicação e confiança com que me orienta, em especial pela credibilidade que dispôs a este trabalho.

A querida professora Rosemeire Aparecida Almeida, pelos ensinamentos, pelo carinho, disponibilidade e respeito, que me dedicou.

Aos professores e alunos do curso de Mestrado em Geografia da turma ingressou no primeiro semestre de 2005, pelos ensinamentos e o companheirismo dentro e fora da sala de aula. Em especial às companheiras de hospedagem - Eliana, Lilian, Patrícia, Priscila, Rita e Simone.

A todos os amigos da Secretaria Municipal de Educação, das Escolas Jardim do Lago, Água Amarela e Agropecuária, pela colaboração nos momentos em que me ausentei.

Aos colegas dos Movimentos Sociais e da APACO pelas contribuições e carinho que dedicaram a este trabalho.

A Edilza pelos conselhos em momentos de angústia e pelas preciosas sugestões e contatos que me proporcionou.

Agradeço especialmente a todos os camponeses que me receberam e dividiram comigo suas histórias e estórias ao longo deste estudo e pela amizade que desenvolvemos para além desta pesquisa.

A todos “muito obrigado”!

“E é o fato de que o campesinato constitui um modo de ser, uma comunidade, uma cultura, toda uma visão do trabalho, do produto do trabalho e da divisão do produto do trabalho é que faz do campesinato uma força relevante. Isto é, é que coloca o campesinato como uma categoria que mostra para a sociedade não simplesmente uma participação política, uma força, mas também um modo de ser. Aponta e reaponta continuamente uma outra forma de organizar a vida”.

(Ianni *apud* GÖRGEN OFM, 2004)

RESUMO

O presente estudo é uma reflexão a respeito dos debates teóricos em relação à classe camponesa e uma proposição de compreensão do processo de colonização do oeste do estado de Santa Catarina, enquanto um processo de territorialização camponesa que resiste e se reestrutura na luta por este território. No primeiro capítulo apresentamos algumas considerações a respeito das discussões teóricas em defesa do campesinato enquanto classe inerente ao modo capitalista de produção, procuramos dialogar com os camponeses do oeste catarinense como forma de estabelecer os vínculos entre as discussões teóricas e a realidade objeto de nossa pesquisa. Por meio da abordagem da tríade “terra, trabalho e família” propomo-nos a apreender a lógica que organiza a atividade produtiva dos camponeses neste território. No segundo capítulo, desenvolvemos o debate a respeito da territorialização camponesa no oeste do estado de Santa Catarina, enquanto resultante do processo histórico de colonização deste território com imigrantes descendentes de europeus das “velhas colônias” do Rio Grande do Sul. No terceiro capítulo, discutimos a respeito do processo de modernização e industrialização do Brasil, a partir da década de 1960, e seus reflexos na territorialização camponesa do oeste catarinense, procuramos evidenciar que, se por um lado, o Estado atuou favorecendo a monopolização deste território pelas indústrias produtoras de alimentos derivados e suínos e aves, submetendo a renda da terra camponesa e se apropriando da produção de capital subordinando relações de produção não-capitalistas, por outro lado, os camponeses do oeste catarinense têm reproduzido neste território por meio da articulação em movimentos sociais, cooperativas e associações produtivas verticalizando a produção e resistindo ao processo de monopolização deste território pelo capital. As principais evidências desta pesquisa indicam a força e resistência do campesinato territorializado no oeste catarinense.

Palavras-chave: Campesinato; Território; Agroindústria.

EL RESUMEN

El presente estudio es a una reflexión con respecto a los debates teóricos en relación a las clases granjeras y una proposición de comprensión del proceso de colonización del oeste del estado de Santa Catarina, mientras un proceso de territorialización granjera que se resiste y se reestructura en la lucha por este territorio. En el primer capítulo nosotros presentamos algunas consideraciones con respecto a las discusiones teóricas en la defensa del campesinato mientras la clase inherente a la manera capitalista de producción, nosotros intentamos dialogar con los granjeros del oeste catarinense como la forma de establecer las vinculaciones entre las discusiones teóricas y la realidad objeto de nuestra investigación. A través del acercamiento de la tríada "la tierra, trabajo y familia" que nosotros proponemos aprehender la lógica que organiza la actividad productiva de los campesinos en esto. En el segundo capítulo, nosotros desarrollamos el debate con respecto de la territorialización granjera en el oeste del estado de Santa Catarina, mientras el resultante del proceso histórico de colonización de este territorio con los descendientes de inmigrantes de europeos de las "colonias viejas" de Río Grande del Sul. En el tercer capítulo, nosotros discutimos con respecto al proceso de la modernización e industrialización de Brasil, en el inicio de la década de 1960, y sus reflejos en la territorialización granjera del oeste catarinense, nosotros intentamos evidenciar que, si en un lado, el Estado actúo favoreciendo la monopolización de este territorio por las industrias que producen alimentos derivados de cerdo y aves, sometiendo a la renta de la tierra granjera y apropiándose de la producción de capital, subordinadote a las relaciones de producción de ningún-capitalistas, por otro lado, los granjeros del oeste catarinense tiene resistido fuertemente en este territorio a través de la articulación de movimientos sociales, cooperativas y asociaciones productivas verticalizando la producción y resistiéndose al proceso de monopolización de este territorio por el capital. Las principales evidencias de esta investigación indican la fuerza y resistencia del campesinato territorializado en el oeste catarinense.

Las palabras llaves: Campesinato; Território; Agroindústria.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização da microrregião geográfica de Chapecó, Santa Catarina.	23
Figura 2 - Gráfico: opinião dos camponeses em relação ao tamanho de propriedade	38
Figura 3 - Gráfico: relação de território ocupado x número de estabelecimentos agrícolas.	43
Figura 4 - Família do Sr. Marchioro no município de Quilombo.....	47
Figura 5 - Propriedade da família Stieven do município de Cunha Porá.	49
Figura 6 - Diversidade produtiva na Linha Cairú, em Coronel Freitas	59
Figura 7 – Gráfico: número de agricultores da região oeste catarinense (1980 a 2000).....	95
Figura 8 – Selo “Sabor Colonial” - UCAF	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estabelecimentos agropecuários na microrregião geográfica Chapecó, 1996 ... 41

LISTA DE SIGLAS

APACO – Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense
ASCOPER – Associação das Cooperativas do Sul
CAIs – Complexos Agroindustriais
CC – de Ciclo Produtivo Completo
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEOM – Centro de Memória do Oeste Catarinense
CEPA – Centro de Socioeconômica e Planejamento Agrícola
CIMI – Conselho Nacional da Agricultura
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOESTA – Cooperativa das Agroindústrias dos Agricultores Familiares
COOPERARE – Cooperativa Agrícola Familiar
COOPERFAMILIAR – Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar Ltda.
COOPERHAF – Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares
COOTRAF – Cooperativa de Agricultores na Agricultura Familiar
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CRAB – Comissão Regional de Atingidos por Barragens
CRESOL – Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
CUT – Central Única de Trabalhadores
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.
FETRAF/SUL – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da região sul.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola
LAC – Levantamento Agropecuário de Santa Catarina
MAB – Movimentos de Agricultores Atingidos por Barragens
MMA – Movimento de Mulheres Agricultoras
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MST – Movimento dos Sem Terra.
SAI – Sistema de Assessoria e Informações aos Movimentos Populares da Classe Trabalhadora
SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-oeste

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUDESUL – Superintendência de Desenvolvimento do Sul

TL – Teologia da Libertação.

UCAF – União Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense

ULTRAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UPL – Unidade Produtora de Leitões

SUMÁRIO

RESUMO

RESUMEN

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

LISTA DE SIGLAS

INTRODUÇÃO	14
1 CAMPESINIDADE.....	26
1.1 Campesinato enquanto classe.....	26
1.2 Camponeses na ciência geográfica.....	27
1.3 O tamanho da propriedade para o latifúndio, para o Estado e para os camponeses	30
1.4 O trabalho camponês e os conceitos de ordem moral e campesinidade	45
1.5 Sistema produtivo camponês: diversidade e alternatividade.....	58
2 TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO OESTE CATARINENSE?.....	66
2.1 Territorialização: a geografia camponesa no oeste catarinense	66
2.2 A guerra do Contestado nos primórdios da expansão do capital no oeste catarinense..	70
2.3 O Processo de colonização no oeste catarinense: territorialização camponesa?	75
3 RESISTÊNCIA CAMPONESA NO OESTE CATARINENSE.....	84
3.1 (Agro)indústrias: Monopolização do território oeste catarinense pelo capital industrial?	84
3.2 Os movimentos sociais da agricultura no oeste catarinense.....	93
3.3 O sistema cooperativo, o associativismo e a produção agroecológica enquanto estratégia de resistência camponesa no oeste catarinense: a experiência da APACO	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
ANEXOS	123
ANEXO A – Roteiro das entrevistas realizadas com os camponeses.....	125
ANEXO B – Tabela: características agropecuárias dos municípios da microrregião de Chapecó no oeste catarinense.....	126
ANEXO C – Gráficos: População rural e urbana na microrregião de Chapecó	128

INTRODUÇÃO

O estudo da questão agrária brasileira apresenta inúmeras particularidades que decorrem das contradições e conflitos da história do acesso a terra no Brasil. Todas estas particularidades (do caboclo, do posseiro, do colono,...) têm dois importantes pontos em comum:

- Um é a Lei de Terras de 1850, que marcou restrição do acesso a terra no Brasil, tornando-a mercadoria e impedindo sua apropriação pela classe trabalhadora, e;

- Outro é a incorporação do Brasil ao capitalismo mundial, principalmente a partir da década de 1960, quando o governo federal patrocinou com amplos incentivos a modernização e industrialização do Brasil, estimulando a tecnificação do campo e o êxodo rural. Estrategicamente gerando mão-de-obra nos centros urbanos e dificultando o trabalho na agricultura daqueles que não pudessem modernizar sua propriedade.

Estes marcos são referenciais nos estudos que envolvem a questão agrária brasileira, respeitando-se as particularidades históricas de cada região no território nacional.

Nesse estudo buscamos compreender as particularidades do acesso a terra no oeste de Santa Catarina sem desconsiderar o contexto brasileiro, por isso desenvolvemos nossa análise relacionando-a a esses momentos da história do Brasil e procuramos explicitar as contradições que tornaram este território um domínio camponês na atualidade, bem como, apontando as estratégias que favorecem a recriação desta classe nas entranhas do modo capitalista de produção.

O objeto de análises desta pesquisa foram os camponeses¹ do oeste do estado de Santa Catarina, regionalmente conhecidos por colonos, considerando a atuação do Estado brasileiro, a expansão do modo capitalista de produção na agricultura e as estratégias de recriação do campesinato neste território.

No que se refere à atuação do Estado procuramos destacar duas ações que tiveram importantes reflexos na territorialização camponesa:

- Uma das ações do Estado nacional, que interferiu diretamente na colonização do oeste catarinense, foram as políticas de colonização da região sul do Brasil através de imigrantes europeus no final do século XIX e início do século XX, e outra;

- Foram os incentivos a modernização e industrialização do Brasil, a partir da década de 1960, que se refletiram no oeste de Santa Catarina na subordinação do campesinato a indústria de derivados de suínos e posteriormente aves, por meio da integração da produção.

No que se refere à expansão do modo capitalista de produção no campo, apontamos a ação do capital industrial para extrair a renda da terra camponesa, sendo que no oeste catarinense, esta ação consolidou-se através dos contratos de parceria da produção entre as indústrias e os colonos, num processo de monopolização deste território pelo capital.

Diante deste contexto - de atuação do Estado nacional em favor das elites e do capital industrial submetendo o campesinato - desenvolveram-se no oeste catarinense diferentes estratégias de recriação que garantiram e ainda garantem o domínio campesino neste território. Este foi o principal objetivo desta pesquisa, onde se buscou perceber como historicamente a classe camponesa se recriou no oeste catarinense e quais foram suas principais estratégias para resistirem à expansão territorial do capital.

É importante, a princípio, esclarecer que os dados e objetivos do projeto inicial passaram por um amadurecimento resultante, tanto do estudo das bibliografias sobre o tema, quanto dos conhecimentos construídos ao longo das disciplinas do Programa de Mestrado, do levantamento dos dados da pesquisa e, principalmente, das entrevistas com os agricultores. Esse amadurecimento não

¹ Entendemos por camponeses, todos os agricultores que dispor de pequenas unidades produtivas, utilizam o trabalho familiar na produção que tem como principal característica a diversidade e a alternatividade, fruto de relações sociais e produtivas fundadas em valores morais que norteiam a ética camponesa e têm como categorias nucleantes os conceitos de "terra, trabalho e família" definindo sua campesinidade (WOORTMANN, K., 1990).

significou uma mudança em relação ao objeto proposto, mas uma inversão dos objetivos em relação a este objeto².

A princípio pretendia-se investigar as relações de subordinação destes agricultores às indústrias de alimentos derivados de aves e suínos e restringirmos nossa análise ao processo de expropriação destes agricultores por estas empresas. Ao longo das pesquisas, no entanto, foi se percebendo que os camponeses do oeste de Santa Catarina não se restringem a 'produtores integrados', muito pelo contrário, são agricultores que, em grande parte, já perceberam o sistema de extração de sua renda da terra e algumas vezes podem optar por não se integrarem às indústrias, mesmo porque cada vez mais a indústria exclui dos processos de integração parcelas significativas de camponeses que segundo a indústria não interessam ao sistema, isto é, a indústria opta por integrar os camponeses que se propõe a aumentar os investimentos e a escala produtiva e muitos têm dificuldades em adequar-se aos padrões das empresas ou mesmo preferem não se sujeitar à tamanha dependência. Quando se integram têm nessa atividade uma estratégia de recriação, pois se por um lado a integração ou parceria – como algumas empresas se referem – extrai a renda da terra camponesa em favor da indústria, por outro lado favorece o domínio camponês do território, ou seja, apesar da monopolização deste território pelo capital industrial do referido ramo de atividade, a territorialização camponesa se reforça, pois os camponeses continuam com a posse da terra, e têm buscado, cada vez mais, as alternativas de produção e inserção no mercado.

Diante disto seria obsoleta a discussão que restringisse os camponeses desse território a 'agricultores integrados', apesar de todas as dificuldades que a classe camponesa enfrenta (seja a falta de subsídio ou de linhas de crédito, entre outras), ela resiste no campo com muita força, e ao longo das pesquisas essa força impressionou de tal maneira que o objeto da pesquisa passou da análise pela ótica da produção integrada para a análise pela ótica da produção da vida.

Nesse sentido, o objetivo da pesquisa transferiu-se do estudo do processo de expropriação camponesa através dos contratos de integração e parceria, para a compreensão das estratégias de recriação do campesinato, onde a integração figura como uma das estratégias, pois, se por um lado pode significar a perda da autonomia produtiva camponesa, por outro lado, no conjunto das atividades

² Como esclarecemos anteriormente, este projeto tem como objeto de estudo os camponeses do oeste do estado de Santa Catarina.

produtivas, representa uma estratégia para a conquista da autonomia, visto que, a integração funciona como uma atividade que permite a permanência de um número maior de filhos na propriedade, uma vez que por meio dela se tem a racionalização do espaço produtivo.

Para abranger a complexidade do objeto proposto o objetivo desse estudo estendeu-se às outras estratégias de recriação dos camponeses no oeste catarinense; desde a sua territorialização, a partir do início do século XX, até os dias atuais. Buscando ainda, apontar as possibilidades e perspectivas do campesinato neste território.

Além do estudo da integração com a indústria de alimentos derivados de aves e suínos, que interpretamos como uma das estratégias de recriação do campesinato, apontamos também outras estratégias dos camponeses para resistirem à territorialização do capital.

Uma delas é a diversidade produtiva que, como veremos, favorece a recriação dos camponeses, pois ao diversificar a produção o camponês consegue obter renda – mesmo que restrita – e se houver perda de uma safra, outras atividades produtivas poderão suprir essa defasagem. É comum, entre os camponeses desse território, a divisão da propriedade em dois ou três ramos de atividade para o mercado e as culturas de auto-consumo. Sendo que as culturas de auto-consumo garantem a alimentação da família e diminuem a necessidade de endividamento para compras de gêneros alimentares básicos; e, as culturas para o mercado garantem a renda necessária à recriação das condições de produção camponesa. Nesse tripé - posse da terra, condições de trabalho e sobrevivência da família – se fundamenta a recriação camponesa. Tendo na diversidade produtiva uma das estratégias.

Destacamos que, uma importante constatação ao longo da pesquisa, foi a produtividade da terra camponesa, pois durante as visitas a campo, verificou-se que os camponeses do oeste catarinense sabem onde deixar a reserva de mata nativa, onde produzir as lavouras para o mercado, onde instalar os aviários e pocilgas, onde fazer as pequenas lavouras para o consumo familiar, a horta, etc. Independente do tamanho da propriedade, eles conseguem aproveitar o máximo do espaço da terra para as atividades produtivas e para as atividades de auto-consumo. Sendo que o espaço da propriedade é organizado de maneira a garantir sua maior produtividade.

Além da integração e da diversidade produtiva este estudo encontrou nas formas associativas – sejam sindicatos, cooperativas e movimentos sociais - importantes experiências de fortalecimento e luta para reprodução do campesinato, por isso apontamos a capacidade associativa como mais uma das estratégias de recriação camponesa. Destacaremos nesse trabalho o processo de formação dos movimentos sociais que atuam nesse território e a experiência da APACO – Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense – como uma fundamental estratégia de associação que nasce da luta para permanecer na terra e busca dialogar com as várias formas de luta em favor da recriação camponesa, favorecendo a inserção e a competitividade da produção camponesa no mercado.

A relevância deste estudo decorre da importância em compreender o constante movimento e luta dos camponeses para se recriarem e é nesse sentido que, essa pesquisa está calcada na realidade, não em ideais de produtividade, mas sim no cotidiano dos camponeses que tem na terra seu meio de produção e autonomia de trabalho. É isso que pretendemos explicitar neste estudo e por isso entendemos que os camponeses se constituem numa classe do modo capitalista de produção que resiste a territorialização do capital – na forma de latifúndio – resiste a se tornarem mercadoria – na forma de mão-de-obra assalariada – e se reproduzem mesmo quando o sistema capitalista acredita expropriá-los.

As análises e considerações desenvolvidas neste texto estão fundamentadas teoricamente nos autores que abordam a questão agrária brasileira e da região sul, sob a luz do materialismo histórico e dialético, mais especificamente aqueles que propõem o estudo da classe camponesa. Entre eles destacamos Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José de Souza Martins, Klass Woortmann, Ellen Woortmann, Afrânio Raul Garcia Júnior, Carlos Rodrigues Brandão, Virginia Etges, Eliane Tomiasi Paulino, Rosemeire Aparecida de Almeida e Odilon Poli cujos trabalhos influenciaram amplamente essa pesquisa.

Ao longo do levantamento de dados da pesquisa, buscamos informações que nos permitissem entender, por um lado, os moldes industriais para produzir no campo - subordinando os camponeses e extraindo sua renda da terra - aplicada pelo capital industrial no oeste catarinense; e, por outro lado, as estratégias camponesas de produção e recriação, bem como as experiências de resistência e alternatividade, frente à monopolização deste território pelo capital.

Os dados foram obtidos nas instituições e departamentos de apoio e fiscalização agrícola³ – IBGE, INCRA, EMBRAPA, EPAGRI, CEPA, CEOM, Secretarias Municipais e Estadual de Agricultura – também nas associações, cooperativas, sindicatos rurais e movimentos sociais do campo – APACO, UCAF, ASCOPER, CRESOL, FETRAF, COOPERHAF/SUL, SINTRAF, STR, MPA, MMA, MST – e principalmente nas entrevistas com os camponeses⁴, pois acreditamos que as diferentes fontes nos permitem não apenas levantar os dados, como também compará-los e questioná-los, neste sentido, destacamos que o diálogo com as famílias camponesas foi o nosso principal exercício de aprendizagem da lógica produtiva e das estratégias de recriação camponesa, sendo esse exercício fundamental para as considerações que fizemos ao longo da pesquisa.

O levantamento de dados foi realizado, inicialmente, nas fontes institucionais e a partir da delimitação da área de estudo e dos dados quantitativos em relação à área – como, por exemplo, municípios a serem pesquisados, número e tamanho das propriedades, principais atividades desenvolvidas, principais indústrias que atuam em integração com os camponeses,... – passamos ao levantamento dos dados em relação à formação histórica deste território – povoamento, colonização, caracterização dos colonos que aqui se instalaram,... – concomitantemente ao levantamento de dados através das entrevistas, tanto com os camponeses diretamente, quanto com as diferentes associações que os representam – sejam cooperativas, sindicatos ou movimentos sociais.

É importante destacar que nossa aproximação com as famílias entrevistadas se deu sempre por indicação ou intermédio – seja da escola, da igreja, do sindicato, da cooperativa, dos técnicos das empresas, ou dos próprios entrevistados que nos levavam a comunidade ou aos parentes e vizinhos – garantindo a confiança dos camponeses em nos receber e sentirem-se a vontade para conceder-nos as entrevistas. Esclarecemos ainda que algumas entrevistas foram realizadas em grupos, em função de aproveitarmos uma ocasião de encontro dos camponesas – às vezes em assembleias escolares, às vezes em encontros religiosos na Igreja, ou em encontros festivos, chamados serões, em que recebemos convite para

³ Ver significado das siglas no índice de siglas.

⁴ Estamos cientes dos debates a respeito das fontes orais nas pesquisas científicas e optamos por utilizá-las, pois acreditamos que “elas têm ainda se constituído no caminho por excelência da história das classes oprimidas, uma vez que as entrevistas permitem que as “pessoas comuns” contem sobre os fatos que, na maioria das vezes, são inéditos no tocante a história das classes não-hegemônicas” (ALMEIDA, 2006, p.42).

participarmos, outras vezes em reuniões e mobilizações na cidade de Chapecó – através desses encontros procurávamos estabelecer vínculos que favoreciam as visitas às propriedades. Ao todo, participamos de duas assembléias escolares, onde se reuniram em torno de quarenta pais; um encontro na igreja, onde se reuniu nove famílias para celebração religiosa; um serão, com cinco famílias e três mobilizações na cidade de Chapecó, onde procurávamos nos aproximar e fazer as entrevistas no decorrer do dia, tanto com os organizadores – FETRAF, MPA, MMA – quanto com os camponeses, procurando não atrapalhar os objetivos da mobilização. Nessas ocasiões, o principal objetivo era estabelecer contatos que favorecessem uma visita à propriedade, e um posterior contato com os dirigentes dos diferentes grupos.

Durante as entrevistas em ocasiões de reunião dos camponeses, nas situações acima citadas, eram feitas, inicialmente, a apresentação do projeto de pesquisa e da pesquisadora e, em seguida seguia-se o roteiro de entrevistas (ANEXO A), procurando abordar em tópicos também outros assuntos que interessavam ser discutidos pelos camponeses, complementando as questões do roteiro de entrevistas. Uma questão que surgiu dessas conversas e foi incorporada informalmente ao roteiro de entrevistas, foi em relação ao tamanho considerado ideal para uma propriedade camponesa no oeste catarinense, essa questão passou a ser mais amplamente explorada a partir da estruturação do trabalho, quando dedicamos um item do capítulo 1 para esse estudo.

Outro importante esclarecimento, ainda em relação às entrevistas com os camponeses, é que a maior parte dos entrevistados em grupos e fora da propriedade foram homens e nas pesquisas individuais foram mulheres, apesar de não nos aprofundarmos no debate de gênero e patriarquismo no campesinato, essa observação é fundamental para a compreensão das relações familiares, onde fora de casa o homem é quem toma as decisões e participa da sociedade e em casa a mulher é quem, muitas vezes, tem maior iniciativa, participação nas atividades produtivas da família e, também, das principais decisões em relação aos filhos, ao marido e a propriedade. Ou seja, cabe a mulher camponesa o papel de reproduzir os valores que promoveram a recriação da família camponesa – mesmo que subjetivamente – pois o homem figura sempre como o principal sujeito na família. Não desconsideramos também o fato de que as entrevistas foram realizadas por uma mulher e que isso aproximava durante o processo as mulheres da família muito mais que os homens já que há, entre os camponeses, valores enraizados no que se

refere às relações entre homens e mulheres, isso se consolidava de tal maneira que, sempre que os homens da casa eram entrevistados, as mulheres faziam-se presentes, e quando as mulheres eram entrevistadas os homens se afastavam⁵.

Para a realização das entrevistas nas propriedades considerando o número de entrevistados e a grande receptividade das famílias, procurou-se realizar-las o mais amplamente possível, tendo muitas entrevistas se estendido por mais de duas horas, onde o fio condutor foi sempre a retomada da história da família, das atividades produtivas desenvolvidas ao longo desse processo e atualmente e as perspectivas para reprodução da família camponesa. Muitos relatos pessoais comoveram tanto os entrevistados, quanto a pesquisadora e desses momentos surgiram importantes reflexões que contribuíram para a compreensão da força de recriação da classe camponesa, que tratamos no capítulo 3 desse trabalho.

Os limites de nossa pesquisa foram delineados durante todo o processo de construção desta pesquisa, sendo que uma preocupação constante fora em relação à dimensão territorial da área em pesquisa. Diante do impasse em relação à abrangência do território pesquisado e da diversidade de atividades produtivas da área de pesquisa, procuramos delinear nossa abrangência de análises em alguns critérios, sendo que todos os entrevistados apresentaram identidade em relação aos mesmos, apesar das naturais discordâncias e diversidades que figuram no campesinato do oeste catarinense. A seguir destacamos os critérios que delineiam os camponeses de nossa pesquisa, e posteriormente, um mapa referencial do território abrangido em nosso estudo.

► Um dos primeiros critérios estabelecidos para nossa pesquisa, se refere à área de estudo, cujos limites geográficos respeitados, foram considerando a divisão regional oficial do IBGE, onde optamos em pesquisar a microrregião de Chapecó, no oeste do estado de Santa Catarina. Apesar da área total desta microrregião equivaler a aproximadamente 512 mil hectares de terra⁶ e essa extensão parecer demasiada para a pesquisa é sabido que existem municípios brasileiros cujas extensões excedem essa área, ou ainda pior, é sabido que existem no território brasileiro propriedades que excedem essa extensão de terra⁷. Sendo assim a

⁵ A partir destas observações sentimos necessidade de apresentar um breve esclarecimento a respeito das questões de gênero no campesinato no decorrer do capítulo 1 (sob sugestão da professora Alzira Menegat), pois, mesmo que esse não seja o principal critério de análise de nossa pesquisa, foi fundamental na compreensão da ordem moral camponesa e do valor da família nessa ordem.

⁶ Ou melhor, esclarecendo, 512 Km² de extensão.

⁷ Abordamos a temática do tamanho ideal para as propriedades considerando a visão do latifúndio, do Estado brasileiro, e dos camponeses do oeste catarinense, no item 1.2 desse trabalho.

extensão de abrangência da área de estudo, não foi para nós empecilho, pois conseguimos percorrer diferentes espaços neste território e obviamente não tivemos o objetivo de compreender todas as especificidades dessa área.

► Outro critério que estabelecemos para delimitar nossa pesquisa e que, a princípio pareceu-nos abrangente, refere-se ao número de municípios constituintes da microrregião de Chapecó no Oeste Catarinense, pois ao todo são 38. No entanto, se considerarmos as reais características destes municípios⁸, percebemos que se tratam, na grande maioria, de municípios que pertenceram ao município de Chapecó e se desmembraram política e juridicamente nos últimos 50 anos e tem em comum a mesma matriz história da formação de Chapecó e, em alguns casos, tem população inferior à população de alguns distritos do município de Chapecó, sendo que ainda estão vinculados a essa cidade, em praticamente todas as atividades produtivas e comerciais. Além disso, se somarmos a população dos outros 37 municípios excetuando Chapecó, será equivalente a população desse único município e somados não ultrapassam a população das cidades médias do próprio estado de Santa Catarina, como Joinville e Blumenau. Além disso, não pretendemos estudar toda a população desses municípios, apesar de que ao excetuar Chapecó, todos os outros 37 municípios são tipicamente rurais, ou seja, a maior parte da população vive em área rural e a base econômica dos municípios é a agricultura e a pecuária.

► O último critério estabelecido para limitar a abrangência de nossa pesquisa surgiu em função do grande número de estabelecimentos agropecuários situados na microrregião de Chapecó, cerca de 31 mil. Foi preciso esclarecer a qual tipo de propriedade rural nossa pesquisa se refere quando destaca os camponeses do oeste catarinense, sendo que, entre os 31 mil estabelecimentos situados nessa região, a diversidade de atividades produtivas desenvolvidas é considerável, bem como as particularidades nos casos em que a atividade produtiva coincide, considerando a mão-de-obra utilizada, a tecnologia e modernização da propriedade, entre outras questões. A solução para esse critério de abrangência de nossa pesquisa significou um fator determinante para nossas análises, tendo sido construído involuntariamente no decorrer das entrevistas e se refere ao tamanho das propriedades. Apesar de não ter definido, durante a busca por entrevistas, um critério que delimitasse o tamanho das propriedades das famílias que pretendíamos entrevistar, nenhuma das entrevistas realizadas, foi a famílias cuja propriedade

excedesse 20 ha. de terra. Sendo assim, delimitamos a abrangência de nossa pesquisa, aos camponeses que possuem até 20 ha. de terra.

A partir do estabelecimento da abrangência de nossa pesquisa no oeste catarinense, acreditamos estar claro que os camponeses a quem nos referimos ao longo deste estudo, localizam-se geograficamente em um dos 38 municípios que compõem a microrregião de Chapecó, no oeste catarinense e possuem propriedades rurais com até 20 hectares de terra.

O mapa a seguir representa a localização de nossa área de estudo:

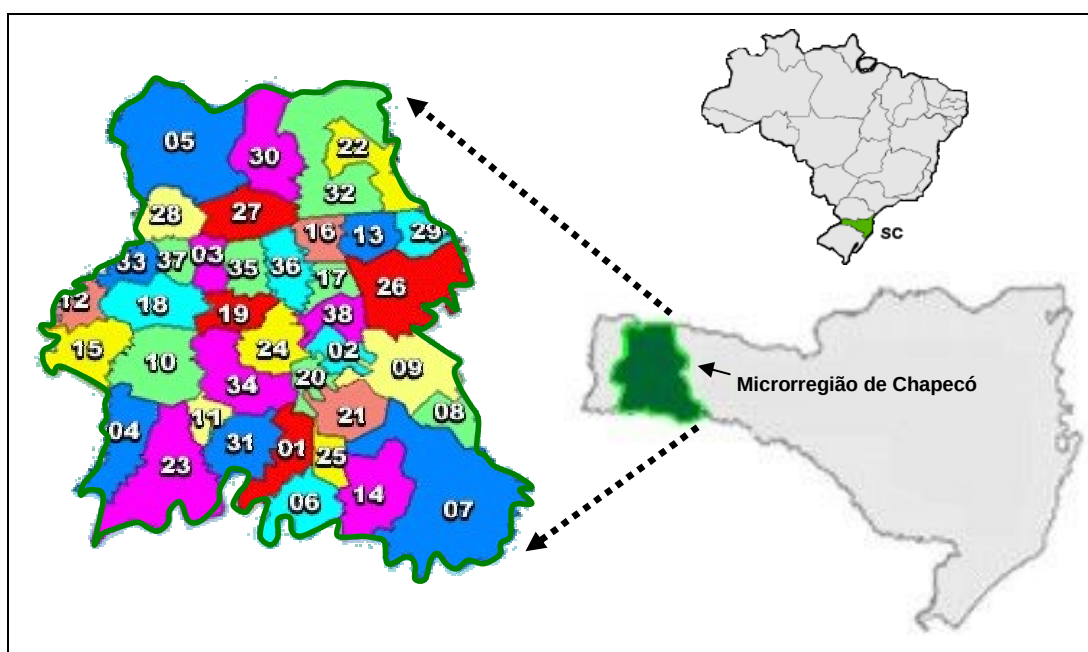


Figura 1 – Localização da microrregião geográfica de Chapecó, Santa Catarina⁹.

Fonte: Imagens Webcarta. net.¹⁰. Edição: Lilian Ap. Campos Dourado, 2007.

Nossa pretensão é que essa dissertação proporcione futuras discussões, acadêmicas e sociais sobre as relações de produção presentes na agricultura brasileira, evidenciando a força de recriação do campesinato no território e as possibilidades de inserção da produção camponesa no mercado comercial, por meio da articulação das diferentes formas de associação e luta que atuam favorecendo o campesinato. Nessa perspectiva, esse texto foi organizado em três capítulos que abordam desde as discussões teóricas a respeito do campesinato na ciência geográfica até as práticas estratégicas na defesa da recriação da classe camponesa, experimentadas no oeste catarinense.

⁸ Ver tabela, ANEXO B.

⁹ As cores e números representam os 38 municípios que compõem da microrregião de Chapecó, ver detalhes no ANEXO B.

No capítulo um deste trabalho, apresentamos as distintas concepções a respeito da pequena propriedade rural nas principais correntes de pensamento da geografia agrária, em seguida discutimos o tamanho das propriedades rurais que segundo o latifúndio, segundo o Estado e segundo os próprios camponeses caberia à classe camponesa, bem como os valores morais implícitos ao campesinato. Discutimos ainda no capítulo um o sistema produtivo camponês explicitando que a produtividade da propriedade camponesa se encontra na diversidade e na alternatividade produtiva que aproveita inteiramente a terra, desenvolvendo por um lado, as culturas para o mercado e, por outro lado, as culturas para o auto-consumo da propriedade, através da mão-de-obra familiar e da diversificação da produção.

No capítulo dois, nos dedicamos ao estudo do processo histórico de povoamento e colonização do oeste catarinense, procurando evidenciar nesse processo os fatores que contribuíram para que esse território se tornasse um domínio camponês na atualidade, nesse sentido resgatamos os primórdios da expansão do capital no oeste catarinense, onde destacamos a guerra do contestado e as políticas do Estado brasileiro que patrocinaram a colonização desse território com colonos migrantes do Rio Grande do Sul, descendentes de italianos e alemães das 'velhas colônias'.

No capítulo três, indagamos a respeito monopolização do território oeste catarinense pelo capital, por meio dos processos de integração entre suinocultores e (agro)indústrias, discutindo o processo de apropriação da renda camponesa no oeste catarinense que se consolidou a partir, principalmente, de 1970, por meio das políticas que favoreceram a expansão do modelo industrial de produção capitalista na agricultura brasileira, através dos referidos contratos de integração e parceria entre colonos, produtores de suínos e indústrias de alimentos derivado da carne de suínos, primeiramente, e de aves, num segundo momento, concomitantemente ao confinamento de suínos.

Discutimos ainda, a complementaridade contraditória entre a lógica camponesa e a lógica capitalista, que necessita submeter relações não tipicamente capitalistas para garantir a produção de capital, sendo que uma das estratégias para a produção de capital se dá através da extração da renda camponesa. Apontamos a adesão do campesinato ao sistema de integração como uma estratégia para impedir a territorialização do capital no oeste catarinense, favorecendo, por um lado, a

¹⁰ Imagem da microrregião, disponível em: <<http://webcarta.net/carta/mapa.php?id=7039&lg=pt>>. Acesso: 15/09/2007.

monopolização deste território pelo capital e garantido, por outro lado, o domínio camponês sob este território.

Finalizamos o terceiro capítulo apontando as novas experiências de inserção da produção camponesa no mercado comercial, através da associação dos produtores que passa a figurar como uma importante alternativa para a recriação do campesinato no oeste catarinense. Destacamos o importante papel da luta camponesa na terra, principalmente através dos movimentos sociais, que atuam no sentido de articular a classe em função de um mesmo ideal, que seja a garantia da reprodução das condições de existência da classe camponesa, não apenas da posse da terra, mas principalmente de todos os recursos necessários para a recriação do campesinato, enquanto modo de vida e organização social e produtiva na sociedade capitalista.

1 CAMPESINIDADE

1.1 Campesinato enquanto classe

Nesse primeiro capítulo desenvolvemos algumas considerações a respeito das discussões teóricas que defendem o campesinato enquanto classe no modo capitalista de produção, através da apresentação de conceitos que legitimam a classe camponesa, não apenas na teoria, mas principalmente na prática camponesa, afinal, nada acrescentará à sociedade uma discussão teórica, em que a abstração não permita a compreensão da realidade.

Sendo assim, nosso primeiro desafio é confrontar teoricamente as concepções que discutem a realidade dos agricultores – que dispõem de pequenas unidades produtivas e têm como base da produção a mão-de-obra familiar – sabendo que ambas as concepções o consideram, a princípio, inerente ao modo capitalista de produção, entretanto há, por um lado, aquela que acredita no seu desaparecimento na medida em que o capitalismo avança, e, por outro, aquela que defende a sua recriação enquanto classe camponesa.

É por meio da interpretação da realidade que esclarecemos que a classe camponesa é fruto das contradições do próprio sistema produtivo capitalista e que o debate ora proposto não se refere apenas a uma discussão conceitual, mas, sobretudo, a uma discussão política que na medida em que avança contribui para o fortalecimento e reconhecimento desta classe.

Apresentamos a princípio a discussão das concepções que consideram o desaparecimento do campesinato, frente às que consideram sua recriação. E,

posteriormente faremos a correlação entre essas concepções e a realidade camponesa do oeste catarinense, por meio da apresentação de alguns dados de nossa pesquisa que revelam a campesinidade do território estudado considerando a tríade “terra, trabalho e família”.

1.2 Camponeses na ciência geográfica

É necessário esclarecer que o camponês em questão, nessa pesquisa, nada tem a ver com o camponês feudal. O camponês muito se distingue do servo, pois o camponês não pertence a terra, muito pelo contrário, a terra pertence ao camponês e esse pode dispor dela sem dar satisfações ao senhor, e isso permite a constatação de que o camponês de fato é inerente ao modo capitalista de produção, pois uma característica inegável desse modo de produção é a propriedade privada dos meios produtivos.

Além disso, a relação entre os camponeses enquanto classe é explícita no reconhecido avanço dos camponeses em seu poder de mobilização e articulação, superando o isolamento que parece estar implícito ao campo no discurso marxista, talvez por isso a cidade (leia-se o operário) tenha sido o sujeito histórico¹¹, hoje, porém, fica claro o quanto o campo (leia-se os camponeses) tem se superado nesse sentido e propiciado além de encontros, reflexões, debates e mobilizações que contribuem para a superação da alienação imposta pelo sistema capitalista de produção¹².

Segundo a lógica do mercado o camponês que não atuar como um agricultor profissional estará fora do processo produtivo e, conseqüentemente, na medida em que o capitalismo avançar, o camponês desaparecerá.

Neste sentido, estudos de influência teórica e metodológica marxista, apesar de contribuírem com importantes reflexões a respeito do camponês se equivocam ao o considerarem agricultor familiar, seguindo a lógica do mercado, negligenciam o caráter de classe que os une e os distingue da classe operária, pois negligenciam sua característica principal que é ser ao mesmo tempo proprietário de terra e trabalhador.

¹¹ Lefebvre (1999, p.29-73).

¹² Discutimos as estratégias de articulação do campesinato no capítulo 3 desse trabalho.

Ao concordarem com a lógica do mercado e considerarem o desaparecimento ou a inexistência do campesinato¹³, não apenas negam o camponês, mas negam também o caráter de classe que é fundamental para que os agricultores se identifiquem uns com os outros e rompam o isolamento e a individualidade tão reforçada na ideologia capitalista justamente para atender os interesses de fragmentação da classe.

Os autores dessa corrente de pensamento não consideram outra classe senão a dos proprietários (aqueles que vivem da exploração do trabalho) e a dos proletários (aqueles que vivem do trabalho), e por isso consideram camponeses e operários como iguais, já que ambos vivem do trabalho, entretanto, devemos lembrar que o camponês não vende sua força de trabalho, como o faz o operário, o camponês vende o produto do seu trabalho, ou seja, o resultado de seu trabalho em seu meio de produção, pois a terra lhe pertence.

Ora, podemos nos perguntar o que diferencia o camponês e o pipoqueiro¹⁴, pois também o carrinho de pipoca pertence ao pipoqueiro, então o pipoqueiro vende o produto do seu trabalho, produzido em seu próprio meio de produção que seria o seu carrinho de pipoca, entretanto o milho para a pipoca não pertence ao pipoqueiro, ou seja, ele não possui de fato os meios de produção para o seu trabalho, pois não possui a terra para plantar o milho, sendo assim seu trabalho, e sua própria vida, estão condicionados ao meio de produção de outros, e o pipoqueiro não tendo de fato a posse completa dos meios de produção não pode ser comparado ao camponês, pois este sim, possui o meio de produção que é a terra e, por isso, sua existência e autonomia estão garantidas na terra através do seu trabalho, pois apenas com isso pode manter-se, já que pode produzir aquilo que precisa para viver e mesmo para ter renda. O carrinho de pipoca dá ao pipoqueiro a autonomia do trabalho, enquanto a terra dá ao camponês a condição de proprietário. Não se trata apenas da autonomia produtiva. Trata-se da posse do meio de produção e da autonomia produtiva, combinados.

¹³ Entre os autores que apontam o desaparecimento do campesinato destacam-se Lênin, Kautsky, no cenário mundial e no Brasil, essa corrente segue dois caminhos, por um lado àqueles que acreditam que os camponeses brasileiros são resquícios feudais e na medida em que o capitalismo se desenvolver desaparecerão, entre eles destacam-se: Alberto Passos Guimarães, Nelson Sodré e Ignácio Rangel e, por outro lado, aqueles que negam a existência de camponeses no Brasil, entre os quais se destacam Caio Prado Jr, José Eli da Veiga, Glaus Germer.

¹⁴ Esta questão me foi apresentada pelo Prof. Dr. Paulo Alentejano no XIV Encontro Nacional de Geógrafos –ENG/2006 em Rio Branco – Acre.

A negação à existência do campesinato no Brasil, aponta como perspectiva dois caminhos: o dos Complexos Agroindustriais (CAIs)¹⁵ e o da agricultura familiar, sendo que esta última concepção fortaleceu-se nas entranhas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso¹⁶, com o claro propósito de fundamentar a idéia de que ainda existem pequenos agricultores e estes precisam se integrar – entenda-se entregar – ao sistema de produção capitalista, através da tecnificação, mecanização e integração com as agroindústrias, para que possam sobreviver. Contudo o que percebemos foi o endividamento e empobrecimento destes agricultores familiares que muitas vezes deixaram de produzir seu alimento para atender as necessidades da agroindústria e acabaram tendo prejuízos e mesmo perdendo a posse da terra.

A partir das concepções destacadas, o desaparecimento do campesinato se dará por meio do seguinte processo: ascensão do pequeno e médio produtor à grande produtor (burguês) ou, sua expropriação que o levará a ser mero vendedor da força de trabalho (proletário)¹⁷.

Se concordarmos com essa lógica esvazia-se o debate da luta pela terra, afinal, mesmo conseguindo adquirir ou manter a posse da terra, mais cedo ou mais tarde o camponês perderá sua condição de dono do meio de produção.

Nesse sentido é que destacamos como fundamental o debate teórico que, considerando o camponês enquanto classe desmascare sua sujeição ao capital e explicita seu caráter ambíguo de classe *sui generis*, bem como a força e a contradição que os permitem se recriarem, se territorializarem e principalmente se articularem¹⁸.

Ora, a classe camponesa brasileira nasce nas entranhas da expansão do capitalismo no Brasil, é a transformação da terra em mercadoria que permitirá a sua inserção enquanto classe no jogo das representações políticas (PAULINO, 2003, p. 26). Sendo assim, o camponês é fruto deste modelo, não estando à margem, nem dependendo do consentimento do sistema para existir. Enquanto classe é explicitamente fruto da contradição e se recria na contradição, eis aqui a força

¹⁵ Entre os autores brasileiros que defendem o CAI e o agronegócio, destacam-se Geraldo Muller e José Graziano Neto.

¹⁶ Dentre os autores que defendem a concepção de agricultura familiar, destacam-se Ricardo Abramovay, Zander Navarro e Hugues Lamarche, entre outros.

¹⁷ “Esta tem sido a leitura corrente do Desenvolvimento Capitalista na Rússia de Lênin (1969). O fato é que se constituiu praticamente numa “teoria da diferenciação”. Ou seja, suprimisse o vir a ser em defesa do fatalismo homogeneizante”. (GARCIA JR., 1989, p.172).

¹⁸ Entre os autores que concebem o campesinato enquanto classe, destacam-se no cenário mundial Chayanov, Shanin. E no Brasil, Klass Woortmann, Ellen Woortmann, Afrânio Garcia Júnior, José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo M. Fernandes, Eliane Tomiasi Paulino, Virginia Etges, Rosemeire Aparecida Almeida entre outros.

camponesa, consolidada na fragilidade dada pela contradição do modelo capitalista de produção.

Segundo Martins (1981, p.15) o campesinato é constituído com a expansão capitalista, produto das contradições dessa expansão. Paulino (2003, p. 213) ainda reforça que são as contradições da lógica capitalista que possibilitam a recriação da classe camponesa [...] há uma intercomplementaridade contraditória entre camponeses e capitalistas.

Nessa perspectiva devemos estar atentos à realidade, pois é nela que encontramos a força da resistência camponesa à expansão monopolista capitalista e às estratégias de recriação dessa classe alimentada pela luta por autonomia de produção, não apenas da mercadoria, mas principalmente da vida.

É a compreensão da lógica camponesa que nos revela o campesinato, que de fato não poderá ser compreendido sob a ótica do capital, pois muito se distingue dela, daí ser impossível a muitos conceberem a classe camponesa, pois o tentam fazer nos moldes do capital, e a lógica camponesa embora inerente ao sistema capitalista, difere fundamentalmente desse por estar fundada na produção e reprodução para a vida e não na produção e reprodução (seja de idéias ou mercadorias) para o lucro. “O campesinato procura na terra, muito mais que a renda, mas a concretização de um modo de vida pautado na autonomia do trabalho e na reprodução social delimitada pelos profundos vínculos familiares e comunitários” (PAULINO, 2003, p.10).

1.3 O tamanho da propriedade para o latifúndio, para o Estado e para os camponeses

O debate a respeito da extensão da propriedade que caracteriza a agricultura camponesa exige considerarmos que o tamanho da propriedade camponesa está intimamente vinculado com as relações de trabalho e com o sistema produtivo adotado na propriedade. Daí propormos o debate a respeito do tamanho da propriedade camponesa vinculando-o aos debates que o seguem nesse capítulo a respeito do valor moral do trabalho e da família camponesa, bem como ao debate a respeito do sistema produtivo camponês considerando a diversidade e a alternatividade como principais estratégias produtivas da classe camponesa.

O debate a respeito da dimensão de propriedade que o latifundiário julga conveniente aos camponeses – destacando a barbárie na disputa pelo território camponês, onde muitas vezes, ao longo da história do acesso a terra no Brasil, a posse camponesa custa à vida do camponês. O debate a respeito da dimensão de propriedade que o Estado brasileiro, representado pelo INCRA, orienta como ideal à sobrevivência da família camponesa no território brasileiro e particularmente no oeste catarinense. E, finalmente, o confronto dessas duas proposições entre si e com os dados extraídos das entrevistas com os camponeses do oeste catarinense a respeito da extensão de terra ideal para a reprodução da família, contribuem para o esclarecimento do “valor”¹⁹ da terra camponesa.

Ora, qual o tamanho de propriedade que permite ao camponês ser cidadão, viver com autonomia, com qualidade de vida e acesso aos bens de consumo da sociedade moderna?

Inicialmente, esta questão nos remeteu às frases da poesia ‘Morte e vida Severina’ nos versos de João Cabral de Melo Neto na obra *Morte e Vida Severina*, que defini com mórbida veracidade a terra cabível ao campesinato sob o ponto de vista latifundiário:

Essa cova em que estás, com palmos medidos, é a cota menor que tiraste em vida.
 - é de bom tamanho, nem largo nem fundo, é a parte que te cabe neste latifúndio.
 - não é cova grande, é cova medida, é a terra que querias ver dividida.
 - é uma cova grande para teu pouco defunto, mas estarás mais ancho que estavas no mundo.
 - é uma cova grande para teu defunto parco, porém mais que no mundo te sentirás largo.
 - é uma cova grande para tua carne pouca, mas a terra dada não se abre a boca (*apud* ALMEIDA, 2006, p.9).

O autor desmascara, por meio da poesia que sob o ponto de vista do latifundiário a única alternativa para o campesinato é a morte.

Infelizmente, não são raros, na história do Brasil, os casos de camponeses expulsos e mortos, por bandidos latifundiários que para garantir a posse de terras – griladas, improdutivas e obtidas pelos meios mais sórdidos e corruptos – torturam, expulsam e matam àqueles cujo direito de acesso a terra é legítimo e que, muitas vezes, numa inversão completa da lógica humana, do direito e das próprias leis, são

¹⁹ Compreendemos a partir do estudo de Marx que só tem valor a mercadoria que resulta do trabalho, nesse sentido, a terra enquanto bem natural tem no mercado um preço e não um valor. No entanto, o valor da terra que nos referimos em relação aos camponeses corresponde a um valor que não é monetário, que não se expressa em preço como veremos, por isso sentimo-nos a vontade para utilizá-lo.

os camponeses perseguidos, presos e julgados como bandidos. A esse respeito Oliveira (2003, p. 115) escreve denunciando a barbárie da sociedade moderna e desmascarando os verdadeiros bandidos na sociedade:

O direito vai sendo subvertido e a justiça ficando de um lado só, o lado do direito reivindicado pelas elites. Muitos magistrados são capazes de dar reintegração de posse a um representante da elite que não possui o título de domínio de uma terra que é sabidamente pública. Como tal, sendo pública ela não é passível do reconhecimento da posse. Entretanto, a justiça cega não vê porque não quer. Mas, muitos magistrados apenas vêem quando os camponeses em luta abrem para a sociedade civil a contradição da posse capitalista ilegal da terra pela constituição. Neste momento, o direito é abandonado e a justiça vai se tornando injusta. **Aqueles que assassinam ou mandam assassinar estão em liberdade. Aqueles que lutam por um direito que a constituição lhes garante, estão sendo condenados, estão presos.** Repetindo, é a subversão total do direito e da justiça (grifo nosso).

Será essa a lógica da sociedade moderna? Os direitos subvertidos em favor da elite e em detrimento de milhões de brasileiros? Nessa lógica não há terra de direito ao campesinato e à nação brasileira também não haverá a comida de direito, pois às elites latifundiárias não interessa a produção dos gêneros alimentares do povo brasileiro, afinal o mercado internacional precisa ser abastecido e o lucro com a exportação oferece maior vantagem, sendo assim não há porque produzir para o mercado nacional.

Oliveira²⁰ denuncia essa barbárie e subversão total do direito e da justiça, onde quem quer produzir é expulso da terra, sendo processado e preso ou mesmo assassinado, em favor daqueles para quem a terra é uma reserva de capital. É a promoção da lógica do capital sob a lógica da vida. O autor questiona ainda, a atuação de magistrados brasileiros, cujo papel é fazer cumprir a lei por meio da justiça, e denuncia que a justiça se torna injusta.

Esta barbárie e subversão da justiça não interrompem, no entanto, a utopia camponesa. De maneira que o tamanho da propriedade cujo sonho camponês acalenta fortalece a luta e reforça o ideal da Reforma Agrária. Visto que é terra cujo tamanho não expressa a dimensão, podendo equivaler a poucos hectares e ter valor inestimável, pois é o valor da recriação da vida, da família e da própria classe camponesa.

Sob o ponto de vista latifundiário não há terra para o campesinato e quando o camponês luta para que a terra seja dividida, o tamanho que o latifundiário dedica

²⁰ Ibid.; p. 115.

para o camponês é o da cova medida, pois para a elite latifundiária brasileira é melhor que o camponês esteja morto e enterrado.

Por outro lado, o Estado procura estabelecer a medida de terra que possibilita a sobrevivência da família camponesa. Contudo, para entendermos a lógica do Estado devemos seguir passo a passo, com raciocínio matemático, as orientações do INCRA.

Segundo o INCRA/Florianópolis²¹, não é fácil calcular o tamanho ideal de propriedade para uma família agricultora, entretanto, o instituto reconhece que essa definição é fundamental para liberar subsídios e incentivos dos planos e programas do Governo Federal para os 'Agricultores Familiares'²².

O primeiro passo para definir o tamanho ideal da propriedade camponesa, segundo o INCRA é diferenciar os conceitos de 'módulo rural' e 'módulo fiscal'. O módulo rural é derivado do próprio conceito de propriedade familiar²³, sendo uma medida definida em hectares, considerando a dimensão, a situação geográfica, a forma e as condições de aproveitamento econômico do imóvel rural, sendo que, para cada imóvel rural é definida uma equivalência em módulo rural, podendo cada módulo rural, variar de medida em hectares em um mesmo município.

Considerando o conceito de módulo rural, podemos apontar uma primeira consideração: 'Grosso modo, o INCRA estabelece como ideal de tamanho do imóvel rural, um módulo rural, que, por sua vez, varia em medida de hectares, conforme as características apresentadas pelo próprio imóvel'. Essa primeira consideração a respeito do tamanho ideal para a recriação da família na propriedade não explícita, no entanto, uma dimensão territorial que possamos utilizar com recomendável pelo Estado, pois deixa vagos os critérios que definem a medida em hectares.

Nesse sentido, procuramos compreender a definição do tamanho ideal de propriedade para a sobrevivência da família, segundo o Estado brasileiro, por meio do conceito de módulo fiscal, pois segundo orientações do INCRA, "o módulo fiscal é

²¹ É importante esclarecer de depois de muita insistência um técnico representando o INCRA/Florianópolis se propôs a esclarecer essa questão por telefone em Março de 2007.

²² Como apresentamos no item 1.1 deste capítulo, o governo utiliza o conceito de Agricultura familiar e não o de Agricultura Camponesa, nesse sentido onde se lê Agricultura Familiar e Propriedade Familiar, pode-se interpretar, **nesse debate do texto**, que se trata também de Agricultura Camponesa e Propriedades Camponesas. Optamos em utilizar os esclarecimentos do INCRA, em relação ao tamanho ideal de propriedade para a reprodução da família utilizando, inclusive, os mesmos conceitos das orientações recebidas para não cairmos no erro de mudar o sentido dessa contribuição. No entanto, ressaltamos nossa opção pelo estudo da pequena propriedade familiar sob a concepção de campesinato, pois acreditamos que, com esse conceito, fortalecemos a luta e a identidade de classe camponesa, e explicamos com maior fidelidade a realidade pesquisada.

²³ O inciso II, do art. 4º, do Estatuto da Terra (Lei 4.504/64), define como "Propriedade Familiar" o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, eventualmente, utilizando a ajuda de terceiros e garanta a subsistência e o progresso social e econômico da família, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração.

mais abrangente e favorece a definição, não apenas do tamanho ideal de propriedade para a reprodução da família, como também delimita a dimensão da pequena, média e grande propriedade em todo o território brasileiro". Segundo orientações do INCRA o módulo fiscal corresponde a uma medida em hectares fixada para cada município brasileiro, considerando o tipo de exploração e a renda da exploração predominante no município, bem como outras explorações não predominantes nos municípios, mas significativas em relação à renda e área utilizada e considerando também, o conceito de propriedade familiar.

A partir da definição de módulo fiscal, o INCRA delimita a medida das pequenas e médias propriedades, conseqüentemente também, das grandes propriedades. Para o Estado brasileiro considera-se, segundo a Lei nº. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993:

Pequena Propriedade – o imóvel rural de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais;

Média Propriedade - o imóvel rural de área superior a 4 e até 15 módulos fiscais.

Segundo esse raciocínio a Grande Propriedade seria aquela que excedesse 15 módulos fiscais, e estas o INCRA/Florianópolis ressalta não haver no oeste de Santa Catarina.

Utilizando o conceito de módulo fiscal, torna-se ligeiramente mais fácil, expressar em medida de hectares o tamanho ideal de propriedade considerado pelo Estado para a agricultura camponesa no oeste catarinense, basta termos a definição do módulo rural em hectares dos 38 municípios que compõem esta microrregião.

Para simplificar este dado, calculamos a média entre os módulos rurais dos municípios da microrregião estudada para chegarmos ao resultado que corresponderá ao tamanho de propriedade indicada pelo Estado para a propriedade camponesa.

A média entre do módulo fiscal na microrregião de Chapecó no oeste catarinense equivale a 19 hectares de terra. Sendo assim, o Estado brasileiro define, por meio do INCRA, que o tamanho ideal de propriedade camponesa para a microrregião de Chapecó no oeste catarinense varia entre 19 e 76 hectares de terra, ou seja, de um a quatro módulos fiscais que caracterizam a pequena propriedade familiar, inclusive para participação nos planos e programas do Governo Federal voltados para a 'Agricultura Familiar'.

Apesar de obtermos a resposta em relação à indicação do Estado a respeito do tamanho de propriedade que cabe ao camponês no oeste catarinense, é importante discutirmos ainda o quão minucioso e ‘escorregadio’ são os conceitos orientados pelo INCRA para delimitar as pequenas, médias e grandes propriedades no território brasileiro.

Diante disso apontamos a necessidade de atenção e análise crítica na interpretação dos dados disponibilizados pelo INCRA, pois se na microrregião de Chapecó uma pequena propriedade rural – com até 4 módulos fiscais – não ultrapassa 76 hectares de terra, em alguns municípios do território brasileiro – como por exemplo em municípios do Pantanal, onde 1 módulo fiscal chega a 440 hectares – essa extensão é cinco vezes inferior a 1 módulo fiscal.

Obviamente devemos ponderar que para cada região brasileira – considerando características ambientais e atividade produtiva predominante – o tamanho de propriedade ideal para a agricultura familiar – isto é, a medida em hectares do módulo fiscal – seja variável. Basta considerar, por exemplo, os seringueiros do norte do país que para sobreviverem da floresta necessitam uma área de terra extensa para extração da borracha, sem prejuízo ambiental. Ou mesmo, o exemplo das planícies alagadas do pantanal cuja exploração econômica pode ocasionar intenso desequilíbrio ao ecossistema pantaneiro²⁴. Por outro lado, considerando a exploração econômica desse território com a cana-de-açúcar acredita-se que a extensão do módulo rural seja rediscutida, pois camufla a concentração de terras da região.

Nesse sentido destacamos as considerações de Oliveira (2003, p. 127) como uma possibilidade de leitura, interpretação e análise crítica das informações e conceitos orientados pelo INCRA.

No Brasil estão os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou. A soma das 27 maiores propriedades existentes no país, atinge uma superfície igual a aquela ocupada pelo estado de São Paulo [...]. Enquanto mais de 2,4 milhões de imóveis (57,6%) ocupavam 6% da área (26,7 milhões de hectares), menos de 70 mil imóveis (1,7%) ocupavam [...], mais de 183 milhões de hectares (43,8% da área) [...]. A área dos módulos fiscais varia de região por região, estado para estado, e mesmo de município para município. Atualmente, o menor módulo fiscal tem 5 (cinco) hectares e o maior possui 110 hectares. Isso quer dizer que pequena propriedade pode variar, por exemplo, de menos de 20 hectares no Distrito Federal, a até menos de 440 hectares em municípios do Pantanal. O mesmo acontece com a média propriedade, que pode variar entre 20 hectares e menos de 280 hectares no Distrito Federal, entre 440 hectares e

²⁴ Registre-se aqui o repúdio aos incentivos que favorecem a instalação de Usinas de Alcool na região do Pantanal.

menos de 1.540 hectares em municípios do Pantanal. A grande propriedade por sua vez pode ter 280 hectares ou mais no Distrito Federal, e 1540 hectares ou mais em municípios do Pantanal.

A partir deste panorama exposto pelo autor, percebe-se que por mais que o INCRA estabeleça critérios, em relação ao tamanho ideal de propriedade para a 'agricultura familiar', existe uma margem muito ampla entre a maior e a menor possibilidade de tamanho para a propriedade familiar. Como o autor destaca ela pode variar entre 5 hectares – um módulo fiscal no Distrito Federal – e até 439,99 hectares – menos de quatro módulos fiscais nos municípios do Pantanal.

Sendo assim, consideramos que o conceito a respeito do tamanho de propriedade indicada pelo Estado brasileiro para a propriedade camponesa no Brasil abrangente demais, daí a necessidade de cautela e análise crítica na utilização dos dados disponibilizados pelo INCRA.

Oliveira²⁵ (2003) propõe uma síntese da estrutura fundiária brasileira, a partir dos dados do INCRA, estabelecendo, em termos médios, uma classificação para a pequena, a média e a grande propriedade no Brasil. Baseado nesta média a pequena propriedade teria extensão até menos de 200 hectares, a média abrangeria as propriedades com extensão entre 200 e menos de 2.000 hectares e as grandes propriedades seriam aquelas que excedessem 2.000 hectares de terra. A partir dessa síntese tendo como referência os dados estatísticos do INCRA Oliveira (2003, p. 128) esclarece que:

“[...] praticamente 92% das propriedades podem ser classificadas como pequenas e ocupam 29,2 % da área total [...] a média propriedade ocupa mais ou menos 7,3% dos imóveis e 39,2% da área [...] as grandes propriedades que representam menos de 1% do total dos imóveis, ocupam uma área de cerca de 31,6%”.

Com esses dados o autor aprofunda o debate sobre a emergência da Reforma Agrária no Brasil e em seguida discute a produtividade da pequena, da média e da grande propriedade no Brasil. Trataremos a respeito da produtividade das propriedades camponesas no item 1.4 desse capítulo. Por ora, registramos a indignação em relação à concentração de terras no Brasil, onde menos de 1% dos proprietários, ocupam área de terra superior a mais de 92% dos proprietários brasileiros. Esse dado reforça a necessidade do debate a respeito do campesinato e fortalece nosso questionamento sobre o tamanho ideal de propriedade para a recriação da família camponesa.

Retomamos a partir daqui o questionamento onde passaremos à apresentação dos dados que indicam, segundo os camponeses pesquisados na microrregião de Chapecó, o tamanho de propriedade que lhes seria ideal para a recriação da família.

Quando questionamos os camponeses a respeito do tamanho da propriedade que possibilita verdadeiras condições para sua recriação enquanto classe, consideramos que, para isso, não basta a posse da terra. É necessário que seja respeitado o direito de produzir, comercializar e viver com qualidade, atendendo ao direito à igualdade de acesso ao conforto que a humanidade alcançou ao longo de sua trajetória história, seja no acesso ao conhecimento – educação – a tecnologia, a infra-estrutura - energia, água tratada, rede de comunicação, estradas, telefone, rádio, TV,... – e, principalmente, o direito de optar pelo que produzir como produzir e principalmente a quem vender a produção. Como destaca Woortmann, K. (1990, p. 70):

A campesinidade, em sua rejeição do negócio e do lucro dele resultante, não significa que camponeses sejam, necessariamente, pobres. Certamente não são magnatas, mas os colonos do sul vivem bem e não deixam de ser camponeses por contarem em suas casas com comodidades tais como refrigerador, freezer ou aparelhos de TV.

Debatemos essa questão com vários camponeses entrevistados e o expressivo consenso foi interessante, muitos revelaram que com uma área entre 15 a 20 hectares é possível viver bem, muitos utilizaram como medida uma colônia de terras²⁶, outros revelavam viver bem e garantir a reprodução da família com menos de 15 hectares e poucos citaram mais de uma colônia de terra. Em nenhuma entrevista, fora citado mais de 50 hectares. O gráfico exposto na Figura 2 é ilustrativo desta questão²⁷.

Por meio do gráfico, observamos com maior clareza que 61% dos entrevistados consideraram 20 hectares o tamanho de propriedade ideal para garantir a reprodução da família camponesa, essa extensão de terra, em hectares, coincide com a que o Estado, por meio do INCRA, considera apropriado para a

²⁵ OLIVEIRA, 2003, p. 127.

²⁶ Na microrregião de Chapecó uma Colônia de terra equivale a dez alqueires, considerando que um alqueire, mede 2,4 hectares, uma Colônia de terra na microrregião de Chapecó equivale a 24 hectares.

²⁷ Esclarecemos, porém, que não havíamos proposto em nossas entrevistas a abordagem desse tópico e que o mesmo foi incorporado no roteiro das entrevistas no decorrer da pesquisa, diante disso, a princípio, não quantificamos todos os relatos que mencionaram esse dado, até porque não era nosso objetivo a quantificação dos dados. Entretanto, na medida em que a estrutura dessa dissertação se consolidou e a partir das contribuições de Rosemeire Aparecida de Almeida, julgamos necessário um novo levantamento a respeito desse dado, para que obtivéssemos uma amostragem em relação aos

'agricultor
Chapecó

região de

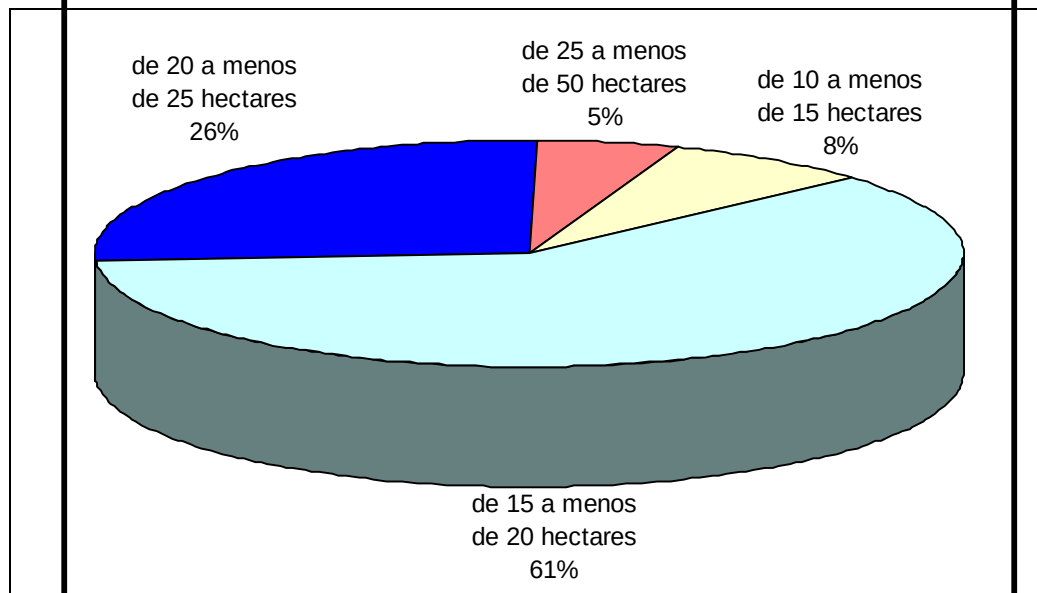


Figura 2 - Gráfico: opinião dos camponeses em relação ao tamanho de propriedade que consideram ideal para reprodução da família.

Fonte: Pesquisa de campo realizada no período de agosto de 2006 à agosto de 2007.

Organização: Regiane Martins de Oliveira Sabú.

Uma parcela dos entrevistados (26%) baseia-se na área de uma colônia de terras como medida que possibilite a reprodução camponesa. Esse dado reflete a influência do processo histórico de colonização do oeste catarinense, quando – a partir de meados do século XX até a década de 1960 aproximadamente – camponeses das ‘velhas colônias’ do Rio Grande do Sul, migravam para o oeste catarinense numa estratégia de recriação da classe camponesa, por meio da expansão da fronteira agrícola nacional. No capítulo dois retomamos esse processo, quando abordamos os aspectos da territorialização camponesa no oeste catarinense.

O gráfico (Figura 2) aponta ainda que, alguns camponeses revelam produzir e viver bem no campo com menos de 15 hectares. Como, por outro lado, alguns ambicionam no máximo duas colônias de terra, para garantir a reprodução da condição camponesa para seus filhos.

É importante ressaltar que, entre as entrevistas desenvolvidas, nenhuma aconteceu a camponeses com propriedade acima de 20 hectares, não por prévia

intenção, pelo contrário, não houve durante a busca das entrevistas critérios definidos para o perfil dos entrevistados. Como esclarecemos na introdução deste trabalho, os entrevistados eram visitados aleatoriamente conforme predisposição da família em receber-nos e indicações de conhecidos e aparentados, conforme os contatos que íamos desenvolvendo nos municípios da microrregião de Chapecó nos diferentes segmentos sociais que se vinculam ao campesinato.

Apesar de, a princípio, não nos propormos a quantificação das informações coletadas nas entrevistas com os camponeses da microrregião de Chapecó no oeste de Santa Catarina, os dados a respeito do tamanho de propriedade considerada ideal para os camponeses são relevantes:

► Primeiro, por apontar que em geral os camponeses não pretendem tornar-se grande proprietário de terra, nem por outro lado, deixar a propriedade. Quando realizada a pergunta, na maior parte das vezes, a resposta foi acompanhada do sorriso da família e da argumentação “também não adianta terra se a gente não conseguir trabalhar²⁸”.

► E, segundo, porque nos remete, novamente, ao debate sobre a definição de pequenas, médias e grandes propriedades, sua produtividade e relevância econômica para a garantia da qualidade de vida, autonomia produtiva e justiça social no território brasileiro, bem como, o papel do INCRA, na promoção da Reforma Agrária Nacional.

Ora, a partir dos dados combinados aos relatos nas entrevistas conclui-se claramente que o tamanho da propriedade camponesa está muito mais relacionado ao valor de uso da terra, à capacidade de trabalho e à reprodução da família do que ao seu preço no mercado. Coincidentemente o Estado, fundamentado na relevância econômica da propriedade, ou seja, na possibilidade de extração da renda da terra, propõe aos camponeses desta microrregião o módulo fiscal equivalente a 19 hectares, o que muito se aproxima do tamanho ideal de propriedade sugerido pela maior parte dos camponeses. Lamentável, porém, é perceber que o Estado brasileiro negligencia a concentração de terras do território brasileiro e se omite do compromisso em promover a Reforma Agrária neste país. Mais uma vez, nos apoiamos no debate proposto por Oliveira (2003, p. 128), quando destaca que: “O INCRA se cumprisse a Constituição de 1988 e a Lei nº. 8.629, deveria

²⁸ Sr. Tedesco – Camponês da Linha Água Amarela, no município de Chapecó.

imediatamente declarar disponível pra Reforma Agrária, 120.436.202 hectares das grandes propriedades improdutivas existentes no país”.

Tamanha disparidade entre a dimensão de terra que é considerada suficiente ao camponês - para trabalhar, ter acesso aos bens de consumo necessários à reprodução da família garantindo sua recriação enquanto classe - e a dimensão de terra improdutiva que deveria estar disponível para reforma agrária - garantindo o acesso de milhões de brasileiros ao que lhes é de direito e que, no entanto, está concentrada em latifúndios improdutivos - só é compreensivo sob a ótica do lucro, da mercadoria, da distorção dos valores morais, ou seja, sob a ótica capitalista onde a produção e reprodução de capital são privilegiadas em detrimento da produção e reprodução da vida.

Em nossas entrevistas o tamanho da propriedade indicada como ideal pelos camponeses, apesar de expressar-se em hectares, é também medido por vínculos familiares, como se pode observar no seguinte relato: “O meu pai lutou muito pra deixar um patrimônio, uma terra, pra cada filho fazer a vida e fora um irmão que entregou a terra, mas ele estudou, os outros quatro fizeram a vida²⁹”.

Esta fala expressa aquilo que Woortmann, K. (1990) destaca como patrimônio familiar, a terra com significado de herança do trabalho, de continuidade da família, de patrimônio moral, de vida, como revela o próprio relato, com a terra se faz à vida da família. Segundo o autor “com o casamento o pai doa o chão de roça e o chão da morada, isto é, o espaço aonde irá se desenvolver um novo tempo de família”. Quando o relato fala em patrimônio de herança do pai, esse patrimônio não é apenas a terra, mas o patrimônio moral que ela representa o chão que permitirá a reprodução da condição camponesa.

O significado da terra é o significado do trabalho e o trabalho é o significado da família, como o é, igualmente, a terra enquanto patrimônio. Mais que objeto de trabalho, a terra é o espaço da família (WOORTMANN, K., 1990, p. 43).

O autor utiliza as categorias nucleantes “terra, trabalho e família” para explicar uma lógica de vida e produção que vai além da lógica do lucro da negociação, uma lógica fundada em uma ética moral, daí a importância de se destacar a questão moral no que se refere ao tamanho da propriedade ideal aos camponeses do oeste catarinense, pois o tamanho da propriedade está muito mais

²⁹ Sr. Schmitz Camponês do Município de Nova Erechim.

vinculado à reprodução da condição camponesa, considerando a ordem moral que fundamenta a campesinidade da família, do que à viabilidade econômica, que fundamenta a definição do Estado.

A Tabela 1 apresenta a área dos estabelecimentos agropecuários³⁰ em número e percentual dos estabelecimentos e em área ocupada e percentual de área ocupada pelos estabelecimentos na microrregião de Chapecó no oeste catarinense.

Tabela 1 – Estabelecimentos agropecuários na microrregião Geográfica Chapecó – SC				
Ano 1996				
Grupos de área total	Variáveis dos Estabelecimentos Agropecuários			
	Nº.	Nº. em (%)	Área em Hectares	Área em (%)
Menos de 1	393	1,28	176,982	0,03
1 a menos de 2	716	2,32	916,031	0,18
2 a menos de 5	3.539	11,49	12.416,977	2,43
5 a menos de 10	7.525	24,42	55.200,516	10,79
10 a menos de 20	11.617	37,71	159.969,274	31,28
20 a menos de 50	5.999	19,47	170.380,257	33,32
50 a menos de 100	753	2,44	49.299,388	9,64
100 a menos de 200	177	0,57	23.558,220	4,61
200 a menos de 500	67	0,22	20.060,688	3,92
500 a menos de 1.000	18	0,06	11.500,190	2,25
1.000 a menos de 2.000	4	0,01	5.037,610	0,99
2.000 a menos de 5.000	1	0,00	2.877,000	0,56
5.000 a menos de 10.000	-	-	-	-
10.000 a menos de 100.000	-	-	-	-
100.000 e mais	-	-	-	-
Sem declaração	-	-	-	-
Total	30.809	100,00	511.393,133	100,00

Fonte: IBGE

Organização: Regiane Martins de Oliveira Sabú.

³⁰ Antes das considerações em relação aos dados da tabela é importante esclarecer que o IBGE, apesar de também corresponder a uma instituição estatal, não compartilha dos mesmos conceitos que o INCRA, para o levantamento de dados a respeito da agricultura no país no que se refere aos Censos Agropecuários, de maneira que, o conceito de módulo fiscal, pequenas, médias e grandes propriedades, bem como o conceito de propriedade familiar, não são utilizados pelo IBGE. Neste sentido apontamos, mais uma vez, a necessidade de cautela, na interpretação dos dados, e principalmente na comparação entre os dados fundamentados no INCRA e os dados fundamentados no IBGE. Utilizaremos, agora, o termo estabelecimento agropecuário respeitando os dados da fonte de pesquisa e, preocupados em não cometermos o erro de mudar o sentido e os dados desta fonte, esclarecemos que o conceito de estabelecimento agropecuário, utilizado pelo IBGE é definido como "unidade de produção" e não "unidade de propriedade". Nesse sentido, uma propriedade tanto pode ser 1 (um), como mais de 1 (um) estabelecimento agropecuário. Outro fator de devemos considerar é a indisponibilidade de dados atualizados, já que os dados apresentados se referem ao censo agropecuário 1996/1997. Apesar disso, os dados da tabela representam importante fonte para este debate e neste sentido serão utilizados, com a devida cautela.

Respeitadas as particularidades entre os dados do INCRA e os dados do IBGE, bem como relevada a ausência de dados mais recentes e a indisponibilidade de dados em relação ao número de estabelecimentos agrícolas de cinco municípios da microrregião de Chapecó³¹, é possível observar através dos dados na Tabela 1 o domínio campestino no oeste catarinense, pois mais de 95% dos estabelecimentos rurais desse território limitam-se ao máximo de 50 hectares, sendo que 75% do total, têm até 20 hectares.

Se para o INCRA, a pequena propriedade é aquela que possui entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais, sendo que na microrregião de Chapecó a média dos módulos fiscais corresponde a 19 hectares, os estabelecimentos agropecuários com até 76 hectares em média, são considerados pequenas propriedades. Isto é, apesar da margem de distorção entre os dados e uma e outra instituição, podemos tranquilamente dizer que, no que se refere ao tamanho das propriedades, mais de 99% da microrregião de Chapecó, está territorializada pelo campesinato.

Principalmente se considerarmos a proposta de Oliveira (2003) que, quando estabelece as médias nacionais para pequena propriedade aquelas com extensão inferior a 200 hectares, média propriedade aquelas com extensão entre 200 e menos de 2.000 hectares e grande propriedade aquelas com extensão acima de 2.000. Neste caso, a microrregião de Chapecó no oeste de Santa Catarina possuiria uma grande propriedade.

Por outro lado, tomando emprestada a metodologia aplicada pelo autor e aplicando-a estritamente na área pesquisada, considerando a média de extensão em hectares do módulo fiscal da microrregião de Chapecó – 19 hectares - para classificar as propriedades deste território, teríamos definidas como pequenas propriedades aquelas com extensão menor que 76 hectares; médias propriedades aquelas com extensão entre 76 e menos de 285 hectares e grandes propriedades aquelas com extensão superior a 285 hectares. Nesse exercício o número de grandes propriedades nesta microrregião seriam 90 estabelecimentos agropecuários.

Não podemos deixar de destacar, também, a disparidade entre o grande número de pequenas propriedades com pouca extensão de terra e o pequeno número de grandes propriedades com muita extensão de terra, que retratam a

³¹ Os municípios cujos dados estavam indisponíveis, tanto no IBGE quanto na Secretaria Municipal de Agricultura dos municípios estão identificados na tabela do ANEXO B com o símbolo (*).

desigualdade de acesso a terra em nosso país. Obviamente essa realidade é mais suave nesse território, quando comparada a outros territórios do país. As causas históricas dessa distinção serão abordadas no capítulo 2, quando tratarmos das políticas de colonização para a região sul do Brasil e mais precisamente para o oeste catarinense. Vejamos por ora o gráfico (Figura 3) que evidencia a frase: “tão poucos com tanto”:

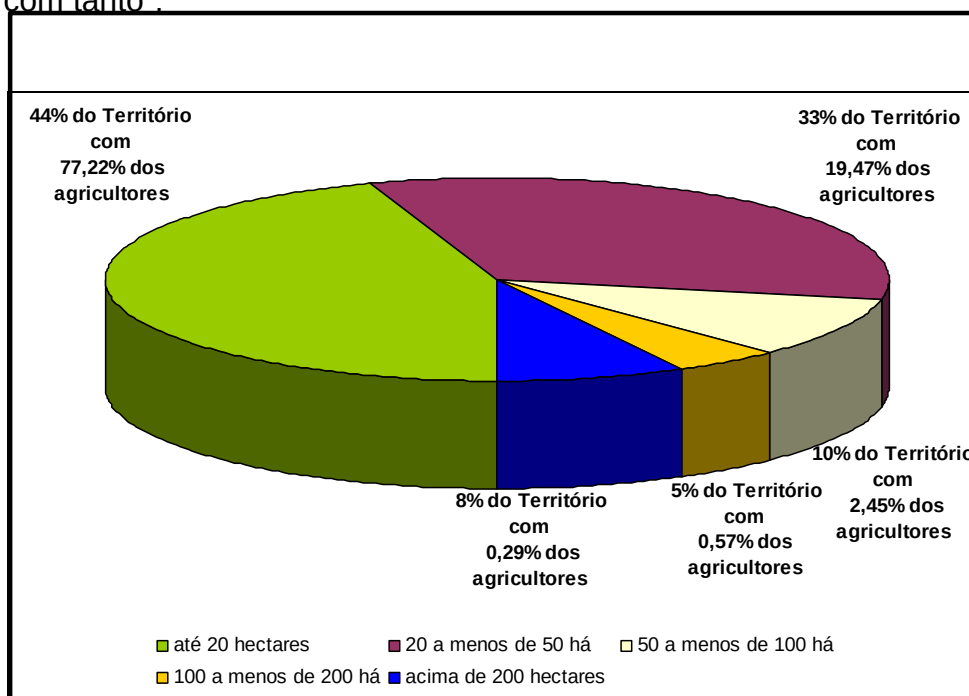


Figura 3 - Gráfico: relação de território ocupado x número de estabelecimentos agrícolas

Fonte: Censo Agropecuário IBGE.

A partir do gráfico (Figura 3) percebemos mais claramente que apesar do território em estudo não ser dominado por grandes propriedades rurais como nos mostra a Tabela 1, dos trinta mil oitocentos e nove estabelecimentos rurais, apenas noventa deles, ou seja, 0,29% representam grandes propriedades de terra – com mais de 200 hectares de extensão. Infelizmente, esse número que é inferior a meio por cento dos estabelecimentos da microrregião domina quase quarenta mil hectares do território, ou seja, oito por cento do território.

Por outro lado, é satisfatório perceber que mais de setenta e cinco por cento dos agricultores possuem pequenas propriedades com até 20 hectares e produzem em mais de duzentos e vinte mil hectares de terra, ou seja, quarenta e quatro por cento deste território. Estes pequenos agricultores, com até 20 hectares de terra, somados aos agricultores com até 50 hectares - também considerados pequenos

proprietários – totalizam mais noventa e seis por cento dos agricultores e ocupam setenta e sete por cento deste território.

São objeto desta pesquisa as propriedades com até 20 hectares de terra, ou seja, que foram indicadas pelos próprios camponeses entrevistados como de tamanho ideal para o trabalho e a reprodução da família e que predominam territorializadas nesta microrregião. Pois, a partir do debate apresentado em relação ao tamanho de propriedade que o latifúndio, o Estado e o camponês consideram adequado para a recriação da família camponesa, não há dúvidas em relação ao nosso recorte de pesquisa.

Optamos em concordância com os camponeses pesquisados delimitar nossa análise, a respeito da recriação camponesa no oeste catarinense, considerando as propriedades com até 20 hectares de terra, ressaltando que não foi possível encontrar, nessa área de estudo, grandes propriedades baseadas no trabalho familiar e na diversidade produtiva característicos do campesinato. Nesse sentido relacionaremos o tamanho da propriedade às relações de trabalho – e, posteriormente ao sistema produtivo nelas presente – para caracterizar o agricultor camponês deste território.

Consideramos que o tamanho da propriedade é fator determinante para o trabalho familiar, pois os próprios camponeses indicam que, quando desejam adquirir terras é porque algum filho está se casando, ou algum parente virá para a região. A maior parte dos entrevistados relata não desejar comprar muita terra, o que contradiz a lógica de que os pequenos proprietários desejam se tornar médios e grandes proprietários para serem mais competitivos.

Quando relatado o desejo de adquirir mais terra – principalmente entre os agricultores com até 5 (cinco) hectares, isso se justificava para melhorar a qualidade de vida da família. Neste contexto destacamos a distinção proposta por Almeida (2006, p. 304), quando se refere às diferenças do significado da terra para camponeses e capitalistas: “[...] a terra como fonte de comida, como produção e consumo, que tem marcado a separação entre camponeses e capitalistas, pois os primeiros precisam dela para reproduzir-se como camponeses, os segundos para explorar o trabalho alheio, para especulação e acumulação”.

Como distingue a autora para os camponeses a terra é uma condição de reprodução enquanto camponeses e para os capitalistas é condição de exploração e acumulação.

Nessa interpretação se explicam as diferentes dimensões a respeito do tamanho de propriedade ideal para o campesinato. Para os latifúndios não há terra camponesa, pois a terra tem um preço que o pobre não pode pagar nesse intento a Lei de Terras de 1850 cumpriu sua função; para o Estado, no discurso e constitucionalmente há terra para os camponeses – um módulo fiscal – porém na prática, o campesinato é impedido de reproduzir-se, pois o Estado está capturada pela elite latifundiária e capitalista que impede a reforma agrária. E, para os camponeses a terra e a vida se misturam, são interdependentes, pois a terra tem a dimensão da vida, da reprodução familiar.

Nesse sentido torna-se impossível estabelecer comparações entres os tamanhos considerados ideais para a reprodução camponesa pelo latifundiário, pelo Estado e pelo camponês – mesmo que estes possam coincidir – porque os valores que norteiam este debate são valores divergentes, que expressam a luta de classes.

Por outro lado, este debate é fecundo, pois desmascara as contradições que emergem na sociedade capitalista, muitas vezes, obscurecidas nas ideologias individualistas e traz à tona a possibilidade de reorganização do território brasileiro, por meio da apropriação justa e moral da terra com a efetiva reforma agrária.

1.4 O trabalho camponês e os conceitos de ordem moral e campesinidade

“Na agricultura todo mundo tem que trabalhar (a família toda). Mas a mulher agricultora trabalha mais, porque faz o que o marido faz na roça, cuida da casa, dos filhos, do marido, faz doce, queijo, cuida da criação – vaca, porco, galinha. Divide-se em quatro ou cinco. Porque pra ser agricultor tem que ter de tudo um pouco, senão não é agricultor é um vadio³²”.

O depoimento da Sr^a. Rebonato apresenta três importantes aspectos referentes ao trabalho camponês, esses aspectos foram destacados em várias entrevistas, entretanto, esse relato conseguiu em algumas palavras reuni-los:

- O primeiro se refere ao trabalho na propriedade que deve ser da família. Todo mundo tem suas atribuições e deve cumpri-las, desde o filho mais novo até os “nonos” – os avós – tem suas tarefas. O trabalho é a honra da família;
- O segundo aspecto se refere à questão da mulher agricultora, que muitas vezes, tem dupla ou tripla jornada e não é reconhecida;

³² Sr^a. Rebonato – Camponesa do Município de Guatambú

► O terceiro aspecto representa uma importante estratégia camponesa: “o agricultor tem que ter de tudo um pouco”, ou seja, a diversidade e a alternatividade produtiva na propriedade camponesa.

Para discutirmos esses três aspectos do relato da Sr^a. Rebonato, propomo-nos a explorar algumas imagens que fotografamos ao longo da pesquisa. Para os dois primeiros aspectos – o trabalho familiar como honra e o papel da mulher agricultora – nos fundamentamos no debate proposto por Woortmann, K. (1990) a respeito das categorias nucleantes do que ele chama de campesinidade na ordem moral camponesa e no debate proposto por Menegat (2002) a respeito das jornadas de trabalho – dupla ou tripla – das mulheres camponesas, que muitas vezes é tido como “ajuda” e que, no entanto, é indispensável para a reprodução da família camponesa.

No que se refere ao terceiro aspecto do relato da Sr^a. Rebonato – a questão da diversidade produtiva como estratégia de produção que permite a reprodução da família camponesa – discutiremos no item a seguir deste capítulo o sistema produtivo camponês onde nos fundamentamos no debate proposto por Woortmann, E. (1995) quando estuda o sistema produtivo dos Sítios de Sergipe enquanto um sistema de articulação entre diferentes espaços; e nas discussões propostas por Garcia Júnior quando destaca a produção de auto-consumo das propriedades camponesas como uma estratégia de diversidade e alternatividade, pois ao mesmo tempo em que pode ser comercializada pode também ser consumida.

Na primeira imagem, pretendemos debater o valor moral do trabalho para os camponeses. A fotografia (Figura 4) mostra a família do Sr. Marchioro no município de Quilombo. Nela aparecem três irmãos, sendo o Sr. Marchioro o mais velho que está de chapéu, a mulher ao lado é a vizinha que nos levou até a casa da família e a que está atrás em pé é a esposa do irmão do meio que reside na casa fotografada, os três irmãos trabalham juntos, têm as casa próximas, cada um tem mais ou menos 4 alqueires de terra, plantam “milho, feijão, fumo, têm dois aviário, umas vaquinha, fora as coisas do consumo”.

Pode parecer estranho à escolha da imagem da família tomando chimarrão para discutir o conceito moral de trabalho para o campesinato a que me proponho, entretanto essa imagem apesar de estática, retrata um contexto que merece ser revelado.

Esse registro fotográfico foi feito às quatro horas da tarde, momento em que esses camponeses vinham dos aviários e se preparavam para apartar as vacas e tirar o leite, nesse intervalo a esposa me concedera a entrevista e revelara que gostava de esperar o esposo com o chimarrão quentinho “porque é bom chegar e encontrar um chimarrão quentinho pra gente né?”, entre outras coisas revelara o quanto “a vida no interior é tranqüila e que pode não ter muito luxo, mas também não falta nada”, o que se percebe pela casa da família.



Figura 4 - Família do Sr. Marchioro no município de Quilombo

Fonte: Regiane Martins de Oliveira Sabú, outubro 2006.

Ao chegarem os homens, concederam-me um breve relato do trabalho no aviário e partiram para a “lida com as vacas”. Durante a entrevista, quando lhes pedi que permitissem fotografar a ocasião. Imediatamente responderam “mas vai tirar foto da gente sentado essa hora, vai parecer que a gente não trabalha”. Esta afirmativa revela o conceito moral que o trabalho tem para o camponês. Afinal, “o agricultor às quatro da tarde não pode estar sentado”. O trabalho faz parte da honra da família. Como destacou Sr^a. Rebonato “na agricultura todo mundo tem que trabalhar”. Nesse sentido, nos apoiamos nas discussões de Woortmann, K. (1990, p. 61), quando apresenta as categorias culturais que revelam o que ele chama de campesinidade do agricultor, sendo que o trabalho é uma delas: “A categoria trabalho, além de

outros significados que possa ter, na medida em que é constituinte do pai da família, é constituinte também da honra do pai, com ele da família como um todo”.

Segundo o autor a campesinidade é uma qualidade camponesa que se revela através dos valores sociais camponeses, que não estão presentes nessa ou naquela comunidade, pois são constituintes da ética camponesa como um todo. O autor defende que a “capesinidade pode estar presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos” que não é um modelo é um conjunto de valores éticos em que se fundamentam os camponeses para se reproduzirem enquanto classe daí serem encontradas em maior e menor grau entre os camponeses. Woortmann, K. destaca três “categorias comuns às sociedades camponesas” em seu estudo sobre a campesinidade no território brasileiro “terra, família e trabalho” e defende que “o importante não é que sejam categorias comuns aos camponeses, mas que sejam nucleantes e, sobretudo, relacionadas, isto é, uma não existe sem a outra”.

Ora já discutimos o valor moral da terra para os camponeses do oeste catarinense, cujo “valor do patrimônio” revela-se muito superior ao econômico, pois é o valor a vida da família, da honra, da herança do pai como apresentamos anteriormente no relato do Sr. Schmitz. Agora vemos que o trabalho como nos revela a Sr. Rebonato e o Sr. Marchioro, também é um valor moral presente entre os camponeses do oeste catarinense. Por isso, compreendemos facilmente porque incomoda ao camponês ser fotografado sentado, afinal a categoria trabalho é a expressão da honra da família, do esforço para reprodução enquanto grupo – comunidade/família –, da luta pela sobrevivência, pela tradição.

O trabalho familiar perpetua o que chamamos de tradição camponesa, os avós ensinam para os filhos que ensinam aos netos, que ensinam aos bisnetos. Como Woortmann, K. (1990, p. 54) destaca “o coletivismo interno da família tem sido um dos fatores de permanência do campesinato através da história”, o autor aponta ainda que esse coletivismo “começa a apresentar rachaduras que se expressam pela recusa dos filhos em aceitar o destino camponês”. Aqui destacamos o contexto das imagens fotografadas que apresentamos na Figura 5, onde o relato da família evidenciou a preocupação dos pais com a sucessão do seu patrimônio.

A Figura 5 mostra fotografias da família Stieven, onde mora o jovem casal (que aparece em uma das fotos), os pais da moça e a nona. Em uma das imagens a jovem aparece com a mãe e a avó, retratando as três últimas gerações (sua avó,

sua mãe e ela, da esquerda para a direita, respectivamente). As outras imagens retratam a propriedade de forma geral, em uma delas a mãe da jovem exibe uma penca da bananeira do pomar próximo a casa com expressivo orgulho.



Figura 5 - Propriedade da família Stieven do município de Cunha Porá.

Fonte: Regiane Martins de Oliveira Sabú, abril de 2007.

Escolhemos essas imagens para discutir a questão da sucessão na agricultura camponesa, bem como a questão do trabalho feminino, ou ainda, do patriarquismo na hierarquia camponesa, dando continuidade à discussão da campesinidade onde a família corresponde a uma das categorias nucleantes da ordem moral camponesa, considerando o relato da família a respeito da continuidade na terra a partir debate proposto por Woortmann, E. (1995) a respeito do casamento e da herança camponesa.

A preocupação com a sucessão do trabalho e do patrimônio dos pais, nessa propriedade foi uma das principais observações na entrevista com a família, também perceptível em outras famílias. Quando chegamos à propriedade retratada acima e pedimos a entrevista os pais da moça indicaram “pode ser com o meu genro e a minha filha, porque eles já sabem tudo”. Por um momento pareceu que a família não

demonstrava interesse em participar da entrevista, entretanto, ao revelarem a história da família foi fácil compreender essa indicação do pai, pois os pais da moça instituíram o jovem casal como sucessor no patrimônio da família. Como relataram os pais da moça, casaram a filha mais velha e doaram, junto a família do noivo um “capital” pra ela “começar a vida” com o esposo, na mesma comunidade.

A filha mais nova – a moça da foto – foi encaminhada para a cidade, para estudar, mesmo que contrariada, pois revelou ter terminado o segundo grau e não desejar cursar nível superior, mas “o pai insistiu”. A propriedade da família estava reservada para a posse do filho mais novo. Entretanto, ocorrera um acidente e o filho mais novo morreria afogado. Imediatamente o pai “foi buscar a filha na cidade e deu certo que ela casou com um rapaz que já era daqui mesmo”³³, tendo ficado a moça responsável por morar com a família e garantir a continuidade do patrimônio construído.

A partir desse contexto percebe-se claramente que o casamento figura também como uma das estratégias camponesas que favorecem a recriação da classe, pois os esforços das famílias se somam com o intuito de garantir a sucessão do patrimônio familiar, onde pelo menos um dos filhos é criado e condicionado, mesmo que “inocentemente” a dar “continuidade ao trabalho do pai”. Segundo Woortmann, E. (1995, p. 157): “Entre camponeses, o casamento não é uma simples questão de escolha individual; a rigor, não são apenas dois indivíduos que se casam, mas duas famílias que entram em acordo”.

Se, a princípio o futuro da moça estava condicionado ao sacrifício de abrir mão da herança da família, pois o sucessor escolhido pelo pai seria o filho mais novo, com a morte do menino a família se reorganiza para garantir a sucessão do patrimônio através do casamento da jovem.

Segundo o relato da jovem, o pai está passando para o novo casal, gradualmente, todas as atividades da propriedade.

“Eu fiquei um ano em Chapecó, parava na casa de uma mulher, cuidava uma menininha e a noite eu estudava. Eu nunca gostei de mora lá, eu chorava bastante, porque lá é sempre trancada né. O pai e a mãe me convidaram pra ficar aqui, eles iam até me dar uma porcentagem pra ajudar trabalha na roça e eu resolvi ficar aqui...aí eu casei meu marido veio ficar aqui com nós, os pais dele são daqui...ele trabalhava na Alfa, uns 4 ou 5 anos e saiu ...Agente resolveu vim morar aqui junto com eles, dar continuidade ao trabalho, o que eles construíram...Agora é mais eu e o meu

³³ Fala da mãe da jovem Stieven.

marido que vamos lidar com o fumo que é o trabalho mais manual o pai vai fazer mais o trabalho com o trator e a mãe fica na casa né³⁴”.

Durante a entrevista em vários momentos a jovem evidenciou o desejo de dar continuidade ao que foi construído por seus pais, constituindo sua família e continuando no campo, assim como o rapaz que deixou o serviço em que já estava “crescendo” para assumir o compromisso com a família da moça. Nesse caso o casamento não foi apenas uma decisão dos jovens para o seu futuro, mas principalmente uma decisão da família para o futuro do patrimônio, atendendo a uma “política matrimonial” que visa a “preservação do patrimônio indiviso, a felicidade do novo casal era assunto secundário” (WOORTMANN, K., 1990, p. 53).

Apesar da jovem não desejar o futuro na cidade ela havia se submetido aos interesses da família, pois o patrimônio camponês nesse caso não seria dividido para que o herdeiro não fosse empobrecido e não houvesse o risco de não mais conseguir manter a tradição camponesa da família. Sobre e esta questão Woortmann, K. (1990, p. 52) destaca que: “A continuidade do grupo implica o “sacrifício” de alguns, ou mesmo da maioria dos indivíduos. Sua temporalidade envolve, ao mesmo tempo, a continuidade e a ruptura, na medida em a permanência do todo implica o sacrifício de parte dos seus membros”.

A decisão do pai, para que a moça estudasse foi uma estratégia de, por um lado, garantir que o patrimônio ficasse com o filho mais novo e, por outro lado, de não desamparar a jovem, pois através do estudo o pai desejava que a moça tivesse “uma colocação na cidade”.

Contudo, a morte do menino exigiu que a família toda se reorganizasse e o casamento da filha, mais do que uma decisão individual da moça, significou uma nova estratégia de reprodução camponesa, garantindo a sucessão do patrimônio familiar.

A jovem demonstrou durante a entrevista enorme satisfação em ter se casado e poder continuar na terra, pois no tempo em que esteve na cidade, sentia-se presa. Esse sentimento de prisão enquanto morava na cidade revela aquilo que Woortmann, K. (1990) considera uma das categorias da camponêsidade que é a “liberdade”.

Outro aspecto do relato da jovem nos parece de grande relevância e retoma aquilo que a Sr^a. Rebonato questiona em sua fala em relação ao “papel” da mulher

³⁴ Jovem camponesa Stieven no município de Cunha Porá.

camponesa. Ora, sendo a única herdeira – após a morte do irmão mais novo – para a família Stieven a sucessão do patrimônio familiar só fora designada para a jovem na medida em que essa se casou com um rapaz da comunidade que abriu mão de seu trabalho remunerado para assumir junto à família da moça o compromisso de dar continuidade ao patrimônio da família.

A condição do matrimônio fora, explicitamente colocada, para que a moça pudesse ser sucessora da propriedade da família. Esse fato reflete a hierarquia patriarcal enquanto mais uma categoria nucleante da ordem moral camponesa, onde o homem – o pai – assume preferencialmente o lugar de sucessor do patrimônio familiar e, quando a filha é a única opção para sucessão, o pai procura casá-la com um rapaz a quem ele acolha como filho e lhe passe o patrimônio como herança. “De uma união bem arranjada poderá depender o futuro do patrimônio familiar” (WOORTMANN, E., 1995, p.164).

O trabalho – principalmente o do homem – é a expressão da honra da família, “se não trabalhar, não é agricultor é um vadio”, nesse sentido a escolha do noivo e a condição de “rapaz trabalhador”, fora essencial para o casamento da jovem. Em todas as famílias entrevistadas a importância dada à participação de todos nas atividades da propriedade foi unânime. Não houve em nossas entrevistas alguém que revelasse não cooperar nas atividades da propriedade. Entretanto, a Sr^a. Rebonato, em seu relato questiona aquilo que muitas vezes ficou implícito nas entrevistas com as mulheres camponesas, e que a fala da jovem Stieven também nos revela, mesmo que subjetivamente. A questão do trabalho da mulher camponesa.

Como relatou a Sr^a. Rebonato “a mulher agricultora trabalha mais, porque faz o que o marido faz na roça, cuida da casa, dos filhos, do marido, faz doce, queijo, tudo..., cuida da criação – vaca, porco, galinha. Se divide em quatro ou cinco”, a jovem também deixou claro que assume junto ao marido o trabalho mais pesado “manual” da propriedade que é a “lida com o fumo”, mesmo assim colocou-se numa condição de ajudante, quando muitas vezes como revela a Sr^a. Rebonato ela trabalha tanto ou mais que o marido.

Esse aspecto reflete a hierarquia patriarcal presente na ordem moral camponesa e sobre esta questão Menegat nos esclarece que “esta lógica tem reservado um espaço secundário a mulher e ao homem o lugar de destaque” a autora destaca ainda que: “A identidade feminina foi construída nos padrões da

sociedade patriarcal, moldando a vida das mulheres sob a sombra dos homens. Tal situação delimitou o espaço da casa como aquele adequado à mulher” (MENEGAT, 2000, p.143).

Nessa perspectiva é que se impôs o casamento como condição para a herança do patrimônio para a jovem. Enquanto ela e o esposo morarem com os pais da jovem, devem assumir gradativamente a sucessão do patrimônio. Inicialmente o domínio das atividades da casa está aos cuidados da mãe, como ambas relataram, a jovem assume o papel de “ajudante” do esposo, na medida em que estão recebendo o apoio do pai para assumirem as atividades na propriedade. Posteriormente quando “eles já tiverem se feito e tiverem filhos”, segundo a mãe, ela passará à filha as “atividades da casa” relacionadas ao domínio feminino na ordem moral camponesa, isto é, “cuidar da casa, dos filhos, do marido, fazer os doces, queijos, cuidar da criação, da horta, do pomar”, a mãe ainda ressalta que “ela já sabe tudo, mas agora é hora dela ajudar o marido”.

Para a família, por enquanto cabe a jovem o papel de “ajudante” em todas as tarefas da propriedade, na medida em que se consolidar a intenção do pai em estabelecer o casal como sucessor do patrimônio caberá ao rapaz as tarefas produtivas voltadas “para fora” e à jovem as tarefas voltadas “para dentro”. Sobre a divisão das tarefas nas pequenas propriedades Garcia Júnior (1983, p. 59) revela que:

Há diferenças de sexo e idade nas tarefas executadas, bem como há normas explícitas de autoridade dentro do grupo doméstico que define quem decide sobre o quê. É ao homem, pai da família, que cabe organizar as tarefas do roçado para prover a casa. E é a mulher, mãe da família, que cabe organizar as tarefas da casa que possibilitam o consumo do grupo doméstico.

Durante a entrevista a moça fez questão de destacar a divisão das tarefas, onde ela e o marido “ajudam” ao pai na lavoura, cabendo ao pai o trabalho com o trator, sua mãe nos cuidados com a casa, o pomar, a horta, a costura, a criação e, principalmente, com a nona que já possui idade avançada e necessita de atenção regular, confirmando a diferença de sexo e idade nas atribuições da propriedade, bem como a autoridade patriarcal.

Por outro lado, constatamos que se “as mulheres estão inseridas em diversos espaços, resultando na dupla ou tripla jornada” na propriedade, mesmo sendo consideradas como “ajudantes”, estão, ao mesmo tempo afirmando “a

importância do seu trabalho na produção e no gerir o sustento” (MENEGAT, 2000, p. 148).

Acreditamos que, como nos propõe Menegat, seja possível uma mudança “mesmo que de forma lenta” no tradicional papel que foi reservado a mulher de “ajudante ou dependente do homem”. Esta mudança não significará, no entanto, uma ruptura com a ordem moral camponesa patriarcal, mas, sobretudo, uma reestruturação que permitirá a reprodução camponesa, visto que as mulheres poderão assumir a sucessão do patrimônio familiar historicamente reservado aos filhos homens, bem como o reconhecimento de seu trabalho de agricultoras como a Sr^a. Rebonato nos revela que muitas vezes “a mulher agricultora trabalha mais do que o homem e não é reconhecida”.

É neste sentido que Menegat (2000, p. 144) ressalta a atuação dos movimentos de mulheres que marcaram as décadas de 1980 e 1990: “[...] estavam presentes as reivindicações e a luta pelo reconhecimento de sua condição como categoria de trabalhadoras e produtoras rurais, solicitando direitos que vão além das questões de terra, salário e produção”.

A autora destaca ainda as palavras de ordem do movimento de mulheres rurais dos cinco estados do sul do Brasil – Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul – em 1991: “Mulher trabalhadora Rural: Declare sua Profissão”. E nós sob o mesmo enfoque, destacamos o tema de 2006 do Movimento de Mulheres Agricultoras – MMA/SC: “Filhas da Terra na construção de um projeto novo”.

Acreditamos que haja na luta das mulheres agricultores quando se referem a um “projeto novo”, também uma nova forma de reconhecer seu papel e sua importância na propriedade familiar, não como “ajudante ou dependente”, mas como responsável junto à família pela reprodução da condição camponesa dos descendentes. Como nos relatou a Sr^a. Bach³⁵ ao recomendar a vizinha para conceder-nos a entrevista: “Ali, você pode conversar com a mulher, que ali é ela que sabe tudo..., que controla tudo, o marido dela não se mete em nada, ele trabalha, mas é ela que administra tudo”.

Nesta indicação ficou evidenciado o papel de Sr^a. Nogueira, que na comunidade é reconhecida como uma mulher de pulso que toma iniciativa e é

³⁵ Sr^a Bach - camponesa do município de Cordilheira Alta

admirada pelas mulheres da vizinhança que relatam que “pra o que precisar pode vê com ela que ela é uma pessoa ótima, se precisa ela até dirige carro, trator,...”.

É inegável que a importância da mulher camponesa tem se firmado entre os camponeses, principalmente pela preocupação com a reprodução do campesinato, diante do impasse a respeito da sucessão do patrimônio, por outro lado, assim como no relato da Família Stieven, os pais condicionam a sucessão da propriedade ao casamento, pois como vimos não é apenas uma questão hierárquica patriarcal, mas a família é uma categoria nucleante da ordem moral camponesa e, embora havendo um maior reconhecimento do papel da mulher na propriedade, a família continua sendo uma condição da reprodução do patrimônio, daí a exigência do casamento.

A família, enquanto nucleante da campesinidade antecede o debate entre o papel do homem e o papel da mulher na ordem moral camponesa. Havendo, em muitos casos o justo reconhecimento do trabalho de ambos, quando compreendem que, para que a reprodução da família ocorra, as necessidades do grupo/família devem se sobrepor aos desejos do indivíduo. Seja o pai, a mãe ou os filhos. “[...] o grupo familiar é o campo decisivo, pois é a partir dele que o campo organizativo da unidade camponesa é pensado” (ALMEIDA, 2006, p.329).

Não foram raras as ocasiões em que encontramos famílias preocupadas com a sucessão do patrimônio, nesses casos a primeira condição para a decisão dos pais a respeito do filho que revela “maior vocação” para assumir o patrimônio da família, refere-se muito mais à constituição de sua família, ou seja, se já é casado, se seu conjugue também é da agricultura, pois pode ocorrer que o filho escolhido para a sucessão faça um “mau casamento” ou “vá embora para a cidade”, nesses casos a constituição de um grupo familiar que possa dar continuidade ao patrimônio, antecede o papel dos gêneros na escolha do filho sucessor. O principal critério observado em nossa pesquisa é que a sucessão do “patrimônio da família deve ser para uma nova família”

Em muitas famílias percebemos a constante preocupação em “colocar os filhos”, incentivando àqueles que o “futuro está na cidade” ao estudo, às moças tanto a preparação para serem esposas, caso se consiga um bom casamento, quanto ao estudo – principalmente para professora – e ao filho escolhido para a sucessão dos pais as atribuições em relação à administração do patrimônio familiar. Em todas as famílias entrevistados os pais revelaram já ter pensado a respeito da sucessão do

patrimônio ou mesmo já ter “indicado” o filho ou filha com maior interesse e aptidão para assumir o patrimônio dos pais.

Alguns filhos e filhas escolhidos como herdeiros do patrimônio revelaram estarem tranquilos com esse assunto – especialmente os que já constituíram família –, outros revelaram preocupação com o futuro na agricultura, entretanto nenhum expressou o desejo de vender o patrimônio da família, pois isso, se mencionado entre as perguntas, parecia mesmo uma ofensa.

Como vimos nas propriedades camponesas “família, trabalho e terra, nessa ordem social, constituem um ordenamento moral do mundo onde a terra, mais que coisa, é patrimônio” (WOORTMANN, K., 1990, p.62).

Segundo o autor, terra, trabalho e família não podem ser considerados separadamente “pensar trabalho é pensar terra e família” assim como pensar a terra é pensar o trabalho e família e pensar a família é pensar terra e trabalho.

Sobre a herança do trabalho passada de pai para filho Brandão (1999, p. 39) destaca que:

Mesmo quando a “ajuda” de um filho não é necessária ao andamento do trabalho [...], ele é convocado a participar, porque assim como se reconhece que o principal sujeito socializador de um filho é o seu pai, assim também se reconhece que não há, em hipótese alguma, situação mais adequada para essa aprendizagem essencial realizada como um ensino, mas fora do estudo, do que a do trabalho que ao mesmo tempo inculca saberes de ofício e os do *habitus* do *ethos* camponês; que vai desde a sagaz esperteza dos negócios da produção até uma generosa honestidade que deve reger as relações entre produtores considerados como próximos e iguais.

Como destaca o autor é no cotidiano do trabalho no campo que se transmite de geração a geração os saberes, não apenas de produção, mas principalmente de reprodução do campesinato. Durante as entrevistas constatamos que o trabalho é desenvolvido por todos da família de acordo com suas possibilidades e o camponês “pra ser honrado” deve ser um homem trabalhador. Em muitos relatos foram contadas histórias de momentos de dificuldade ou doença em que o camponês não conseguindo realizar a colheita ou mesmo os trabalhos da rotina da propriedade (lidar com a criação, a horta, o pomar...) pode contar com a ajuda dos vizinhos da comunidade, ou mesmo de parentes mais afastados.

O relato a seguir refere-se a uma situação dessas em que a cooperação, “a troca de dia” – como se costuma dizer entre os colonos – revelam a sociabilidade camponesa, bem como o valor do trabalho na ordem moral camponesa que estamos discutindo. Para o camponês o valor do trabalho não corresponde ao da mão-de-

obra assalariada, enquanto mercadoria, e sim à própria honra camponesa. Segundo o relato do Sr. Telmo:

“Há uns anos atrás, eu tive um problema de saúde grave, e a mulher e os filhos não podiam sozinhos com o serviço, naquele ano eu tinha 4 hectares de fumo, e o fumo se não colher no tempo agente perde. Então, se não fosse a ajuda dos vizinhos aqui da comunidade, eu não sei. O seu Luís é um vizinho que, qualquer hora a gente pode contar, ele conversa com todo mundo, junta o pessoal e se precisar ta todo mundo lá... Aqui na comunidade a gente se ajuda muito, a convivência é muito boa, sempre fazemos os serões, jogamos, cantamos, comemos. É uma festa, nós aqui temos diversão também³⁶”.

Esse relato não foi o único nesse sentido, no entanto é expressivo em relação à “cooperação” enquanto um valor moral entre os camponeses, como escreve Brandão (1999) “uma honestidade generosa” que favorece a reprodução da condição camponesa da família e ao mesmo tempo da classe.

O Sr. Telmo nos fez este relato muito emocionado, deixando muito claro o quanto estima os vizinhos da comunidade e a dívida de honra que possui, por ter recebido “ajuda numa hora tão difícil”. Por um lado nada foi “cobrado” por aqueles que o ajudaram, mas o que faz o Sr. Telmo se sentir em débito com os vizinhos é sua ética, o sentimento de reciprocidade em relação aos seus vizinhos. Se o Sr. Telmo tivesse pagado em dinheiro aos vizinhos pelos dias dedicados à sua propriedade, este fato já teria sido por ele esquecido, afinal “já faz anos”, no entanto, nada lhe foi cobrado, daí o valor da dívida ser tão grande, pois não é uma dívida monetária e sim uma dívida de honra.

Esse fato é expressivo de que as relações de trabalho entre os camponeses, raras vezes, correspondem a relações assalariadas. Não estamos dizendo que não haja assalariamento ou dias remunerados em algumas ocasiões, entre os entrevistados, no entanto, não pudemos perceber relações comerciais no que se refere à contratação de mão-de-obra, pois grande parte das famílias pesquisadas, não pode dispor de recursos para pagamento de salários e procuram realizar os trabalhos mais pesados, trocando dias ou mesmo contando com a ajuda de vizinhos e parentes – até mesmo da cidade – que recebem por seu trabalho a comida do dia e estes dias se tornam dias festivos, muito mais do que dias de trabalho na opinião dos próprios camponeses.

³⁶ Sr. Telmo – Camponês do Município de Coronel Freitas.

É nessas ocasiões que destacamos que o trabalho camponês não tem preço. Vale a honra, a amizade, a convivência e a própria reprodução camponesa, ou seja, dos valores que reproduzem a campesinidade entre os agricultores. Esse aspecto distingue claramente a classe camponesa da classe trabalhadora e da classe proprietária.

Segundo Woortmann, K. (1990) a ordem moral camponesa se fundamenta na ética em que o “direito das pessoas se sobrepõe ao direito das coisas”. Ora porque entre os camponeses é comum a “troca de dias” ou mesmo a “ajuda” ao vizinho impossibilitado de fazer o trabalho por uma doença como no relato do Sr. Telmo? Segundo o autor, que aborda situações parecidas em relação à “troca de tempo” nos sítios de Sergipe, esses momentos “além de responder a uma necessidade prática, possui também um significado simbólico: não se está apenas produzindo um roçado – ou realizando uma colheita de fumo como no caso do Sr. Telmo – **está se reproduzindo uma comunidade**” (WOORTMANN, K., 1990, p.32, grifo nosso).

A partir do contexto dos relatos citados, bem como das fotografias retratadas concluímos que “terra, trabalho e família” são de fato categorias nucleantes da ordem moral camponesa, e que, no oeste catarinense, representam não apenas a base da produção camponesa, mas principalmente, a reprodução da condição camponesa das famílias pesquisadas.

Entre os camponeses entrevistados em nenhum momento se ouviu queixas em relação ao trabalho árduo da lavoura, ao contrário, muitas vezes ouvimos o pai dizer com orgulho sobre os filhos ainda jovens que trabalham “como os grandes” para ajudar a família. Apesar das preocupações em relação ao “futuro da agricultura no país”, muitos entrevistados revelaram não desejar outra vida para seus filhos.

1.5 Sistema produtivo camponês: diversidade e alternatividade

Basta olhar a organização do espaço no oeste catarinense para perceber o domínio camponês nesse território. A imagem retratada a seguir é a expressão que nas propriedades camponesas encontramos uma “[...] versatilidade própria de uma organicidade voltada à reprodução das condições de existência, que comporta

lavouras cujas dimensões não se sustentariam sob formas tipicamente capitalistas” Paulino (2003, p.231).

O espaço retratado não é neutro, ele nos revela a organização camponesa, nos revela um sistema produtivo que permite ao agricultor extrair o máximo da produtividade de um território, ocupando-o por um lado com lavouras comerciais e por outro lado com produções para o auto-consumo da propriedade. Por meio da Figura 6 podemos observar a articulação da produção aos vários produtos: o feijão, o milho, a cana-de-açúcar e a soja. Essa é uma prerrogativa para a sobrevivência camponesa.



Figura 6 - Diversidade produtiva na Linha Cairú, em Coronel Freitas³⁷

Fonte: Regiane Martins de Oliveira Sabú, maio de 2007.

Paulino (2003) não se refere, na citação, a classe camponesa do oeste catarinense, entretanto como a diversidade da produção é uma das estratégias para o camponês se proteger das formas predatórias de extração de renda da terra realizada pelos diferentes agentes no sistema capitalista, a fala retrata também os camponeses do oeste catarinense. Paulino (2003) ainda complementa afirmando que quanto “maior for a variedade de cultivos, criações e demais atividades afeitas, menor a vulnerabilidade e maior a possibilidade dos camponeses se apropriarem da renda gerada internamente”.

³⁷ Diversidade Produtiva em pouca extensão de Terra: o feijão, o milho, a cana-de-açúcar e a soja – Linha Cairú, Município de Coronel Freitas.

Pudemos perceber no item anterior deste capítulo na fala da Sr^a. Rebonato que segundo a ordem moral camponesa “o agricultor tem que ter de tudo um pouco, senão, não é agricultor é um vadio”.

Durante várias entrevistas, os camponeses demonstraram saber que não podem acompanhar os moldes das grandes propriedades monocultoras, que muitas vezes lhes é sugerido pelos técnicos³⁸ e demonstram preocupação em ocupar cada espaço produtivo, cultivando o máximo possível de alimentos para o consumo na propriedade, pois essa é uma condição para a sobrevivência da classe camponesa, ou seja, o camponês tem consciência da necessidade de produzir a maior diversidade possível na sua propriedade, pois isto garantirá ao camponês a independência enquanto consumidor. Como nos relata Woortmann, E. (1983, p. 200) a respeito dos camponeses dos sítios de Sergipe: “O conhecimento camponês orienta no sentido de procurar constituir seu sítio num sistema fechado de insumos-produtos em que cada parte produz elementos necessários à outra parte”.

A autora ainda destaca que “a lógica consiste em minimizar os gastos monetários com a produção”. Nessa lógica de minimização dos gastos é que percebemos a diversidade produtiva como uma fundamental estratégia de sobrevivência como descrito no relato a seguir:

“Agente planta fumo e soja para vender (lavouras comerciais). Agente depende pouco do mercado, agente economiza muito porque a gente não tinha nada e temos o que temos hoje por causa da economia..., porque aqui na propriedade agente tem tudo... É o açúcar da cana, é a batata doce, o amendoim, verduras, frutas, abobrinha, pipoca, batata, o vinagre a gente faz, ovos agente tem, galinha, leite, queijo, chimia (doces), farinha de trigo, porque a gente planta o trigo, a farinha de milho, algumas plantas pra chás... O que a gente depende de comprar no mercado é shampoo e alguma coisa assim...”³⁹.

O que a Sr^a. Perin chama de economia é na verdade a “lógica de minimização dos custos” como nos diz Woortmann, E. (1983), pois “se tivesse que tirar da venda do produto tudo o que precisar agente sabe que não dá pra sobreviver à família”, por isso produzir para o consumo da família concomitantemente a produção comercial é fundamental para garantir a sobrevivência e a recriação da classe camponesa, minimizando os custos da propriedade, da mesma forma, a combinação de culturas temporárias que também figura como uma alternativa na lógica de aproveitamento do espaço nas propriedades camponesas.

³⁸ Sejam das empresas integradoras que sugerem a dedicação integral da família a atividade, principalmente no que se refere aos suínos, ou mesmo os técnicos das instituições governamentais que apóiam programas do governo.

O sistema produtivo camponês fundamentado na diversidade apresenta-se não apenas como uma estratégia de reprodução da classe, mas principalmente como estratégia de produtividade, pois todos os espaços da propriedade são aproveitados para o cultivo diversificado de produtos que vão alimentar a família, por um lado – através da produção para o consumo – como relata a Sr^a. Perin e, por outro lado, produtos que vão gerar renda à propriedade – pois se destinam ao mercado comercial.

Essa dupla funcionalidade da propriedade que ao mesmo tempo em que produz para a reprodução social da família produz para o mercado comercial é o principal diferencial em se tratando do sistema produtivo camponês. “As atividades econômicas são dimensionadas de tal forma que possam ajustar-se às condições objetivas da unidade familiar” (PAULINO, 2003, p.199).

A avaliação de como realizar o melhor aproveitamento possível da propriedade é submetida a uma série de critérios, cuja combinação culminará, pelo menos sob a ótica camponesa, em condições favoráveis à reprodução da família, em primeiro plano, e na geração de renda, em segundo plano.

Não foi possível nesse estudo, delinear um “modelo” de sistema produtivo comum às propriedades camponesas visitadas, a exemplo do estudo desenvolvido por Woortmann, E. (1995) nos sítios de Sergipe, mesmo porque, entre as propriedades visitadas encontramos camponeses cujo produto principal para a produção comercial era a suinocultura, outros a avicultura, outros o fumo, outros ainda a soja. Além disso, como destaca Garcia Júnior. “não é a rotina nem a tradição que informam a escolha dos produtos”. Muitos entrevistados relataram ter “ganhado muito dinheiro com grãos, mas agora o grão não dá mais, então a gente muda né”. Como a Sr^a. Perin que também nos contou que está se preparando “para alojar os suínos e dando certo os suínos” a família pretende deixar o fumo “porque fumo é só problema”. Ou mesmo, o exemplo do Sr^a. Camera⁴⁰ que chegou a ter “três aviários” e agora se dedica só aos “suínos, pra fora”.

Apesar de, nessa pesquisa, não ter sido possível delinear a distribuição das atividades produtivas no território estudado, estabelecendo um modelo de organização das propriedades que retrate o sistema produtivo camponês, podemos tranquilamente concluir que independente da cultura desenvolvida “para fora” –

³⁹ Sr^a. Perin camponesa do município de Saudades.

⁴⁰ Sr. Camera – camponês do município de Guatambu.

como costumam se referir os camponeses quando se trata da cultura comercial – ou mesmo da atuação em duas ou três culturas comerciais, a combinação destas ao pomar, à horta, à criação de gado leiteiro e as culturas de subsistência – arroz, feijão, cana-de-açúcar, trigo – foi generalizada.

Wanderley (1999, p. 26) explica que “o sistema tradicional de produção camponês, denominado de policultura-pecuária é considerado uma sábia combinação entre diferentes técnicas”. Segundo a autora:

A experiência e o envolvimento nessa dupla face da atividade produtiva gerou um saber específico que pôde ser transmitido através das gerações sucessivas e que serviu de base para o enfrentamento... É esse saber que fundamenta a complementação e a articulação entre a atividade mercantil e a de subsistência, efetuada sobre a base de uma divisão do trabalho interno da família ou da prática do princípio da alternatividade.

A respeito “da prática do princípio de alternatividade” a autora destaca o debate proposto por Garcia Júnior que se refere à estratégia de produção para auto-consumo como “produção de culturas de alternatividade”, pois se o agricultor quiser inserir a produção dos gêneros de subsistência – mandioca, milho, arroz, feijão – no mercado a custo “vantajoso” poderá comercializá-lo e, quando não há vantagem na comercialização da produção ela não representa prejuízo, visto que atende às necessidades da família. O autor ainda destaca que as culturas de subsistência “tratam-se de lavouras que se destinam tanto ao auto-consumo quanto à venda eventual e têm, por conseguinte a marca da alternatividade: ou o uso comercial ou o uso doméstico”(GARCIA JÚNIOR, 1989 , p.88-89).

A hegemonia da diversidade produtiva e das culturas alternativas frente à monocultura é visível em toda a área pesquisada, mesmo nas propriedades de famílias não entrevistadas a organização do espaço priorizando a diversidade de produtos foi a principal constatação em nossas incursões sobre o território pesquisado, daí concluirmos como importante estratégia de reprodução camponesa o sistema de diversificação da propriedade e alternatividade da produção que garante ao camponês ao mesmo tempo a minimização dos custos da propriedade e a “renda livre” ou quase livre das culturas comerciais – como se referem os próprios camponeses.

Quase livre, porque nem sempre o camponês tem acesso a essa renda, pois quando não ocorrem prejuízos à produção – intempéries climáticas – o preço acaba não compensando muito – relação oferta/procura –, além disso, a renda quando

obtida é praticamente toda reinvestida nas atividades da propriedade consolidando o patrimônio da família e não configurando capital excedente. Como nos revelou a Sr^a. Perin quando disse que “a gente economiza muito, porque antes agente não tinha nada e se agente tem o que tem hoje é por causa da economia”, ou seja, por minimizar os custos da propriedade a família conseguiu, ao longo dos anos, estruturar seu patrimônio.

A respeito da opção camponesa em combinar a produção para o mercado e a produção para o auto-consumo Garcia Júnior (1994, p. 91) ao comentar os critérios propostos pela FAO para a avaliação dos assentamentos agrícolas no país por meio de dados a respeito da renda gerada pela produção e dos níveis de integração dos assentados com o mercado destaca que: “A especialização em cultivos comerciais só é rentável se a renda monetária que permite obter compensa favoravelmente a flutuação dos preços dos produtos de consumo corrente ao longo de todo o ano”.

Isto é, para entender a lógica do sistema produtivo camponês fundamentado na máxima diversificação possível da produção é necessário considerar que as vantagens monetárias obtidas com a produção para o auto-consumo referem-se aos gastos com custo destes produtos no mercado consumidor, onde o camponês teria que adquiri-los ao longo de todo o ciclo produtivo, caso não os produza.

A questão não é se o arroz está com o preço favorável para o mercado comercial, ao contrário, a questão é se o arroz está com o preço desfavorável no mercado consumidor, pois o arroz produzido pelo camponês, neste caso é para consumo e não para mercado. Isto é, se o agricultor deixar de produzir os gêneros de auto-consumo na propriedade ele terá que adquiri-los no mercado sob a condição de consumidor. Sendo assim, não é difícil aos camponeses perceberem as desvantagens entre o custo da produção para o consumo e o custo do consumo via mercado, pois se o camponês consegue produzir os gêneros de auto-consumo a baixo custo (visto que dispõe da terra principal recurso) seria ilógico considerar a possibilidade de adquiri-lo no preço do mercado consumidor.

O sistema de diversificação e alternatividade da produção camponesa apresenta uma lógica muito mais coerente que a lógica imediatista de inserção da produção ao mercado, pois antes de garantir a inserção da produção ao mercado, a preocupação camponesa está na produção das condições reprodutivas da família. É

a lógica da produção social do grupo combinada a produção comercial para o mercado.

Obviamente encontramos, em nossa área de estudo, agricultores que priorizam a produção para o mercado – principalmente entre os integrados da suinocultura, considerando os níveis de degradação ambiental que esta atividade apresenta na propriedade.

O que ficou evidente na comparação entre as propriedades com maior e menor diversificação e alternatividade da produção é que essa consolida-se como mais uma estratégia de recriação do campesinato, pois aqueles que produzem exclusivamente para o mercado se aproximam mais da lógica do empresariado rural do que da lógica produtiva ou reprodutiva camponesa, estando mais articulados ao mercado, estão também mais sujeitos às crises que decorrem do mercado comercial.

Não estamos dizendo que os camponeses que utilizam o sistema de diversificação e alternatividade não se integram ao mercado e que não estão, também, sujeitos às crises. Estamos sim, afirmando que os camponeses que adotam o sistema de diversificação e alternatividade, têm nele mais uma estratégia de resistência e recriação nos momentos de crise do mercado comercial.

E nesse sentido é que a lógica camponesa por meio a reprodução familiar reproduz o sistema de diversificação da produção como uma estratégia de reprodução da própria família e da condição camponesa. Como apresentamos ao longo desse capítulo as categorias que fundamentam a produção na agricultura camponesa colocam em primeiro plano a família, que se constitui e é “criada” para a terra, como a terra é organizada para a família, sendo o trabalho um elo que une terra e família, honrando a família e garantindo sua reprodução na terra. Ou, nas palavras de Woortmann, K. (1990, p. 23) “nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família”.

Esses são importantes diferenciais da classe camponesa, pois se por um lado ela não pode ser identificada como classe trabalhadora, pois apesar de viver do seu trabalho não se submete ao assalariamento, por outro lado não pode ser considerada classe proprietária, apesar da posse dos meios de produção, pois sua renda não é o resultado da exploração do trabalho de outros e sua produção muito

se distingue da lógica produtiva capitalista, pois se baseia na produção para a vida e não para o lucro.

2 TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO OESTE CATARINENSE?

2.1 Territorialização: a geografia camponesa no oeste catarinense

A diversidade camponesa inclui desde os camponeses proprietários privados de terras aos posseiros de terras públicas e privadas, desde camponeses que usufruem dos recursos naturais como os povos das florestas, os agroextrativistas, a recursagem, os ribeirinhos, os pescadores artesanais lavradores, os catadores de caranguejos e lavradores, os castanheiros, as quebradeiras de coco babaçu, os açazeiros, os que usufruem dos fundos de pasto até os arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem da terra por cessão; desde camponeses quilombolas às parcelas dos povos indígenas já camponeizados; os serranos, os caboclos e os colonizadores, assim como os povos das fronteiras do sul do Brasil. E os novos camponeses resultantes dos assentamentos de Reforma Agrária. (Carvalho *apud* GÖRGEN OFM, 2004, p.11).

Esse capítulo corresponde aos esforços para compreender a influência do contexto histórico de povoamento na configuração atual do território oeste catarinense, pois acreditamos que o povoamento desse território por meio de colonos descendentes de imigrantes europeus promoveu o que indagamos ser o processo de territorialização da classe camponesa na área pesquisada.

Certamente, as relações sociais e produtivas presentes nesse território na atualidade são frutos do contexto histórico que o configurou. Assim para debatermos a respeito da atual monopolização do território pelo capital, bem como as lutas, estratégias e alternativas de resistência do campesinato à territorialização do capital – como pretendemos no capítulo 3 – é necessário, inicialmente, compreender em que condições o capital industrial se expande e monopoliza o território oeste catarinense. É nessa perspectiva que, considerando o contexto histórico de povoamento deste território, buscando desvendá-lo enquanto processo de territorialização camponesa.

Esclarecemos que esse texto não tem pretensão de debater a trajetória histórica de colonização do território oeste catarinense em suas diversas nuances. Ao contrário, abordaremos essa temática no sentido de fortalecer nosso debate a respeito da territorialização camponesa, nosso principal critério de enfoque. Compreendemos, no entanto, que alguns indicativos a respeito do período que antecede essa territorialização são necessários, pois neles encontramos as contradições e interesses que colaboraram para o povoamento do oeste catarinense por meio do processo de colonização com imigrantes descendentes de europeus.

Nossa discussão a respeito do que indagamos ser a territorialização camponesa no oeste catarinense requer, a princípio, uma breve explanação sobre a concepção de territorialização e, conseqüentemente, de território, que utilizamos nesse trabalho, já que, consideramos a discussão desses conceitos de fundamental importância para a geografia enquanto ciência que desmascara as relações sociais que produzem e reproduzem o espaço geográfico.

Fundamentamo-nos no debate proposto por Oliveira (2004, p. 40) a respeito da construção do território: “A construção do território é, pois, simultaneamente, construção/destruição/manutenção/transformação. É em síntese, a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve”.

O autor ainda esclarece que o território “é o efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência” e nesse sentido, consideramos que a constituição do território jamais é estanque e que ao longo do processo histórico da humanidade a construção do território se dá por meio das diversas e divergentes relações sociais e produtivas que o configuram daí a constante necessidade de luta e resistência do campesinato no esforço de reproduzir-se e mesmo recriar-se no território. Assim, o resgate do processo de colonização que se configurou no território oeste catarinense poderá contribuir não apenas para confirmarmos o atual domínio territorial camponês no oeste catarinense, mas também, para compreendermos as estratégias e alternativas de luta e recriação desta classe.

Nesse capítulo procuramos explicitar alguns episódios de “construção/destruição/manutenção/transformação” das relações sociais e produtivas que produziram esse território enquanto um domínio camponês na atualidade, na medida em que procuramos evidenciar as contradições que

favoreceram a territorialização da classe camponesa, a partir do final do século XIX, principalmente.

Segundo Almeida (2006, p. 337) “[...] o que define território é a produção que a sociedade faz dele”, nessa perspectiva procuramos demonstrar ao longo do capítulo 1 - quando debatemos a respeito do tamanho da propriedade na ordem moral camponesa fundada nas categorias “terra, trabalho e família” e no sistema de diversificação e alternatividade enquanto estratégia de recriação camponesa - o domínio camponês no território oeste catarinense.

Esse domínio camponês foi, no entanto, constituído ao longo do processo histórico de apropriação deste território por colonos descendentes de imigrantes europeus provenientes das “velhas colônias” do Rio Grande do Sul. E, é esse processo histórico que consideramos patrocinador da territorialização camponesa.

Os fatores que favoreceram a territorialização camponesa no oeste catarinense, bem como algumas das incalculáveis estratégias de recriação desta classe para manter o domínio sob este território confirmam que “a territorialização é um processo contínuo e contraditório de construção do território” segundo Almeida (2006, p.337) e a constituição e permanência do domínio camponês no território tem sido um *continuum* de luta e resistência da classe camponesa no oeste catarinense às investidas de expansão territorial do capital por quase um século.

Entendemos que a expansão territorial do capital pode se dar por dois caminhos. Por um lado o da territorialização do capital, onde a terra pertence aos capitalistas, como exemplo podemos citar os latifúndios monocultores de soja, de cana-de-açúcar, entre outros. Por outro lado, quando o capital não se territorializa, mas domina a produção, industrialização e circulação do território, estamos diante da monopolização do território pelo capital.

Quando “o capital se territorializa ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades”, já quando o capital monopoliza o território ele “cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar, o campo continua povoado e a população do campo pode até se expandir” (OLIVEIRA, 2004, p.42). Ou seja, quando o território é monopolizado pelo capital, existe uma brecha para a reprodução territorial camponesa, enquanto que quando o capital se territorializa inevitavelmente o camponês é expropriado e para reproduzir-se se submete à migração em busca de territórios ainda não dominados pelo capital, ou como ocorre em muitas regiões brasileiras o campesinato se organiza na luta contra a

territorialização do capital, o melhor exemplo desta luta são os movimentos sociais, especialmente o MAB – Movimento dos Agricultores Atingidos por Barragens – o MST – Movimento dos Agricultores Sem Terra – o MMC – Movimento de Mulheres Camponesas – no oeste catarinense.

Os camponeses do oeste catarinense, em sua luta pela conservação do domínio territorial camponês, “cedem espaço” ao processo de monopolização do território catarinense pelo capital, principalmente a partir da década de 1970, promovido por meio dos processos de integração, principalmente entre os camponeses produtores de suínos e as indústrias de derivados desta carne. No entanto, essa aparente subordinação dos camponeses revela-se de fato numa estratégia, pois se por um lado submete os camponeses por meio da monopolização do território pelo capital por outro lado impede a territorialização do capital industrial, garantindo a continuidade do domínio territorial camponês, todavia monopolizada pelo capital.

A compreensão dos agentes e interesses que corroboraram para a atual configuração do oeste catarinense sob domínio territorial camponês, por um lado, e domínio monopolista do capital, por outro lado, exige resgatar dois importantes momentos da história do Brasil, em que as decisões do Estado brasileiro, a serviço de interesses do capital, cooperaram para que o oeste catarinense se tornasse território camponês monopolizado pela indústria de derivados de suínos e aves, posteriormente. Esses dois momentos representam os interesses de domínio de território e expansão do capitalismo industrial no Brasil, sendo que o primeiro se refere ao período em que se organiza a proclamação da república brasileira – segunda metade do século XIX – e o segundo se refere ao período de modernização e industrialização do Brasil – principalmente a partir da segunda metade do século XX – respectivamente.

A compreensão dessa contraditória complementaridade entre o domínio territorial camponês e a monopolização do território pelo capital é nosso principal desafio para os capítulos 2 e 3 desse trabalho. Iniciamos esse desafio abordando rapidamente a “pré”-história da territorialização camponesa no oeste catarinense e adiantamos que, nessa pré-história o campesinato caboclo já estava em luta nesse território e sua expropriação contraditoriamente promoveu a territorialização dos camponeses colonos descendentes de imigrantes europeus instalados nas “velhas colônias” do Rio Grande do Sul.

2.2 A guerra do Contestado nos primórdios da expansão do capital no oeste catarinense.

Os antecedentes da territorialização camponesa no oeste catarinense revelam-se nas disputas desse território. Como destaca Werlang, esse território foi alvo de intensos conflitos mesmo antes da chegada dos Portugueses e Espanhóis nos acordos e disputas firmados entre esses países para a exploração da recém “descoberta” América.

As disputas das terras do oeste catarinense podem ser incluídas entre as mais complexas do Brasil. Elas começaram mesmo antes da sua “descoberta”, entre Portugal e Espanha, em 1496, depois entre Brasil e Argentina e ainda entre Paraná e Santa Catarina. Além da disputa entre países e estados, a posse das terras do oeste catarinense foi disputada entre indígenas, caboclos e brancos (WERLANG, 1992, p.09).

Ora esta afirmativa é o primeiro indicativo da presença camponesa nos primórdios da colonização do oeste catarinense, visto que a população que aqui habitava era remanescente de indígenas – “pacificados” nas missões espanholas – mestiços e brancos que aqui se instalaram durante a exploração portuguesa e espanhola da América Latina, e sobreviveram do cultivo da terra e da exploração dos recursos naturais – erva mate, caça e pesca principalmente.

Até a segunda metade do século XIX, o território que hoje corresponde ao oeste de Santa Catarina, era reivindicado pela Argentina ao Império brasileiro. “O Estado brasileiro buscou garantir formalmente a posse do território criando, estrategicamente em 1859, a Colônia Militar de Chapecó”. No entanto a “preocupação” por mais importante que se mostrasse não recebera tratamento urgente, visto que a fundação da Colônia Militar só se efetivou anos mais tarde, em 1882, na emergência da proclamação da república brasileira, período em que os projetos republicanos já intencionavam a construção de ferrovias que ligassem o sul do país aos centros econômicos do sudeste, viabilizando a integração e o aproveitamento econômico das terras deste território (CAMPOS, 1987, p.66).

Werlang (1992, p. 12) revela que apesar da colônia militar de Chapecó ter sido detalhada no papel, na realidade, o êxito não foi o esperado “a grande acusação é feita ao governo imperial, pelo esquecimento que a relegara”. Por outro lado destaca que apesar de o objetivo em relação ao povoamento da área não ter sido alcançado, a colônia militar cumpriu importante papel na “pacificação e catequização dos indígenas e na estabilidade da fronteira com a Argentina”.

Segundo Campos (1987), o impasse em relação à fronteira entre o Brasil e a Argentina, foi mediado pelo então presidente dos EUA Grover Stephen Cleveland, que deu ganho de causa ao Brasil em 1895.

Com a dissolução do impasse entre Brasil e Argentina, iniciasse um impasse entre os estados de Santa Catarina e Paraná em relação a este território. O território que passa a ser contestado pelos dois estados brasileiros, abrange uma área de 48.000 Km², sendo delimitado pelo Rio Iguaçu ao norte e o Rio Uruguai ao Sul.

A ocupação desta área ocorrera ao longo dos séculos anteriores por meio de pequenos povoados que marcavam os pontos de parada das tropas de gado “xucro” trazidos do Rio Grande do Sul para ser vendido em Sorocaba - SP. Ao norte do território contestado – nos Campos de Palmas – a principal atividade econômica era a criação de gado. Ao sul – na região que hoje corresponde a parte do território oeste catarinense – a principal atividade econômica que se desenvolvera foi a extração da erva mate e posteriormente de madeira nas margens do rio Uruguai. “Muitos brasileiros e argentinos ocuparam o oeste catarinense visando à exploração da erva-mate comercializada com a Argentina” (WERLANG, 1992, p.17).

A população que habitava o oeste catarinense, no final do século XIX, era a população denominada cabocla⁴¹. “Os mestiços de portugueses, espanhóis, índios e negros ex-escravos, que habitavam a região já há algum tempo, viviam da terra, mas não possuíam a propriedade, eram posseiros ou agregados” (SILVESTRO, 1995, p.53). Ou seja, havia no final do século XIX uma população camponesa que podemos chamar de tradicional na região.

Esta população viu-se marginalizada no acesso a terra a partir da Lei de Terras de 1850, pois o “acesso terra só passou a ser possível através da compra/venda com pagamento em dinheiro, o que limitava, ou mesmo praticamente impedia, o acesso à terra dos escravos que foram sendo libertos” (OLIVEIRA, 1994, p. 55). Aos ex-escravos, somam-se no oeste catarinense os indígenas “pacificados” nas missões espanholas e demais populações mestiças e brancos que habitavam este território e viviam sob moldes da agricultura camponesa produzindo gêneros de auto-consumo, caçando e pescando, e em algumas ocasiões se empregavam na

⁴¹ A denominação caboclo carrega uma acentuada conotação pejorativa e é, em grande medida, fruto do preconceito e do caráter etnocêntrico dos camponeses descendentes dos imigrantes europeus. Nesse trabalho utilizaremos o termo camponês caboclo para distingui-los dos camponeses colonos e esclarecemos que historicamente o camponês caboclo esteve marginalizado no oeste catarinense em favor do camponês colono e a superação dessa distinção – que há ainda hoje – deve ser construída para que se possa seguir na luta camponesa deste território, para isso o papel dos Movimentos Sociais, bem como da Igreja é fundamental.

extração dos ervaais. Foi esta população que, excluída do acesso a terra na região contestada, promoveu a resistência em relação à expansão territorial do capital no início do século XX.

Assim, se por um lado os “coronéis” dos estados de Santa Catarina e Paraná disputavam o domínio da região contestada junto ao governo, por outro lado os camponeses deste território, “seguidores do ‘monge’ José Maria, disputavam sua posse frente ao domínio dos ‘coronéis’ sertanejos e das empresas Southern Lumber e Brasil Railway de Percival Farquhar”, promotores da expansão territorial do capital sob patrocínio do Estado brasileiro, afim de “civilizar” esse território (MARTINS, 1995, p. 51).

O governo federal, aproveitando-se da disputa entre os dois estados, legitima a ação militar com o intuito de exterminar a população camponesa cabocla deste território. Isso porque o governo doara para a firma inglesa “Brasil Railway co.” mais de 1.581.408 hectares de terras em troca da construção da estrada de ferro ligando o Rio Grande do Sul à São Paulo. A firma atuava parcelando a área através de projetos de colonização que tinham na extração da madeira sua principal fonte de recursos. Na medida em que a construção da estrada de ferro se consolidava e com ela os projetos de colonização e extração madeireira “posseiros, caboclos e índios, moradores deste território que, ficando sujeitos a sucessivos deslocamentos, dão origem a movimentos de resistência pela posse da terra”. Na luta pela permanência na terra os camponeses caboclos passam a ser fortemente reprimidos pela própria companhia construtora da estrada de ferro, através da ação de capatazes e, posteriormente pelo próprio Estado, através da força militar. Assim podemos afirmar que “a guerra do Contestado foi uma insurreição “cabocla”, fruto de mudanças econômicas e sociais a que foram submetidos os antigos moradores da região oeste catarinense” (SILVESTRO 1995, p. 53).

Entre os fatores que deram início a guerra do Contestado destaca-se:

- ▶ A construção da estrada de ferro;
- ▶ A implantação de indústrias madeireiras com a conseqüente valorização das terras;
- ▶ As disputas políticas entre os coronéis locais;
- ▶ A tensão gerada pelos conflitos a respeito dos limites entre os estados de Santa Catarina e Paraná, e;

► Os interesses do Estado nacional em promover a expansão territorial do capitalismo no Brasil, por meio da colonização com imigrantes europeus.

Assim o território oeste catarinense foi, também, um dos palcos de uma das mais importantes revoltas contra a arbitrariedade da república brasileira: a chamada Guerra do Contestado. Os próprios militares que atuaram no conflito relatam à incoerência do Estado. Segundo Alceu Antônio Werlang (1992, p. 19):

O Capitão Matos Costa, dava a seguinte causa da revolta: “a revolta contestada é uma insurreição de sertanejos espoliados nas suas terras, nos seus direitos e na sua segurança. A questão do Contestado se desfaz com um pouco de instrução e o suficiente de justiça como um duplo produto que ela é da violência que revolta e da ignorância que não sabe outro meio de defender seu direito”.

Como se vê, até mesmo entre os militares envolvidos na guerra do contestado questiona-se a atuação violenta do Estado brasileiro, expropriando os “seus”. Este aspecto reflete “a ideologia da colonização européia no país, tendo como protagonistas os colonos trabalhadores, construtores do progresso e da civilização, excluindo, no entanto de seu projeto, a população brasileira” (RENK, 1990, p.54 *apud* SILVESTRO, 1995, p. 55).

A Guerra do Contestado durou quatro anos – de 1912 a 1916 – em que os caboclos resistiram fortemente aos ataques da “polícia militar dos estados de Santa Catarina e do Paraná e do Exército brasileiro, que utilizou mais de seis mil soldados – cerca de metade dos efetivos do Exército brasileiro em 1914 – na luta contra os camponeses” (MARTINS, 1981).

Martins (1981, p. 58-63) também destaca que “no Contestado, como em Canudos, os camponeses foram destroçados, no final já enfraquecidos e sem condições de lutar em virtude da fome que tomara conta dos redutos”. Entretanto, “ainda que essa resistência tenha ocorrido na moldura da dominação dos coronéis, messianismo e cangaço foram as formas primeiras de libertação” dos camponeses.

Se por um lado, essa luta sangrenta, criou o necessário “vazio demográfico” no oeste catarinense, praticamente exterminando a população cabocla, por outro lado não resolveu a questão dos limites entre Santa Catarina e Paraná. Segundo Werlang (1992, p. 20):

A situação era preocupante e a guerra do Contestado representou um alerta pra o governo central. O presidente da república, Wenceslau Braz, preocupado com os rumos da questão, intercedeu junto aos governadores do Paraná e Santa Catarina, conseguindo o acordo pelo qual o ‘contestado’

foi dividido em duas partes, ficando o Paraná com aproximadamente 20.000 Km² e Santa Catarina com os outros 28.000 Km².

O acordo entre Santa Catarina e o Paraná foi assinado em 20 de outubro de 1916. Na área que coube a Santa Catarina, além da criação de vários municípios o então governador Felipe Schmidt, tratou de passar a empresas particulares imensas glebas de terra para fins de colonização, consolidando os objetivos do governo federal.

Acreditamos que, nesse breve resgate da “pré”-história da territorialização camponesa no oeste catarinense por descendentes de imigrantes europeus, podemos considerar o caboclo o germe do campesinato nesse território ao apontarmos sua relação com a terra, entretanto os camponeses caboclos foram impedidos de se territorializar no oeste catarinense e, na medida em que, as empresas colonizadoras avançavam os camponeses remanescentes do contestado transformavam-se em despossuídos, sendo marginalizados no acesso a terra, visto que a Lei de Terras de 1850 cumpria sua funcionalidade proibindo o acesso daqueles que não a pudessem comprar.

Segundo Campos (1987, p. 69) “Os caboclos tornaram-se os parias da região, migrando constantemente em busca de emprego e melhores condições de vida. Ainda hoje constituem o grosso dos trabalhadores volantes da região”.

É possível encontrar, hoje, entre os camponeses colonos descendentes de imigrantes europeus territorializados no oeste catarinense, descendentes dos camponeses caboclos que lutaram e “contestaram” este território. Em muitos casos estão nas menores propriedades, ou são arrendatários, agregados que continuam – a exemplo de seus antepassados – na luta pela terra que lhe é de direito. Nessa mesma luta, seguem os indígenas também expropriados deste território durante a expansão territorial capitalista no oeste catarinense.

A partir da década de 1920 o povoamento do oeste catarinense promovido pelas companhias de colonização patrocina o que indagamos ser o processo de territorialização dos camponeses colonos no oeste catarinense. Os esforços para colonização desse território se deram na conjugação dos interesses do Estado, das empresas colonizadoras e contraditória e complementarmente numa estratégia de recriação dos camponeses descendentes dos emigrantes das “velhas colônias” do Rio Grande do Sul. Como evidencia Paulino (2003, p.14):

As políticas públicas ora se manifestam como **encontros**, ora como **desencontros**, em relação às demandas e interesses da classe camponesa, o que, por sua vez, reflete-se em um movimento marcado por avanços e recuos no processo de territorialização. É a compreensão de que se trata de uma **dinâmica contraditória** que nos permite apreender a diversidade de estratégias e trajetórias [...] que ao invés de culminarem no desaparecimento inexorável... comporta tanto a “descamponização” quanto a “recamponização” (grifo nosso).

Se por um lado os interesses do Estado brasileiro, em “desencontro” com a classe camponesa promoveram a expropriação dos caboclos no oeste catarinense, por outro lado, promoveram, também, em “encontro” com os interesses de recriação dos camponeses descendentes dos colonos emigrantes das “velhas colônias” do Rio Grande do Sul, a territorialização camponesa no oeste catarinense. Nesse sentido é a compreensão dessa “dinâmica contraditória” que nos permite compreender que o sistema capitalista de produção “comporta tanto a descamponização quanto a recamponização” e que o enfrentamento camponês se dá tanto na luta – guerra – contra sua expropriação, quanto na migração – imposta – como estratégia de reprodução.

Discutiremos a seguir os interesses que comandaram a colonização do oeste catarinense, bem como as estratégias de territorialização dos camponeses colonos em busca de sua recriação neste território.

2.3 O Processo de colonização no oeste catarinense: territorialização camponesa?

O estabelecimento de correntes migratórias para o Brasil dos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, ainda que expressando a abertura de uma **fenda** na estrutura das relações sociais, se fez pelo patrocínio e gerenciamento dos próprios fazendeiros. **O espaço novo para o pobre nascia dos interesses velho do rico, era aberto pela própria classe dominante, intencionalmente.** Para essa o referencial de ação era a preservação da então chamada grande lavoura e a preservação dos mecanismos, então vigentes, de reprodução ampliada do capital. (MARTINS, 1982, p.97, grifo nosso).

Para o Estado brasileiro a colonização do Sul do Brasil cumpriu duas importantes funções: a garantia do domínio sobre o território e a expansão da fronteira agrícola. No mesmo sentido, para as Companhias Colonizadoras representaram rendosa estratégia de capitalização com o parcelamento das terras e a extração da madeira subsidiados pelo governo. Por outro lado, para os imigrantes europeus os incentivos à colonização foi uma condição para a sua reprodução

enquanto camponeses. Ou seja, os esforços que se somaram para o povoamento do Sul do Brasil com imigrantes europeus, apesar de contraditórios desencadearam o que indagamos ser o processo de territorialização dos camponeses colonos imigrantes nas regiões desprezadas pelas grandes propriedades da elite brasileira.

Acreditamos que na compreensão dos interesses envolvidos na colonização do oeste catarinense, mais especificamente, encontram-se os indicativos de que este processo culminou com a territorialização camponesa nesse território, pois se por um lado, interessava ao Estado brasileiro promover a ocupação deste território com colonos descendentes dos imigrantes europeus deslocados nas chamadas “velhas colônias” do sul, para estes a migração figurou como uma importante estratégia para se reproduzirem enquanto camponeses e assim como seus antepassados deixaram a Europa, também estavam dispostos a deixar o Rio Grande do Sul.

Como destaca Martins (1982), a política de colonização da região sul do Brasil, foi o resultado de interesses estratégicos do Estado brasileiro, a serviço da elite agrária latifundiária. Quando o autor escreve que “o espaço novo para o pobre nascia dos interesses velho do rico”, concluímos que a territorialização dos camponeses colonos no oeste catarinense é fruto, como destaca o autor, de uma “fenda” na expansão do modo capitalista de produção no território brasileiro. Isto é, os interesses da elite brasileira em manter o domínio e a expansão das relações econômicas e produtivas no território favoreceram a territorialização camponesa no oeste catarinense como pretendemos esclarecer.

Ora, é necessário retomar que, desde o século XIX, interessava à elite brasileira garantir que a dissolução do escravismo no Brasil não significasse uma subversão do poder colocado. Entre os fatores/interesses que contribuíram para as políticas de colonização com imigrantes europeus, o “branqueamento” da população, o desenvolvimento de uma agricultura complementar à agricultura latifundiária e, principalmente, um contingente de mão-de-obra branca para o latifúndio foram decisivos para o incentivo aos emigrantes da Europa. Martins (1981) destaca que os núcleos camponeses de pequenos proprietários no Sul foram implantados principalmente para passar ao exterior a imagem de que a política migratória brasileira destinava-se à constituição de uma agricultura baseada em pequenos proprietários prósperos e não para servir de mão-de-obra à grande lavoura, como na verdade ocorreu.

Como vimos, anteriormente, a chegada do imigrante europeu se deu em oposição ao camponês nacional e nesse sentido os colonos europeus, desde a sua chegada confrontaram-se com os camponeses caboclos. A esse respeito Poli, O. (2001, p. 25) escreve que os camponeses colonos na disputa do território apoiaram “as empresas colonizadoras no desalojamento e expulsão dos caboclos”, o autor ainda destaca que a afirmação dos colonos se deu “justamente pela incorporação da ideologia e do preconceito das elites”.

Os núcleos coloniais do Rio Grande do Sul, e também os do oeste catarinense, nunca concorreram com a grande propriedade, as terras em que os camponeses colonos se instalaram foram àquelas desprezadas pelo latifúndio, por serem isoladas, de difícil acesso, em regiões de relevo irregular. Os camponeses colonos imigrantes disputaram seu espaço no território brasileiro com os excluídos, aqueles que já estavam à margem, em terras que não interessavam ao latifúndio, ou seja, os colonos disputaram território com os camponeses caboclos, posseiros que não dispunham de dinheiro para comprar a terra.

A constante necessidade de migração dos colonos europeus comprova que na medida em que necessitavam se reproduzir estes avançavam sob as terras dos caboclos apoiados e apoiando as Companhias Colonizadoras que recebiam concessões do governo para explorar a madeira e lotear as terras dos caboclos em troca da construção de pontes e estradas que facilitassem o acesso dos núcleos de colonização aos principais mercados. Segundo Poli, O. (2001, p. 26 e 27):

A pequena propriedade dos projetos de colonização não decorreu de transformações econômicas e sociais que tornassem difícil a sobrevivência do latifúndio. Surgiu, isto sim, como um complemento deste, como uma nova condição de reprodução da grande lavoura [...]. Esses núcleos camponeses parecem reproduzir, de outra forma, a mesma dialética **inclusão/exclusão** que marcou a existência do campesinato brasileiro desde a origem (grifo do autor).

O autor esclarece aquilo que destacamos anteriormente em relação à territorialização camponesa no oeste catarinense ser contraditória e complementarmente resultado de interesses latifundiários no Brasil em oposição ao campesinato já existente.

Como vimos, partir da Lei de Terras de 1850, a terra tornara-se mercadoria, ou seja, enquanto mercadoria, só seria adquirida pela compra. Esta foi a estratégia do Estado brasileiro para deserdar os escravos na eminência da libertação da escravidão no país, tornando-os despossuídos e marginais, somando-se aos

mestiços, índios e brancos também excluídos do acesso à terra. Com esta estratégia foram deserdados todos aqueles que habitassem o território brasileiro e não pudessem dispor de dinheiro para comprar a terra e, na melhor das hipóteses, tornavam-se reserva de mão-de-obra para as lavouras monocultoras do país.

Ao mesmo tempo, era cada vez mais necessária, nas fazendas latifundiárias agro-exportadoras que dominavam a economia e o próprio Estado brasileiro, a mão-de-obra assalariada que, por um lado, substituísse o trabalho escravo e por outro lado preenchesse as necessidades da produção de gêneros de subsistência para o mercado interno. Nesse contexto surgem as políticas de imigração de europeus para o país, cujas primeiras experiências datam do início do século XIX.

É importante destacar que, no decorrer do século XIX, a Europa contava com um excedente de trabalhadores, expropriados e prontos para migrarem na busca de melhores condições de vida e reprodução de sua existência.

Assim, as políticas de imigração e colonização do Brasil cumpriam, a princípio, os papéis propostos pelo Estado brasileiro: o de prover reserva de mão-de-obra para substituir os escravos recém libertos do país, e o favorecer a instalação de produtores de gêneros de subsistência para o abastecimento do mercado interno brasileiro. Segundo Martins (1973, p. 66):

De um lado, o objetivo mais geral da imigração que seria a constituição de um mercado de força de trabalho como consequência de uma política demográfica, possível com a atração do imigrante para a condição de pequeno proprietário. De outro, o modo para alcançar esse intento seria pela intervenção do Estado mediante a instalação de núcleos coloniais oficiais.

Os Programas e incentivos do Estado brasileiro para promover a instalação de imigrantes europeus nas regiões sudeste e sul do Brasil se deram em função de interesses muitas vezes contraditórios em cada região. Por um lado a região sudeste demandava mão-de-obra livre para o trabalho assalariado nas lavouras de café, Santos, T. destaca que “a colonização serviu como instrumento de propaganda no aliciamento de imigrantes que se viam transportados para São Paulo quando, na realidade, desejavam dirigir-se para os núcleos coloniais sulinos.” (SANTOS, T., 1978 p. 04)

Por outro lado à região sul precisava ser dado algum fim econômico, além da pecuária latifundiária e da extração da erva mate nativa que estabelecia poucos vínculos com o mercado brasileiro.

Outro fator que, também, contribuiu para a instalação de pequenas propriedades rurais no sul do Brasil, através de colonos imigrantes está relacionado à irregularidade do relevo, que muitas vezes tornava inviável e desinteressante para o cultivo da lavoura monocultora. Santos, T. (1978, p. 20) ainda destaca que:

A formação de uma zona de produção camponesa [...] resultou de uma política de povoamento que visava a ocupar os espaços deixados vazios pela grande propriedade, interligando a região Sul com a região Sudeste [...]. Começa a formar-se nesse período uma divisão inter-regional do trabalho agrícola, na qual as colônias de produção camponesa entram como supridoras de gêneros alimentícios para os núcleos urbanos.

É nesse “jogo de interesses” do Estado brasileiro em torno das políticas de colonização e da formação de uma agricultura camponesa que subsidiasse o mercado nacional com os gêneros de subsistência, que o oeste de Santa Catarina, passa a se inserir no início do século XX, a partir da “solução da Guerra do Contestado”.

Os colonos que se territorializaram no oeste catarinense eram descendentes de colonos europeus que se deslocavam das chamadas “velhas colônias” do Rio Grande do Sul desde o final do século XIX e que buscavam através da migração a recriação de um modo de vida pautado na autonomia da produção da própria existência e na reprodução da família e da condição camponesa.

Os fatores que levaram estes camponeses a se expandirem para o oeste de Santa Catarina se deram em função de que este território estava ainda pouco povoado – em consequência da Guerra do Contestado – e era o caminho na expansão da fronteira agrícola brasileira, com significativo incentivo do governo federal e estadual, via Companhias de Colonização que facilitavam através da exploração da madeira o pagamento das terras pelos colonos descendentes de europeus, já instalados no Rio Grande do Sul. Segundo Bellani (1994, p. 207):

O governo do estado, barriga verde, precisava urgentemente ocupar o espaço vazio na área oeste [...] Os mecanismos acionados para a política de ocupação destas terras virgens, estavam ligados à exploração econômica pura e simples da mata [...] através da venda e/ou doação de terras à iniciativa particular – empresas colonizadoras [...] Diante deste contexto o empresário colonizador, foi convidado a oferecer as condições para atrair seus futuros clientes, tais como: a estrada, a Igreja, o moinho, a serraria, os bens e serviços que o comprador de terra e sua família necessitavam quando da sua chegada.

A autora destaca ainda as palavras do Governador de Santa Catarina Hercílio Pedro da Luz, em 1920, a respeito da colonização do oeste: “Nessa região

não e demasiado depositar todas as esperanças de um magnífico futuro. Até hoje tem faltado recursos indispensáveis à eclosão de todas as suas capacidades produtivas e econômicas [...]. A questão agrária é complicadíssima [...]" (BELLANI, 1994, p. 208).

A partir desse relato percebemos que não faltaram esforços do governo estadual para facilitar a atuação das Companhias de Colonização – até mesmo com a doação gratuita de terras – nesta região, consolidando a “limpeza da área” e contraditoriamente preenchendo o “vazio demográfico”, através da exploração econômica da madeira e da instalação de núcleos de colonização. Vemos que nesse pronunciamento o governador refere-se a “questão agrária” como “complicadíssima”, isso porque para o Estado a presença do camponês caboclo era um empecilho ao desenvolvimento das “capacidades produtivas e econômicas” do território.

Os contingentes que alcançaram esse território, a partir de 1917 – após a “solução” da questão do Contestado – descendiam da primeira e da segunda geração dos imigrantes europeus que se instalaram no Rio Grande do Sul, principalmente italianos e alemães. Para os camponeses colonos que se deslocavam a migração correspondia a uma importante estratégia de reprodução, pois com poucos recursos, esses camponeses, sobretudo os casais mais jovens, viam diante de si poucas alternativas, a não ser migrar para uma região ainda “inexplorada”. Uczai (*apud* POLI, O. 2001, p. 26) afirma que “este deslocamento deve-se, antes de tudo, à impossibilidade do pequeno produtor de se reproduzir enquanto tal no local de origem”.

A existência de grandes regiões de fronteira agrícola funcionou historicamente como uma válvula de escape para estes camponeses. A migração e a colonização foram instrumentos que permitiram a canalização de excedentes de população das “velhas colônias” do Rio Grande do Sul, para novos espaços de reprodução social. Ao longo de um processo secular, o colono foi sendo criado pelo capital e pelo Estado (SILVESTRO, 1995, p. 38).

Assim, o povoamento de Santa Catarina não foi realizado de leste para oeste deste estado, ou seja, do litoral para o interior, mais sim com fluxos migrantes do Sul como esclarece Silvestro “a região oeste foi a última a ser colonizada e as características de sua agricultura decorrem da reprodução das colônias do Rio Grande do Sul, muito mais do que das colônias do leste catarinense”. Silvestro (1995, p. 40-51) ainda destaca que:

Com a rápida ocupação da região setentrional do estado – Rio Grande do Sul - os filhos dos imigrantes buscaram, fora das fronteiras estaduais, a reprodução da estrutura fundiária e do “modo de vida” que lhes legaram seus pais... Como alternativa para continuarem a ser colonos restava a migração às novas frentes, as “colônias novas” principalmente àquelas do Oeste Catarinense.

O movimento migratório de colonos, da serra gaúcha para o noroeste do Rio Grande do Sul, que segue em marcha para todo o oeste catarinense e sudoeste paranaense, fazia parte de um mesmo movimento nacional, no qual também entraram paulistas e mineiros: são as frentes pioneiras na busca por terras.

Nas primeiras décadas da territorialização camponesa no oeste catarinense a produção agropecuária da região se baseou em culturas diversificadas, com o cultivo dos produtos necessários a subsistência, como o milho, o arroz e o feijão e, a criação de animais de serviço e de consumo, como suínos e aves.

A quase absoluta falta de contato com o mercado, nos primeiros anos, forçou o desenvolvimento de uma produção praticamente auto-suficiente voltada para a subsistência da propriedade, como vimos no capítulo 1, muitos camponeses conservam a diversidade e a alternatividade produtiva até hoje como estratégia de resistência às crises decorrentes da produção comercial. Naquele período inicial, no entanto, a diversidade produtiva figurou como alternativa de sobrevivência imediata.

Aos poucos a produção que começava a exceder às necessidades da família era comercializada nas chamadas vendas que logo se desenvolveram. A respeito do desenvolvimento do comércio na região, destacamos que foi:

Atribuído em grande parte, ao aumento da produção agrícola e a espoliação praticada sobre os colonos. Assim sendo os comerciantes logo se tornaram sujeitos abastados e os únicos a poder oferecer crédito aos colonos [...] mais tarde parte destes capitais comerciais com a ajuda do Estado transformam-se em capitais agroindustriais [...]. Sendo o caso da família Fontana, criadora do grupo Sadia (SILVESTRO, 1995 p. 90).

O mesmo autor ainda revela que “por ocasião da constituição do campesinato no oeste catarinense, um dos valores básicos do proprietário residia na perspectiva de liberdade e independência, ou seja, ‘autonomia do colono’”.

“Em Chapecó e arredores, a colonização ganhou maior impulso a partir de 1930, aproximadamente, estendendo-se até a década de 1960”. Gradualmente o oeste catarinense passou a caracterizar-se por uma agricultura voltada a produção de excedentes, “inclusive com a produção de alguns itens quase exclusivamente destinados ao mercado como é o caso dos suínos”. Nesse sentido, a suinocultura foi

a principal atividade econômica a se consolidar no oeste catarinense, “tanto que a influência da modernização agrícola no desencadeamento da crise econômica camponesa tradicional, a partir da década de 1970”, se deu principalmente nesse setor (POLI, O. 2001, p.30).

Acreditamos que, a partir dos indicativos históricos da territorialização camponesa no oeste catarinense fica evidenciado que os interesses que cooperaram para o domínio campesino nesse território, foram interesses germinados pela própria expansão do sistema capitalista no Brasil e se por um lado agruparam perspectivas distintas ou mesmo contraditórias, seja do Estado – federal e estadual – seja das Companhias Colonizadoras, ou dos colonos que aqui se instalaram, o resultado foi a territorialização camponesa no oeste catarinense, ou seja, a soma destes esforços culminaram no domínio do campesinato neste território.

Nesse sentido retomamos a reflexão a respeito da construção do território proposta por Oliveira, que utilizamos no início desse capítulo. Segundo o autor “a construção do território é, pois, simultaneamente, construção/destruição/manutenção/transformação”, nesse sentido concluímos que a territorialização camponesa no oeste catarinense foi a “construção” do território camponês – colono – por meio da “destruição” do território camponês caboclo, na perspectiva de, por um lado, “transformar” as relações sociais e produtivas deste espaço e, por outro lado, garantir a “manutenção” da condição camponesa por meio da migração.

Se por um lado, não é possível concordarmos com a expropriação dos camponeses caboclos, por outro lado, é importante percebermos que o oeste catarinense configurou-se num território camponês e como tal pode favorecer o dialogo entre os povos – colonos, caboclos e indígenas – superando as ideologias preconceituosas propostas pela elite e se articulando enquanto pares, que realmente são, em oposição à classe capitalista.

A partir dessa articulação poderemos pensar a “construção” de um território camponês, por meio da “superação” das formas de exploração do campesinato - seja colono ou caboclo – e a “transformação” da sociedade por meio do resgate e “manutenção” de valores morais fundados na ética camponesa, na cooperação, no respeito à diversidade, onde a “diferença não seja sinônimo de desigualdade”. Pode ser que esta proposta pareça distante da realidade vivenciada, no entanto, veremos no capítulo 3 que na medida em que o capital industrial avança expropriando, mais

uma vez, o campesinato no oeste catarinense, a partir da década de 1970, principalmente, a articulação destes povos é fundamental para a “resistência e luta” camponesa.

Assim, passaremos a debater a respeito da força, resistência e articulação camponesa no oeste catarinense durante a expansão do capitalismo industrial no Brasil, principalmente a partir da década de 1970 e os caminhos encontrados por esta classe frente à monopolização deste território pelos interesses agroindústrias. Veremos que, se no primeiro momento, camponeses colonos e caboclos estiveram em lados opostos; a partir da expansão industrial do capital, estes camponeses se unem em defesa de sua territorialização no oeste catarinense.

O que não podemos deixar de destacar na conclusão desse capítulo é que o oeste catarinense indubitavelmente configurou-se num território camponês a partir da colonização da região com os descendentes de imigrantes Europeus que se reproduziram a partir de uma “fenda” no sistema capitalista de produção, sendo a expressão concreta da contradição do próprio sistema.

3 RESISTÊNCIA CAMPONESA NO OESTE CATARINENSE

3.1 (Agro)indústrias: Monopolização do território oeste catarinense pelo capital industrial?

Nas décadas que sucedem a territorialização camponesa no oeste catarinense, as atividades produtivas desses camponeses gradualmente se ampliaram e de produtores de subsistência os camponeses passam, também, a criadores de suínos.

No final da década de 1940 a criação de suínos desponta como a principal atividade econômica deste território. A facilidade de escoamento do excedente produzido para os principais centros consumidores do Brasil, através da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande do Sul favorecia a comercialização e como fruto desta dinâmica de desenvolvimento começa a surgir os primeiros conglomerados de capitais e empreendimentos (agro)industriais (SILVESTRO, 1995, p. 94).

Os camponeses são submetidos a uma dependência cada vez maior da propriedade ao capital. Nesse processo são introduzidas novas tecnologias que fazem aumentar a necessidade de utilização de máquinas, equipamentos e insumos modernos, como tentativa de modernizar a atividade agrícola.

Além das necessidades de consumo familiar, o produtor necessita de recursos para o pagamento de impostos aos mantenedores do poder público e econômico que vão definir em grande parte o caráter da produção. A necessidade de dinheiro, produzida principalmente pela exigência de aluguéis e impostos é aumentada posteriormente pelas relações de mercado e pelo desenvolvimento de novas necessidades (SILVESTRO, 1995, p. 95).

Nesse capítulo, propomos uma análise do contexto nacional que favoreceu a entrada do capital industrial no processo produtivo dos colonos/imigrantes, a partir

principalmente da década de 1960, e seus reflexos no território camponês do oeste catarinense, pois a partir deste período as relações entre os camponeses produtores de suínos e as indústrias de derivados da carne desse animal se ampliam com os incentivos do governo federal. O domínio camponês sob este território cede espaço ao avanço do monopólio deste território pelo capital (agro)industrial, desencadeando uma crise na agricultura camponesa tradicional que tem como reflexo a articulação dos camponeses em movimentos sociais e a reorganização produtiva de algumas propriedades favorecendo a verticalização da produção por meio de cooperativas e associações.

É importante ressaltar que a partir da década de 1960 o Estado brasileiro passa por profundas transformações. O Golpe Militar de 1964 e as políticas decorrentes deste governo capturado por interesses imperialistas norte americano se refletem em todo o território brasileiro através dos chamados planos de desenvolvimento promovidos pelas Superintendências Regionais de Desenvolvimento⁴². As mudanças implementadas pelo governo brasileiro a partir da década de 1960, foram gestadas - mesmo que em outros moldes - desde a década de 1930, principalmente no que se refere à industrialização.

A partir de 1960, no entanto, disseminou-se fortemente, no Brasil, a necessidade do país adentrar na era da modernidade, ou seja, promover o seu desenvolvimento⁴³. Para isso houve intenso investimento da parte do Estado, no sentido de viabilizar a integração do território, bem como sua industrialização e para alcançar estes fins não se mediram esforços e nem mesmo custos, mesmo que posteriormente o Estado não pudesse arcar com os compromissos financeiros assumidos, como de fato ocorreu. Nas palavras de Juscelino Kubitschek de Oliveira na época:

Industrializar é uma condição de vida, é uma absoluta e imperiosa necessidade, é mesmo um dever de que já não está ao nosso alcance declinar. É preciso que a geração envolvida na batalha pelo desenvolvimento industrial saiba abdicar dos frutos do próprio trabalho, com 'espírito de missão' (IANNI, 1989, p. 101).

Essa absoluta e imperiosa necessidade de adentrar ao desenvolvimento encontra nas ideologias desenvolvimentistas o terreno fértil para legitimar a atuação do Estado.

⁴² Entre elas a SUDENE, – para o Nordeste; a SUDECO – para o Centro-oeste e a SUDESUL – para a região Sul.

⁴³ Onde se lê modernidade e desenvolvimento, se interprete capitalismo industrial.

O Estado brasileiro utiliza as teorias geopolíticas enquanto condição chave do seu fortalecimento e por meio do discurso da unidade nacional garante sua legitimação até os primórdios da industrialização. A partir de então se investiu fortemente na integração do território nacional, por meio das Superintendências de Desenvolvimentos das Regiões, que promoveram estudos e levantamentos, indicando as principais necessidades de investimento e as potencialidades econômicas de cada região e por meio de planos e programas desenvolvimentistas viabilizou-se os investimentos necessários para que a região não apenas se desenvolvesse, mas principalmente se integrasse ao desenvolvimento nacional, ou seja, o Estado criava para cada região do território brasileiro as condições necessárias para que esta fosse apta à expansão do capital industrial no território nacional. Ianni (1989, p. 104-05) destaca que:

Para ascender e assegurar o poder, em face da burguesia agrária e do proletariado, a burguesia industrial criou a ficção da burguesia nacional, como se o capital tivesse nacionalidade no âmbito do capitalismo... Se examinarmos o conteúdo histórico-estrutural do desenvolvimentismo, verificamos que se trata de uma ideologia da transição, isto é, de consolidação do predomínio da burguesia industrial. Todavia, como nenhuma ideologia de classe pode restringir-se ao âmbito da própria classe, já que esta é dominante, o desenvolvimentismo engloba as outras classes, Implica a afirmação de que a indústria é superior à agricultura, que o capital industrial é mais fecundo que o agrícola.

Nesse sentido, apesar da ideologia do desenvolvimentismo promover a ascensão da burguesia industrial, essa não significou uma ruptura com a oligarquia agrária já que não se pretendia promover a industrialização a partir de mudanças no sistema fundiário brasileiro, a posse da terra continuou sob o domínio daqueles que pudessem pagar – claro que cada vez mais caro – por esta mercadoria.

Por outro lado disseminou-se a idéia da necessidade de o povo brasileiro assumir o compromisso de trabalhar para o desenvolvimento da nação, consolida-se também a idéia de que a população deve deixar o campo, tido como arcaico, e buscar na cidade a pretendida modernidade, ou ainda a idéia de que o campo necessita modernizar-se. A felicidade do homem passa a ser medida pelo número de objetos mecanizados que ele tem a seu dispor.

Durante esse período investiram-se muito nos cursos acadêmicos voltados a tecnificação do campo (agronomia, veterinária, zootecnia...), e o trabalhador passou a assumir um papel crucial nas cidades, como operário da construção do desenvolvimento.

Colaboraram com esse discurso do Estado, as pesquisas científicas que consideraram o desaparecimento do campesinato, ou melhor, negaram sua existência no Brasil, apontando como perspectivas para os trabalhadores rurais o caminho dos Complexos Agroindustriais (CAIs)⁴⁴ e para os agricultores familiares a integração as (agro)indústrias.

É importante esclarecer que as ideologias desenvolvimentistas têm no planejamento as ferramentas para operacionalizar os ideais de modernização e desenvolvimento, e que essa foi a principal forma de atuação do Estado para viabilizar o desenvolvimentismo.

O que se configurou no oeste de Santa Catarina a partir desse contexto nacional foi a atuação do Estado se apropriando do discurso da integração e modernização do país para legitimar sua atuação em favor do capital industrial, facilitando a monopolização desse território pelo capital (agro)industrial em detrimento da territorialização camponesa.

A implementação da extensão rural, 1970 que se estendeu em praticamente todo o Brasil, objetivava dar modernidade e dinâmica ao campo, que era considerado como atrasado e sujo. Os camponeses foram cada vez mais submetidos às exigências dos frigoríficos, tendo que se adaptar aos moldes produtivos das agroindústrias em prol da “qualificação dos produtos”.

Os reflexos dessas políticas de modernização da agricultura foram sentidos pelos camponeses no oeste catarinense, a princípio, por meio da facilitação das linhas de crédito bancário como estímulo para investimentos na melhoria das instalações e equipamentos. Sem dúvida o principal setor beneficiado com estes empréstimos, neste território foi à suinocultura.

Inicialmente os interesses das agroindústrias e dos agricultores que passam a integrar-se à elas convergem e a suinocultura acompanhada pela avicultura, sob os mesmos moldes, torna-se a base econômica do oeste catarinense.

Inicia-se na década de 1970 no oeste catarinense o sistema de integração no qual as (agro)indústrias fornecem toda a tecnologia aos produtores, que têm como tarefa engordar os animais (suínos e/ou aves), recebendo das mesmas animais com padrão genético definido, ração especial, remédios, projetos de granja e assistência técnica freqüente. Na venda o produtor recebe o preço do mercado (determinado pelas (agro)indústrias) descontados os custos daquele lote.

⁴⁴ Ver capítulo 1 as concepções a respeito da agricultura e do campesinato..

Nesse quadro, propomos o debate a respeito da apropriação da renda da terra camponesa pelo capital. Segundo Oliveira o conceito de renda da terra torna-se um conceito importante para o entendimento do processo de subordinação a que o camponês está sujeito, especialmente nos contratos de integração – como ocorre com suínos e aves no oeste catarinense. O autor esclarece que o próprio capitalismo desenvolve mecanismos de subordinação da renda da terra de modo a permitir a criação e recriação das relações não-capitalistas de produção no campo. Tais relações não-capitalistas são produtos do próprio desenvolvimento contraditório capitalista. Segundo o autor o processo de subordinação das relações não-capitalistas de produção na agricultura se dá, sobretudo pela sujeição da renda da terra ao capital. É nesse contexto que o autor destaca que devemos entender que na produção camponesa integrada: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital (OLIVEIRA, 1990, p. 58 – 67).

Esse processo de apropriação da renda da terra camponesa pelo capital industrial, que ocorre no oeste catarinense inicialmente com a suinocultura e em seguida pela avicultura, por meio dos contratos de integração, correspondem ao que indagamos ser o processo de monopolização deste território pelo capital.

Ou seja, ao referido avanço das relações de integração entres os camponeses territorializados no oeste catarinense e as indústrias de alimentos derivados de suínos e aves, sob incentivo do Estado brasileiro chamamos de monopolização do território oeste catarinense pelo capital, isto é, apesar do capital das referidas indústrias não haver se territorializado no oeste catarinense através a expropriação dos camponeses e aquisição de suas terras, ele monopolizou este território ao determinar o que produzir, quando, como e a quanto produzir nas propriedades camponesas para atender as necessidades de produção do capital, extraindo a renda da terra dos camponeses.

A respeito do conceito de monopolização do território pelo capital, Paulino (2003, p. 2) esclarece que: “Ocorre a monopolização do território pelo capital, quando verificamos a sujeição da renda camponesa, cuja transferência aos setores capitalistas implica em acumulação desmesurada, face à não remuneração do trabalho necessário à produção de mercadorias”.

Ora, sabemos que quando nos processos de integração as agroindústrias pagam pela produção camponesa valores que não correspondem ao valor da produção, elas estão se apropriando da renda da terra do camponês e, não apenas

de seu trabalho e sobre trabalho, mas também, da produção de capital que se faz a partir da renda da terra. Daí o fato de os camponeses serem indispensáveis ao processo produtivo capitalista, pois sua produção permite a extração da renda da terra e consequentemente da produção de capital, que legitimamente pertence ao camponês, todavia é apropriado pela indústria.

No oeste catarinense as relações de integração tornam-se uma importante estratégia para o desenvolvimento industrial, tendo esse processo passado por distintas fases no avanço gradual sobre a renda da terra camponesa. Teve início com uma adequação da demanda industrial às condições econômico-produtiva dos camponeses e, posteriormente, assumiu a condição de monopólio da produção em que as indústrias impõem as formas de relacionamento, bem como os padrões produtivos, os prazos e preços finais da produção camponesa. Consolidando a monopolização da produção pelo capital industrial. Um marco referencial desta fase de subordinação do campesinato ao interesse do capital industrial foi a crise da chamada Peste Suína Africana – em 1978, que segundo Poli, O. (1999, p.68) fora “um episódio polêmico, marcado por grandes contradições, cuja existência nunca foi realmente comprovada”.

Ainda segundo o autor essa crise teve início com a morte de alguns suínos que se alimentavam com restos de alimentos, a partir de então, começou a ser divulgada a existência da chamada Peste Suína Africana. Foram identificados supostos focos da doença no oeste catarinense e sob o pretexto de que os suínos desse território estavam contaminados com a peste o governo federal, interveio interditando inúmeras propriedades, onde os suínos, supostamente contaminados eram fuzilados e queimados por pelotões do exército brasileiro, para impedir a suposta proliferação da peste os suínos das propriedades vizinhas também eram exterminados. O primeiro caso de extermínio de suínos no oeste catarinense ocorreu em setembro de 1978 (POLI, O., 1999, p.68).

Para os agentes da Comissão Pastoral da Terra que acompanharam os episódios:

Há indícios bastante evidentes de que, invés de uma doença de suínos, a suposta peste foi uma estratégia para a eliminação definitiva da produção autônoma de suínos. Citam por exemplo, o fato de que vários camponeses, ao saber do extermínio, separavam leitões e suínos menores e os ocultavam, prosseguindo a criação [...]. Referem-se a peste como uma política de eliminação de uma forma de produção de suínos pra implantar o sistema integrado (POLI, O., 1999, p.69).

A partir dos episódios da suposta “Peste Suína Africana”, as chamadas (agro)indústrias consolidaram o monopólio territorial do oeste catarinense por meio da produção integrada de suínos e posteriormente aves. As exigências dos contratos de integração tornaram-se cada vez mais minuciosas para os camponeses sob o pretexto de garantir a qualidade e sanidade da carne suína.

Pode-se dizer que até o final da década de 1970 havia um padrão linear de desenvolvimento da suinocultura. Havia a absorção gradativa de novos produtores integrados, além de um ambiente produtivo em que camponês dispunha de uma relativa autonomia no processo e organizava sua produção de acordo com sua experiência e disponibilidade na propriedade.

A partir do intenso processo de reestruturação industrial, iniciado na década 1980, desencadeou-se uma crise no relacionamento entre as (agro)indústrias e os camponeses territorializados no oeste do estado de Santa Catarina. A introdução de novas tecnologias, o crescimento progressivo das escalas de produção e as mudanças na organização produtiva, passaram a minar gradativamente a tradicional forma de inserção da agricultura camponesa. Veremos, posteriormente, que essa mesma crise que se instala nas propriedades camponesas “tradicionais” desencadeia, também, um processo de luta e resistência dos camponeses originando os movimentos sociais neste território frente ao domínio monopolista agroindustrial.

A partir da década de 1980, na suinocultura, como também na avicultura, as fases do processo produtivo passam a ser desmembradas e os produtores perdem a autonomia e a concentração produtiva. Segundo esclarecimentos do relato a seguir, atualmente a produção de suínos passa por três fases distintas e em cada fase o alojamento dos suínos é feito em uma propriedade preparada para aquela função específica:

“Aqui começa a gestação são 114 dias. Nós fizemos toda a adequação para transformar a cria e engorda de porcos na maternidade – essa unidade chama UPL⁴⁵ – mas é uma maternidade de porcos. A inseminação é feita pelo veterinário da empresa, eles vêm aqui e inseminam, tem que dá no mínimo 14 leitão se não é prejuízo [...] quando eles estão com 28 dias, agente entrega, quando eles estão com 9 quilos a empresa recebe. Daí eles vão para uma outra fase que é o “crechário”, lá eles ficam na creche 45 dias e eles vão ter que ficar com peso de 30 a 35 quilos. Depois da creche, o outro que é o terminador cuida o porco de engorda. Ali eles ficam 120 dias

⁴⁵ As indústrias integradoras utilizam a sigla UPL para designar as Unidades Produtoras de Leitões, em substituição as antigas unidades CC – de Ciclo Produtivo Completo.

[...] nós começamos com os porcos de engorda, mais é muito difícil, eles brigam demais [...]. Eu sei que no total são mais ou menos uns 200 dias fora a gestação [...]. A gestação é aqui, tudo por computador, certinho. A parte do computador é tudo com meu filho, ele fez treinamento de tudo e quando os veterinários vêm aqui eles olham tudo, é o dia da vacina, da inseminação, tudo [...]. O investimento é altíssimo, pra fazer o que fazemos hoje, vai uns 600 mil, pra ter uma maternidade de porcos. A Empresa incentivou, agente vendeu alguma coisa que a gente tinha e mais o financiamento que a gente tem 6 anos pra pagar⁴⁶”.

O relato da Sr^a. Tomello é expressivo no que se refere à perda da autonomia produtiva do camponês integrado, bem como da sua alienação em relação ao processo produtivo e à inserção da carne suína no mercado. O controle da produção está totalmente sob domínio e comando da indústria, no entanto, os custos da produção, bem como os investimentos na infra-estrutura são de inteira responsabilidade do camponês. Segundo os relatos dos camponeses e os esclarecimentos dos técnicos que dão assistência às propriedades:

► Às indústrias cabe: fornecer matrizes; fornecer assistência técnica; fornecer e transportar as rações e alimentação para os animais; bem como transportar a produção; comercializar e determinar os preços finais.

► Aos camponeses produtores cabe: a criação e engorda em prazos predeterminados pela indústria, obedecendo rigorosamente às normas difundidas pela assistência técnica, caso contrário estão sujeitos à rescisão do contrato; arcar com as despesas e serviços de tratamento, aquecimento e cuidados com os animais; permitir acesso livre aos técnicos da empresa para acompanhamento do processo de produção; oferecer mão de obra necessária, tanto sua, quanto da família e/ou terceiros, quando necessário.

Ou seja, a indústria comanda todo o processo produtivo e o camponês submete-se a ela, ou está fora, não podendo se quer criar suínos em outros moldes, sob risco de contaminação da produção das propriedades integradas.

As consequências desse processo de estreitamento nas relações entre indústrias e camponeses por meio da integração, têm resultado na exclusão de grande parte dos camponeses do oeste catarinense deste ramo produtivo, o que não significa, de fato, a exclusão destes camponeses do campo. Apenas reflete que a incorporação de produtores, típica do período anterior à década de 1980 foi substituída por um intenso processo de seleção/concentração/exclusão de suinocultores. De um total de 67 mil suinocultores em 1980, restaram cerca de 20 mil

⁴⁶ Sr^a. Tomello agricultora integrada da Linha Garibaldi município de Coronel Freitas

em 1995 e este número tem caído em toda a mesorregião oeste de Santa Catarina, segundo os dados do LAC – Levantamento Agropecuário de Santa Catarina⁴⁷. Esse mesmo levantamento indica que em todo o estado de Santa Catarina observa-se que:

O número de estabelecimentos agropecuários produtores de suínos apresentou um significativo decréscimo (de 130.819 para 54.711 produtores). Apesar disso, o efetivo do rebanho suíno em 2003 cresceu 24,9% em relação aos dados apresentados pelo censo agropecuário de 1995-96 (LAC – CEPA, 2003).

Estes dados confirmam que cada vez mais, um maior número de camponeses deixa de participar das integrações, pois as empresas integradoras optam por selecionar os produtores integrados “fortes”, ou seja, aqueles que se propõem a fazer os investimentos e adequações que regularmente a empresa estabelece.

Se por um lado esse é um indicativo de exclusão do campesinato desse ramo produtivo, por outro lado, favorece a busca camponesa por alternativas e neste aspecto os movimentos sociais indicam possibilidades de (re)inserção da produção camponesa, via associações e cooperativas que se articulam em rede como veremos a seguir.

Cabe ressaltar, no entanto, que para os camponeses que ainda permanecem produzindo sob os moldes da integração, seja de suínos ou aves, essa tem sido uma estratégia de reprodução, pois é preciso considerar que, as relações de integração embora permitam a monopolização do território pelo capital, favorecem a continuidade da territorialização camponesa, e isto é melhor que a territorialização do capital que expropria o campesinato, por isso podemos considerar que a integração represente “um jogo de soma não nula”, ou seja, ao mesmo tempo em que os camponeses não ganham por estarem subordinados as indústrias, também não perdem, por conseguirem manter sua condição camponesa. (PAULINO, 2003, p. 257).

Portanto devemos ser cautelosos ao estudar as relações de integração entre camponeses e indústria, devemos considerar que a integração se revela uma estratégia camponesa para sua recriação. Entretanto, não é possível a ‘conformação’ com este tênue elo que permite a recriação do campesinato. Muito pelo contrário, é fundamental que passemos a discutir alternativas e projetos

⁴⁷ Disponível em: <<http://www.cepa.gov.br>>.

político-econômicos que interrompam a monopolização do território pelo capital, e favoreçam a verticalização da produção camponesa, onde a renda da terra, não seja apropriada pela indústria e possa de fato ficar com o produtor camponês.

Esse é o debate que propomos a seguir no estudo dos movimentos sociais que se originam a partir da referida crise entre os camponeses produtores de suínos e as indústrias e por meio deles as cooperativas e associações que têm apontado, no oeste catarinense, os caminhos da verticalização produtiva camponesa como mais uma estratégia de resistência e luta contra a monopolização deste território pelo capital. Daí o nosso questionamento se de fato o capital tem conseguido monopolizar a produção deste território ou se os camponeses têm resistido a este processo e de que formas essa resistência tem de fato gerado maior autonomia produtiva e independência aos camponeses.

3.2 Os movimentos sociais da agricultura no oeste catarinense⁴⁸.

A crise no sistema camponês tradicional no oeste catarinense, que se desencadeou no final da década de 1970 como resultado das políticas de modernização da agricultura implantadas pelo Estado durante o governo do regime militar brasileiro, colocou em pauta nas discussões dos camponeses do oeste catarinense, a necessidade de uma organização e articulação da classe em relação aos seus interesses, frente à expansão do capital industrial no território.

Até o final da década de 1970, a agricultura nesse território passou por significativas transformações fruto, principalmente, das políticas do Estado brasileiro na promoção da industrialização e modernização da agricultura no país e do fechamento da fronteira agrícola do oeste catarinense.

Essas transformações tiveram como consequência imediata a aproximação entre os camponeses suinocultores e as indústrias de alimentos derivado dessa carne, favorecendo a apropriação da renda da terra camponesa e a monopolização do território oeste catarinense pelo capital industrial, constituindo um verdadeiro

⁴⁸ Na construção deste capítulo fundamentamo-nos principalmente nas pesquisas de mestrado e doutorado de Odilon Poli, que resultaram entre outras publicações no livro "Leituras em Movimentos Sociais" (1999), que busca retomar a trajetória de constituição dos Movimentos Sociais no Oeste Catarinense. Líder Sindical, o autor atuou ativamente na assessoria de diversos movimentos sociais no oeste de Santa Catarina, sendo atualmente pró-reitor da UNOCHAPECÓ. Esse esclarecimento fazemos na perspectiva de destacar a influência deste autor no texto que se segue que, de fato, configura-se praticamente numa breve retomada desse trabalho, acrescido de algumas informações e relatos que coletamos na atualidade.

complexo agroindustrial neste ramo produtivo por meio dos contratos de integração entre camponeses e indústrias.

Como vimos no início deste capítulo, as primeiras décadas de integração dos suinocultores as (agro)indústrias foram promissoras e a suinocultura, nos moldes da integração tornou-se a principal atividade produtiva camponesa nesse território, amplamente subsidiada pelo Estado até o final da década de 1970. No entanto, com agravamento da crise econômica brasileira, a decadência do regime militar e das políticas de subsídios à modernização da agricultura, vem à tona a fragilidade econômica do Estado e do projeto desenvolvimentista do governo militar. O modelo agrícola brasileiro dependente do Estado entra em colapso e com ele toda a cadeia produtiva de suínos. As (agro)indústrias do oeste catarinense transferem, tanto quanto possível, aos camponeses a maior parte do ônus produtivo durante a crise.

Nesse contexto, de submissão do campesinato às indústrias, bem como de dependência tecnológica e de insumos, e de exigências de investimento para qualificação da produção que impunham ao camponês constantes financiamentos bancários, teve início um intenso período de crise e restrição do campesinato nesse território.

Em 1978, sob pretexto da “Peste Suína Africana” o Estado brasileiro, praticamente exterminou toda a produção de suínos do oeste de Santa Catarina, especialmente aquelas não integradas às (agro)indústrias. A partir de então o domínio das (agro)indústrias sobre a apropriação da renda da terra camponesa excluiu grande parcela do campesinato que, não conseguindo manter as exigências das empresas e pagar os financiamentos bancários viram-se em condições restritas de reprodução neste território. O gráfico (Figura 7) refere-se aos dados em relação às alterações no número de suinocultores em do todo o oeste catarinense, no período de 1980 a 2000.

A partir do gráfico (Figura 7) fica evidenciado que houve uma retração do território monopolizado pelas (agro)indústrias desse setor produtivo. Essa retração territorial do modelo de integração suinocultor, não significou uma retração da produção. Ano a ano, esse setor tem superado seus índices de produção, condicionando o trabalho dos agricultores que permanecem integrados e extraíndo níveis cada vez mais altos da renda da terra camponesa. Acredita-se que esse fato

se deve, principalmente, pela adoção, por parte das (agro)indústrias do modelo de concentra

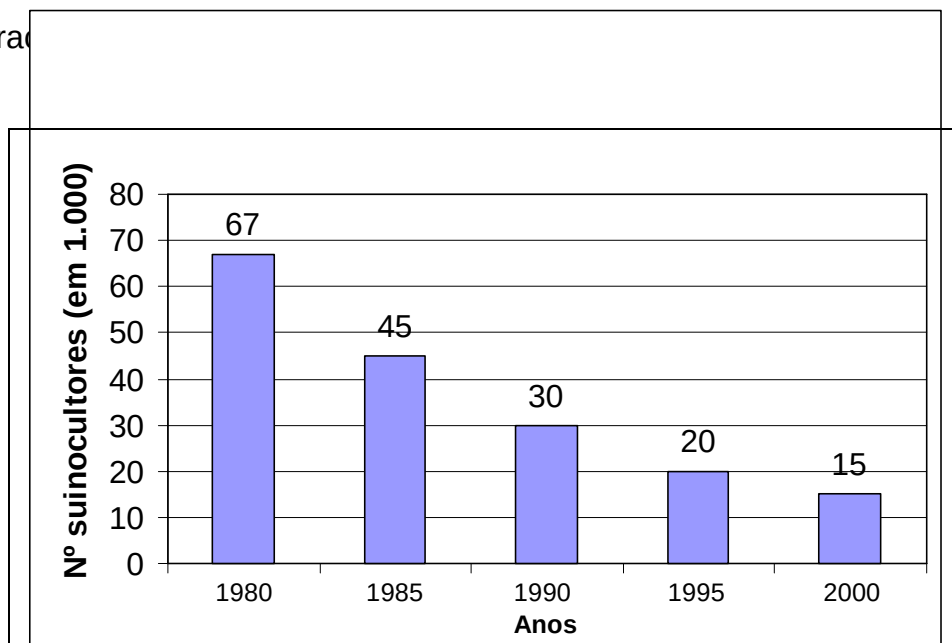


Figura 7 – Gráfico: número de agricultores da região oeste catarinense (1980 a 2000).

Fonte: Testa et al. (1996 *apud* BACH, 2001, p.64).

Soma-se a esse contexto o esgotamento da fronteira agrícola no estado e as restrições de financiamento aos camponeses e o cenário do início da década de 1980 para o campesinato do oeste catarinense mostrasse profundamente precário. Isso impõe aos camponeses a busca por alternativas.

Buscando a viabilização da unidade de produção familiar e a manutenção da força de trabalho familiar na propriedade, alguns produtores procuram adotar novas estratégias produtivas e organizacionais (BACH, 2001, p. 67).

É, pois em decorrência desse cenário que os camponeses desse território se articulam, dão início aos movimentos sociais e redefinem as estratégias do domínio camponês no oeste catarinense.

Ora, dado o agravamento da crise para o campesinato as alternativas possíveis à classe camponesa foram: o êxodo rural⁴⁹, ou; a migração para as novas fronteiras agrícolas do Mato Grosso e Rondônia, ou; a articulação e mobilização da classe camponesa que culminou com o fortalecimento da luta pela reconquista e permanência na terra por meio dos movimentos sociais.

⁴⁹ Segundo dados do IBGE, nos censos de 1970, 1980 e 1991 a população rural de Chapecó decresceu de 60% em 1970 para 34% em 1980 e 18,7% em 1990, ou seja, um decréscimo de mais de 25%. É preciso considerar que além do êxodo rural da população do próprio município Chapecó é também o pólo urbano atrativo do oeste catarinense – ver gráficos ANEXO C desse trabalho, onde a população de todos os município da microrregião de Chapecó no oeste catarinense, continua predominantemente rural, excetuando-se esse município.

Antes de discutirmos os caminhos tomados no oeste catarinense para a constituição dos movimentos sociais e seus resultados, faz-se necessário aqui retomarmos uma questão do segundo capítulo: o relacionamento entre camponeses colonos e camponeses caboclos.

Vimos, no capítulo 2, que ao se territorializarem no oeste catarinense, os camponeses colonos desenvolveram, sob influência da elite brasileira, verdadeiro repúdio aos camponeses caboclos, seu modo de vida, valores e estratégias produtivas. Vimos também, que na medida em que os camponeses colonos se territorializavam no oeste catarinense os caboclos eram, cada vez mais marginalizados e expropriados.

Com o apoio do Estado, os imigrantes viram, nos antigos moradores, seus inimigos e estabeleceram com eles uma relação de hostilidade e desprezo. Empurraram-nos para os espaços mais acidentados, lugares íngremes das margens dos rios, destruindo o seu espaço social (RENK, 1990 *apud* POLI, O., 1999, p. 27).

Ou seja, o camponês colono durante quase um século viu no campesinato caboclo a expressão “do atraso, da sujeira e da preguiça” sendo mesmo uma ofensa ao colono ser comparado ao caboclo, haja vista a expressão “serviço de nego” comum entre os colonos para referir-se ao serviço mal feito ou aos serviços considerados pejorativos, de tal forma que, para os camponeses colonos o casamento de seus filhos (a) com descendentes de caboclos (as) era mesmo considerado uma “desgraça”, um motivo de desonra para a família.

Retomamos esse assunto, pois, ao final da década de 1970, os colonos viram-se muitas vezes na mesma condição imposta aos caboclos por seus antepassados imigrantes.

Ao se depararem com a ameaça de perda da terra, ou mesmo com a impossibilidade de constituir uma nova unidade produtiva ao se casar, pela impossibilidade de adquirir um pedaço de terra, passaram a temer que o seu destino poderia vir a ser semelhante ao dos caboclos e sem-terras, tanto na condição de agregados e diaristas no campo, quanto de moradores de favelas nas cidades (POLI, O., 2002, p. 130).

O autor ainda destaca que os colonos passaram a perceber que mesmo sendo pessoas ‘sérias’, trabalhadoras, que não gastavam excessivamente, que procuravam economizar, passaram a correr riscos de não conseguir saldar seus compromissos, de perder suas terras e cair na miséria.

Esse temor (de perder a terra e cair na condição do caboclo) era inconcebível sob os padrões culturais dos colonos⁵⁰ e os levou a questionar a organização da sociedade.

Segundo Tereza Kleba Lisboa (1988), em torno de 20% dos participantes dos acampamentos do MST – em Santa Catarina na década de 1980 – eram caboclos (POLI, O., 2001, p. 55). Esse fato revela que apesar de praticamente cem anos de expropriação a população cabocla esteve em luta, desde a guerra do contestado, resistindo à sua expropriação, mesmo durante a territorialização do camponês colono, durante a ditadura do regime militar, esses camponeses caboclos estiveram – em oposição às intenções das políticas imperiais do século XIX e todas as outras políticas que a descenderam - se reproduzindo e na emergência da luta pela terra no oeste catarinense na forma de movimentos sociais estruturados esses camponeses caboclos se fazem presentes.

Nessa luta, soma-se aos camponeses caboclos um contingente significativo de camponeses colonos empobrecidos com as dificuldades de saldar suas dívidas de financiamentos bancários e empréstimos, e mesmo de se reproduzirem enquanto camponeses, seja pela perda da terra ou pela impossibilidade de novas unidades produtivas para seus filhos, a partir do final da década de 1970.

Assim, os camponeses – tanto caboclos como colonos – do oeste catarinense encontram na mobilização e na organização de movimentos sociais uma das formas de reagir à crise econômica e produtiva deflagrada sobre o território brasileiro durante a década de 1980 – também chamada “década perdida”.

Nesse contexto de crise da produção camponesa tradicional e de esgotamento da fronteira agrícola, que, no início dos anos 80, surgiram na região intensos movimentos sociais no campo. Alguns deles atingiram repercussão estadual e até nacional, como é o caso do Movimento dos Sem Terra (MST), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) e dos Movimentos de Oposições Sindicais [...] para constituir “Sindicatos Combativos” (POLI, O., 1999, p. 74).

Durante esse período a Diocese de Chapecó já havia passado por transformações na sua forma de orientação e atuação em relação à comunidade, assumindo explicitamente sua opção pelos pobres, influenciada pelo Concílio

⁵⁰ Durante as entrevistas foram relatados dois casos de suicídio de camponeses desesperados por não conseguirem saldar suas dívidas.

Vaticano II e os Encontros de Medellín e Puebla⁵¹. O então Bispo Diocesano estimulou a organização e o debate social da comunidade católica, fundamentado numa visão de mundo calcada no igualitarismo e participação popular.

Ainda durante a década de 1970, por ocasião dos episódios da “peste suína africana”.

Assim que surgiu o problema, a diocese de Chapecó destacou dois agentes de pastoral, um ligado a CPT e outro ao CIMI – Conselho Indigenista Missionário – com carro à disposição, para acompanhar todos os casos de focos identificados e de extermínio de suínos [...]. Em 1979 aconteceu em Chapecó uma grande manifestação de protesto contra o que ficou conhecido como a “Farsa da Peste Suína Africana” e contra os baixos preços pagos aos produtores (POLI, O., 1999, p. 70-74).

A respeito da facilidade de acesso da Igreja ao campesinato, constatamos que desde a chegada dos camponeses colonos no oeste catarinense a tradição de organização - que nos primeiros momentos resumia-se a um local de encontro para rezar, trocar informações - tão logo houvesse um número maior de famílias estruturava-se uma comunidade – também chamadas linhas – que por meio da eleição de uma diretoria responsável por viabilizar os serviços, equipamentos e interesse comuns, como a construção da igreja em mutirão – regionalmente chamado de puxeron – no período da entressafra para não interferir nos períodos de maior trabalho nas propriedades; construíam, também, o salão comunitário⁵², o campo de futebol e até mesmo escolas rurais mantidas pela própria comunidade. Nesse sentido, Poli, O. (2002, p. 155-156).destaca que:

Na chegada ao oeste catarinense a tradição de organização comunitária, iniciada nos anos mais difíceis de instalação dos primeiros imigrantes [...] motivadas pelas dificuldades enfrentadas no novo ambiente e mediada pela fé religiosa, manteve-se e definiu a forma de organização dos camponeses no novo espaço e a maneira como iriam enfrentar as dificuldades colocadas [...]. Praticamente 100% das famílias camponesas estavam ligadas a essas comunidades.

O autor esclarece que essas comunidades já estruturadas em função de seus interesses foram a base para a organização de todas as mobilizações e movimentos sociais no oeste catarinense a partir do final da década de 1970. A igreja valendo-se do fato de estar presente em “praticamente 100% das comunidades”, a partir da renovação proposta pelo Concílio Vaticano II, que

⁵¹ Este movimento de renovação da Igreja Católica encontrou na Teologia da Libertação –TL- a fundamentação teórica de sua atuação.

⁵² É possível encontrar ainda em muitas comunidades, ao lado da Igreja, um cemitério – ver Acervo fotográfico no ANEXO D. Atualmente a prática de enterrar os mortos na própria comunidade foi impedida pelas condições de contaminação do solo. Segundo o relato da Srª. Bach “ eles dizem que estraga a água”.

apontava para uma participação mais ativa do leigo e uma compromisso maior com os problemas sociais, a diocese de Chapecó passou a promover a formação de agentes comunitários, por meio da formação de lideranças nas comunidades que atuavam na formação de Grupos de Jovens, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), grupos de reflexão e formação para Ministros de Eucaristia. Essas lideranças aproximavam o trabalho da igreja a toda comunidade, mesmo porque, os religiosos na grande maioria, eram de origem camponesa, o que também contribuía para a compreensão das condições sociais e produtivas das comunidades, bem como para a aproximação. Os agentes religiosos reuniam a comunidade ou as lideranças, colocavam as questões e solicitavam a escolhas de alguns nomes para representá-los nos encontros de nível municipal. “Os quatro principais movimentos sociais envolvendo populações camponesas no oeste catarinense foram estruturados segundo essa lógica” (POLI, O., 2002, p.160).

No oeste catarinense, como em muitos estados do Brasil, a Igreja Católica passa a assumir papel fundamental na articulação da população camponesa. A estratégia da Igreja “baseava-se, sobretudo na criação de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁵³, Grupos de Reflexão⁵⁴ e criação de serviços de assessoria e apoio às lutas como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Serviço de Assessoria e Informação (SAI) e outros” (MEDEIROS, 1989 *apud* POLI, O., 1999, p.75, notas do autor).

Como vimos, as primeiras mobilizações do campesinato no oeste catarinense decorreram da crise pela qual a agricultura brasileira como uma todo passou a enfrentar a partir do final da década de 1970 e no oeste catarinense, mais especificamente nas tensas relações entre as (agro)indústrias e o campesinato suinocultor. “A concentração da produção e a redução no número de produtores de suínos integrados à agroindústria significou a concentração da renda para poucos” (BACH, 2001, p. 61).

Durante o regime militar, por meio da repressão dos sindicatos mais combativos – onde se intervinha até mesmo destituindo as suas diretorias, sendo suas lideranças presas e perseguidas – e da Lei de Valorização da Ação Sindical de 1970 e do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural criado em 1971, o Estado

⁵³ Comunidades Eclesiais de Base são pequenas comunidades organizadas a partir de um grupo de famílias com o objetivo de desenvolver um projeto de vida comunitária.

⁵⁴ Grupos de Reflexão são encontros entre famílias, promovidos pela Igreja Católica, em certas épocas do ano, para a oração, leitura e reflexão sobre textos bíblicos e também sobre a realidade, a partir de um roteiro fornecido pela igreja.

brasileiro estimulou o desenvolvimento do sindicalismo assistencialista. Em Santa Catarina, os primeiros Sindicatos foram criados sob a orientação o INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola, da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e da CNA – Confederação Nacional da Agricultura:

“No período da ditadura militar, em muitos lugares e principalmente nas cidades menores, foram criados muitos sindicatos de trabalhadores rurais na época por quê? Porque eram na verdade uma espécie de escritório despachante com algo como hospital junto e tal, essa era a sua constituição. Constituição de um sindicato assistencialista⁵⁵”.

A liderança ainda relata que era uma forma de o Estado se fazer presente por meio do assistencialismo nos espaços dos STR e que nos anos 70 é que o sindicalismo na região começa a discutir a questão do “sindicato autentico”, ou seja, sindicato enquanto instrumento de luta, “luta pela liberdade, pela posse da terra”.

Segundo o relato, inicia-se o sindicalismo de luta, no oeste catarinense, caracterizando uma segunda fase do sindicalismo que se estende até o final da década de 1980. “Esse posicionamento de luta é que faz surgir em toda a região às oposições sindicais, chegando a reunir mais de 20 mil agricultores num ato”.

Na medida em que os Movimentos Sociais se definem com maior clareza – MST, MAB, MMA – o sindicalismo começa a assumir outra estrutura, no sentido de pensar maiores propostas para a agricultura familiar, que falaremos a seguir.

Antes, porém, é preciso esclarecer que aos primeiros anos de organização das oposições sindicais em todo o oeste catarinense é que Odilon Poli discute enquanto os “Movimentos Sindicais” que surgem em função da crise da agricultura, sob articulação e assessoria da igreja com as comunidades enquanto uma primeira resposta à exploração do campesinato no oeste catarinense. Neste sentido o autor esclarece que as “oposições sindicais” podem ser consideradas um movimento na medida em que:

O surgimento dessas oposições tomou a forma de um processo que se desencadeou na região num dado momento, atingindo um a um os sindicatos, no momento da renovação de sua diretoria [...]. Não foi um processo que ocorreu de forma isolada em cada município, mas sim, que foi motivado e direcionado por uma orientação comum [...], tanto da parte da CPT, quanto pela “Equipe de Base” [...], cada oposição possuía uma articulação e uma organização à qual todos estavam ligados, o que permite que se tome o conjunto dessas oposições como um movimento. Poli, O. (1999, p. 92).

⁵⁵ Entrevista concedida em abril de 2007 por um camponês da Comunidade Santo Afonso no município de Saudades, que tendo recebido formação de Liderança da Igreja – Diocese de Chapecó - hoje atua enquanto Liderança da FETRAF-CUT.

Ainda segundo o autor, com a vitória das oposições sindicais também ocorreu uma mudança expressiva na relação entre os sindicatos e os outros movimentos sociais emergentes na região, tendo “passado a ser um ponto de referência ou mesmo o agente organizador destes movimentos”.

Atualmente os movimentos sindicais, no oeste catarinense, vivenciam uma terceira fase que se iniciou com a discussão – “principalmente no sul do Brasil” – de que o sindicato deve ser mais propositivo, nesse sentido, para ganhar força nacional precisa ter, também, maior organização nacional, estadual e regional, percebesse que para ser representação dos agricultores não basta mais fazer a luta, tem que fazer a luta e ter instrumentos como cooperativas – tanto de crédito quanto de produção – que vão trabalhar com a questão econômica.

Começam a debater a questão de que a CONTAG não é mais uma estrutura que “dá conta” das questões da “agricultura familiar”⁵⁶, começando a discutir quais são as políticas específicas para a agricultura familiar. Quando questionado em relação à aproximação do conceito de agricultura familiar com o campesinato ou o empresário rural a liderança da FETRAF/SUL procura distingui-los da seguinte maneira:

“[...] O agricultor familiar caracteriza-se pela presença e utilização da mão-de-obra familiar [...], bem como pela produção fundamental de alimentos [...] Os movimentos sociais – via campesina, MST, MMC, MAB, MPA – trabalham muitas vezes com os grupos mais excluídos, resgatando a luta pela terra – isso em toda a América Latina – [...]. Em relação à diferenciação entre a agricultura familiar e os empreendimentos rurais [...] é muito grande, afinal, agente começa a pensar na agricultura familiar sustentável, viável ecológica, política, econômica e socialmente. Daí a diferença [...] Em cima dessa tese que se propõem as ações [...] pensando numa agricultura familiar sustentável, são essas as lutas da federação, lutas pelas políticas públicas para a agricultura familiar. Isto é, uma questão das políticas públicas e do desenvolvimento. Como é que essas duas coisas se integram. É um debate sobre modelos de desenvolvimento⁵⁷”.

Atualmente a atuação da FETRAF/SUL, que reúne as ações sindicais do oeste catarinense, tem apontado como alternativa os “Projetos de cooperativismo e agroecologia para os agricultores desse território”.

É inegável que a trajetória das lutas sindicais no oeste catarinense configurou-se num intenso “movimento de oposição sindical”, de crítica a ação dos STRs – que até a década de 1970 estavam capturados pelo poder militar do Estado

⁵⁶ Segundo a Liderança da FETRAF/SUL - CUT entrevistada, a federação opta pela definição de agricultor familiar, considerando que esse conceito é mais “completo e atual”, mais moderno em relação ao conceito de campesinato que sugere um contexto mais arcaico. Nesse sentido sugerimos a releitura do item 1.1 a respeito de nossa opção pelo conceito de campesinato.

– e de reivindicação e luta pela terra e pelas condições produtivas do “agricultor familiar” frente à expropriação promovida durante a expansão do modo capitalista de produção industrial e da modernização da agricultura no oeste catarinense, principalmente por meio da integração. Sendo precursor dos demais Movimentos Sociais – MAB, MST, MMA que abordamos em seguida – que caracterizaram esse território, a partir da década de 1980, como um território camponês em luta pela terra pela condição de reprodução do campesinato no oeste catarinense.

O Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB – como o próprio nome explica é um Movimento que surge em várias regiões brasileiras em decorrência do desalojamento dos camponeses territorializados em áreas de construção de barragens. Vimos que durante o regime militar, o Estado brasileiro patrocinou e incentivou a industrialização e modernização do país. Para o amplo “desenvolvimento” das forças produtivas – industriais e agrícolas – a geração de energia foi condição sumária para a industrialização e urbanização.

Nesse contexto, é possível imaginar as proporções e conseqüências, em todo o país, que as construções de barragens de usinas hidrelétricas provocaram. Considerando que 93% da energia elétrica utilizada no Brasil⁵⁸ é produzida nessas usinas.

No oeste catarinense o MAB articulou-se no final da década de 1970, em reação ao Projeto Uruguai da Eletrosul – subsidiária da Eletrobrás. O referido projeto previa a construção de 25 barragens na bacia do Rio Uruguai que inundariam aproximadamente 75 mil hectares de terra atingindo em torno de 40 mil famílias, principalmente no Oeste Catarinense e no Alto Uruguai Gaúcho. “Entre os camponeses, começou a surgir um clima de insegurança e preocupação. Somaram-se a isso os trabalhos da CPT que passou a alertar a população sobre as possíveis conseqüências” (POLI, O., 1999, p.146).

Uma das estratégias utilizadas pelos camponeses atingidos por barragens era a realização de Romarias da Terra – com o apoio da igreja. As romarias sensibilizavam a população, que muitas vezes se opunha ao movimento por serem estrategicamente “taxados pelas elites” de contrários ao progresso e desenvolvimento local. Nas ocasiões de romarias os camponeses expunham as

⁵⁷ Segundo a Liderança da FETRAF/SUL – CUT.

⁵⁸ Disponível em: <<http://www.cpt.org.br>>. Acesso em 16 de setembro de 2007.

dificuldades enfrentadas para negociar com as empresas e o Estado e recebia o apoio da comunidade do município, da região. Isso fortalecia a luta.

Outra estratégia utilizada era o acampamento nas instalações do escritório da empresa e a retirada dos marcadores colocados para delimitar a área de inundação:

Nós tínhamos que fazer uma concentração, um acampamento. Nós ficamos até nove dias acampados dentro de um escritório [...]. E ficamos ali. Até que não saia o resultado nós não abandonava. E cada dia aumentava mais. Esse, por exemplo, começo com 15. O dia que começamos de manhã, abaixo de chuva. De tarde chegou mais gente. De noite nos já estávamos nuns 50. No outro dia tinha 200. No quarto dia tinha 1500 pessoas. (MAB *apud* POLI, O., 1999, p. 155).

Os Movimentos Sindicais e a Igreja tiveram papel central na busca por informações e na articulação dos camponeses frente aos impasses da construção das barragens no oeste catarinense.

Atualmente o MAB tem promovido intensas mobilizações em defesa dos camponeses desse território em função da construção da barragem da foz do rio Chapecó, que “atingirá 3,5 mil famílias” segundo a liderança do movimento e o Consórcio Foz do Chapecó reconhece apenas 2,4 mil delas.

No final do último mês, cerca de 400 famílias acamparam em frente ao portão da Usina Hidrelétrica de Foz do Chapecó, no município de Águas do Chapecó “reivindicaram audiências com o governo e o consórcio responsável pela obra para discutir as indenizações das famílias atingidas, bem como um novo cronograma para o reassentamento dos moradores”

Nesse sentido vimos que o MAB articula-se no oeste catarinense desde o final da década de 1970, com o apoio da Igreja e continua atualmente na luta contra o desalojamento e expropriação das famílias cuja terra é tomada em função da construção de barragens.

No início da década de 1980, o oeste catarinense foi, também, “um *locus* importante de gestação e de surgimento do MST” (POLI, O., 1999, p. 93). Segundo o autor foram “três os momentos que marcaram o processo de surgimento e estruturação” do MST nesse território:

- a) A ocupação da fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê, em junho de 1980.
- b) O trabalho de levantamento, identificação e organização dos sem terra, nos diferentes municípios, através da CPT [...] Esse momento também foi marcado pelo amadurecimento, dentro da CPT, da idéia de criar-se um movimento autônomo e específico de sem terras.

c) A grande ocupação de maio de 1985, intitulada de “Operações Integradas de Ocupações Simultâneas” [...]. Esse foi um momento de consolidação do MST na região.

O autor esclarece que a ocupação da Fazenda Burro Branco, apesar de espontânea, sem uma pré-organização política, representou um marco na articulação do MST no oeste catarinense em função de toda a luta e atuação da igreja, bem como dos sindicatos em defesa dos acampados que prosseguiu após a desapropriação promovendo uma discussão da organização produtiva de onde surgiram os primeiros debates a respeito de cooperação e produção coletiva. “A vitória conseguida em curto espaço de tempo, serviu de estímulo a novas iniciativas”.

No segundo momento do processo de organização do MST, a diocese de Chapecó fizera um levantamento da população sem terras no oeste catarinense. Os dados levantados fortaleceram a idéia que em junho de 1982, no encontro nacional da CPT em Goiânia, tomou formas nas trocas de experiências entre a Diocese de Chapecó e a de Ronda Alta - RS, que também vivenciava a defesa dos camponeses do acampamento Encruzilhada Natalino. Durante o encontro, “tornou-se consensual a necessidade de criar um movimento específico de sem terras. Tomada a decisão, passou-se a providenciar a criação de uma coordenação dos sem terra nos níveis regional, estadual e nacional” (POLI, O., 1999, p. 105).

Em relação à população que compunha o movimento a grande maioria eram filhos de famílias proprietárias que nas décadas anteriores, em função da já comentada crise decorrente da modernização da agricultura no oeste catarinense, sofreram a desestruturação de suas propriedades impossibilitando a reprodução de seus descendentes ou mesmo a própria condição camponesa da família e de caboclos agregados e posseiros que somados encontraram na articulação do MST uma estratégia de sua reprodução. O grupo que coordenou a estruturação do MST no oeste catarinense “em 1983 já estava constituído” e realizou a primeira Assembléia dos Sem Terra do Oeste Catarinense em junho desse ano. Segundo Poli, O. (1999, p. 114): “Em dezembro de 1984, aconteceu em Chapecó o I Congresso dos Sem Terras de Santa Catarina, em preparação para o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em Curitiba (PR), em janeiro de 1985, quando o movimento foi oficialmente criado”.

Após a criação oficial do MST a primeira ação no oeste catarinense foi marcada pela ocupação simultânea de 13 áreas diferentes envolvendo mais de 2 mil famílias, aproveitando a realização da Romaria Tradicional de Nossa Senhora do Caravágio, momento em que os sem terras, disfarçados de romeiros puderam ocupar as áreas sem chamar atenção da polícia. Essa ação ficou conhecida como “Operações Integradas de Ocupações Simultâneas” e consolidou o “nascimento” do MST, em Santa Catarina.

Na formação do MST, como ocorrera com o MAB e o Movimentos de Oposição Sindical a igreja ocupou papel fundamental na articulação, formação, defesa e acompanhamento das mobilizações.

Atualmente o MST está presente em praticamente todo o território nacional, onde consolida sua ação, enquanto principal promotor da luta pela efetiva reforma agrária ao mesmo tempo em que impõe ao Estado e a toda a sociedade o reconhecimento da estrutura fundiária concentrada e excludente desse país, que discutimos brevemente no capítulo 1.

Em Santa Catarina o MST fortaleceu sua luta em favor da territorialização camponesa, no decorrer das últimas décadas, tendo atualmente mais de 4 mil famílias assentadas, 94 escolas, 4 Cooperativas de Produção Agropecuária e 6 Associações (MORISSAWA, 2001, p. 176).

O que está claro com as lutas do MST no oeste catarinense é que elas emergem num momento de profunda crise da agricultura camponesa e comprovam a possibilidade do “vir-a-ser”, onde muitos camponeses reconquistam, antes de tudo, a esperança pela liberdade e autonomia produtiva, assumindo uma posição ativa na luta pela terra, estabelecendo mais uma estratégia de reprodução da classe camponesa. Nesse contexto, POLI, O. (1999, p.177) ressalta que:

Mediante a percepção dos limites e dos entraves impostos pela atual sociedade à realização plena da condição humana, do grupo como um todo e de seus membros em particular, passam a elaborar a utopia da construção de uma nova sociedade. Essa utopia é percebida como um processo, uma caminhada, na qual as novas relações societárias vão sendo construídas gradualmente, a partir do cotidiano do próprio grupo.

Na estruturação do MMA⁵⁹ no oeste catarinense o processo histórico não se distingue na sua forma de articulação do processo que deu origem tanto ao MST,

⁵⁹ Em 1983, quando ocorrem as primeiras articulações para a organização do Movimento de Mulheres Agricultoras a sigla é MMA, a partir de 1995 com a participação do MMA na Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, o movimento passa a ser representado pela sigla MMC, neste sentido utilizamos a sigla

quanto ao MAB e os Movimentos de Oposição Sindical, sob a assessoria e a orientação das CEBs e da CPT, enquanto uma estratégia de superação da crise imposta à agricultura camponesa no decorrer do processo de modernização agrícola brasileiro. Processo que, como vimos, favoreceu a monopolização desse território pelo capital (agro)industrial e submeteu a renda da terra camponesa por meio, principalmente dos contratos de integração produtiva. Em contradição a esse processo, também o MMA fortalece a luta e resistência camponesa nesse território.

É preciso destacar que o MMA se configura no oeste catarinense enquanto uma luta camponesa em que a mulher assume papel fundamental, de fato, no cenário político econômico e social, em defesa de sua condição camponesa.

O MMA não surge em contraposição aos demais movimentos sociais que, até aquele período, estavam representados exclusivamente pelos homens, ao contrário, surge efetivamente enquanto movimento que ao resgatar a necessidade de luta camponesa, aponta à mulher a sua presença fundamental nesta luta. Prova disso é que a partir dos debates propostos no MMA, as mulheres do oeste catarinense passam a participar ativamente dos sindicatos – que até então não filiavam mulheres – do MAB e do próprio MST, ao mesmo tempo em que lutam pelo reconhecimento de sua condição de mulher e de agricultora, que durante muito tempo esteve submetido à figura do marido.

Como discutimos no item 1.3 do capítulo 1 a mulher agricultora, cada vez mais percebesse enquanto camponesa e responsável pela reprodução desta condição, seja na sucessão do patrimônio familiar, na luta pela terra ou na luta por políticas públicas que contemplem sua condição de mulher e de agricultora concomitantemente.

Não estamos dizendo que as questões de gênero não ocupam lugar central na articulação do MMA, estamos sim dizendo que por meio da discussão de gênero a mulher camponesa pode perceber-se enquanto sujeito na luta camponesa, ou seja, perceber que o seu papel nesta luta, pela terra e na terra, não é o papel de “ajudante” como historicamente foi imposto pelo “tradicionalismo camponês”, ao contrário por meio da luta no MMA a mulher camponesa debate e quiçá supera simultaneamente as questões de gênero e de classe. A questão central no MMA é a luta contra a dominação. “A mulher agricultora, além de pertencer a uma classe

MMA para nos referir aos anos iniciais do movimentos e MMC aos anos posteriores a articulação nacional, sendo que nos referimos nos dois casos à atuação dos mesmos agentes.

social historicamente excluída, teve na própria unidade familiar de produção e na divisão sexual do trabalho um obstáculo à participação social e política na sociedade” (POLI, O., 1999, p. 122).

É esse o contexto de articulação do MMA no oeste catarinense, de luta para superar a condição de subordinação produtiva imposta pelo capital e a subordinação do gênero, imposta por valores machistas. Daí o papel fundamental da igreja proporcionando momento de encontros e debates a respeito desses temas e impulsionando a mulher a assumir um posicionamento crítico e propositivo frente a eles. Entre os primeiros questionamentos das mulheres que integravam os primeiros espaços de diálogo levantou-se a questão em relação à impossibilidade de sindicalização das mulheres casadas. Essa foi, aliás, a primeira bandeira de luta durante o movimento de oposições sindicais. Segundo Poli, O. (1999, p. 114) “As primeiras ações no sentido da estruturação do movimento ocorreram a partir do primeiro semestre de 1983, [...] após a vitória e posse da chapa de oposição sindical, que passou a buscar novas frentes de ação”.

A primeira manifestação do MMA no oeste catarinense ocorreu no dia 8 de março de 1984, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. A partir de então, todos os anos esta data é marcada por manifestações desse movimento.

O MMA esteve, também, presente nas lutas e mobilizações promovidas por outros movimentos, sejam do sindicalismo rural, da CUT, do MAB, do MST. Bem como esses movimentos estiveram desde o surgimento do MMA apoiando suas ações e mobilizações.

Entre as principais lutas e conquistas do MMA nas últimas décadas destacam-se: a luta pela libertação da mulher, pela sindicalização, pelo acesso à documentação, aos direitos de participação política e previdenciários da mulher agricultora (salário maternidade, aposentadoria,...).

Em 1995 a luta da mulher camponesa, em todo o Brasil, criou a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reunindo as mulheres dos seguintes movimentos: Movimentos Autônomos, CPT, MST, PJR, MAB, MPA e alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais constituindo o MMC – Movimento de Mulheres Camponesas.

O MMC tem como objetivo central lutar pela soberania nacional, proteção, conservação e preservação da biodiversidade (não deixar vender terra e água), recuperando, valorizando a cultura brasileira, fortalecendo as iniciativas de

poder popular que reafirmam a busca da dignidade e autonomia da mulher e do povo brasileiro⁶⁰.

Atualmente, o movimento tem atuado no oeste catarinense, na perspectiva de conscientizar a população tanto rural quanto urbana das consequências da produção dos transgênicos, defendendo a produção agroecológica e sustentável de alimentos e resgatando o cultivo de sementes crioulas, enquanto patrimônio da humanidade.

A partir dessa retomada histórica da articulação e luta dos movimentos sociais no oeste catarinense é possível considerar que se por um lado a crise da agricultura brasileira instaurada a partir do final da década de 1970 teve como consequências a exclusão dos agricultores da suinocultura no moldes da integração, por outro lado, fomentou um intenso resgate do campesinato no oeste catarinense, que se fez presente na luta dos movimentos sociais pela terra e na articulação de novas estratégias produtivas que favorecem a inserção da produção camponesa ao mercado, sem extrair-lhe a renda da terra como ocorre nos sistemas de integração com as (agro)indústrias. Essas novas estratégias de produção e inserção no mercado encontram nas associações e cooperativas o fortalecimento da luta e resistência camponesa como veremos a seguir.

3.3 O sistema cooperativo, o associativismo e a produção agroecológica enquanto estratégia de resistência camponesa no oeste catarinense: a experiência da APACO

Na mesma lógica da resistência, articulação e luta pela terra que promoveu a ascensão dos movimentos sociais no oeste catarinense, a partir do final da década de 1970, enquanto uma resposta da classe camponesa ao processo de expropriação e exploração a que ficou sujeita durante a expansão do capital industrial, explorando a renda da terra camponesa e promovendo a monopolização deste território pelo capital, articula-se também sob iniciativa e incentivo da igreja e dos movimentos sociais, a partir do final da década de 1980, a Associação de Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense – APACO – como mais uma estratégia para o fortalecimento da luta e resistência do campesinato nesse território por meio

⁶⁰ Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br>>. Acesso em: 15 de setembro de 2007.

das formas de cooperação e produção orgânica. Segundo a assessoria da associação:

“A APACO foi fundada em 1989, começou com uma visão de organizar os agricultores para fazer compras positivas de insumos. Quem tomou iniciativa na época foram os agentes da igreja católica da Teologia da Libertação, Ministros da Eucaristia. Pessoas que eram lideradas por Dom José Gomes. Esse pessoal organizou a APACO na expectativa de que fazendo compras coletivas, eles poderiam comprar mais barato, sementes mais baratas, adubos mais baratos. Essa experiência não teve muito êxito, embora seja possível comprar mais barato, eles chegaram à conclusão de que a diferença era pequena e não era o essencial para mudar de vida. Então, nesse período começou uma preocupação de que a gente precisa discutir o modelo agrícola, tinha que discutir agroecologia. Não era apenas se preocupar em reduzir o preço dos insumos, mas também que nós tínhamos que questionar que tipo de insumos, internalizar insumos, reduzir custos, achar qual eram as formas de baratear a produção. A partir daí, tem início o trabalho com sementes crioulas, adubação verde, resgate de raças de animais – raças que são consideradas tradicionais – mudar a forma de criação dos animais. Depois de dois anos de criação da APACO é que começou este aprendizado. E se percebeu que este era um caminho sólido para percorrer⁶¹”.

A APACO, como também os movimentos sociais, inaugura no oeste catarinense um período que tranquilamente pode ser considerado o início de um processo de resgate da lógica produtiva camponesa nesse território. Por meio da luta, da resistência e da inversão da lógica produtiva capitalista em favor do aprimoramento de uma lógica produtiva onde o ser humano seja o principal agente e beneficiário dos frutos do seu trabalho. Ou seja, inaugura-se um período em que, cada vez maior parcelado do campesinato, se propõe a abandonar o lugar subalterno e excluído que lhe está colocado no sistema capitalista de produção e passe a ocupar o lugar central na produção de uma sociedade cujo principal valor, em torno do que se organizam todos os processos, não é o capital e sim a vida.

Não temos neste texto a pretensão de discutir a trajetória histórica, ou os princípios e práticas da APACO, como também não o fizemos com os movimentos sociais, mesmo porque esses objetivos exigem muito mais do que algumas páginas de debate. Pretendemos sim, apontar que a APACO figura no oeste catarinense enquanto mais uma das estratégias de resistência e recriação do campesinato. Certamente entre outras com os mesmos princípios e que não estão contempladas nesse texto.

Não seria demasiado considerar que essa associação representa uma renovação na lógica camponesa do oeste catarinense, pois a partir das negativas

⁶¹ Entrevista concedida no dia 06 de agosto de 2007 por um dos assessores da associação – Mestre em Agronomia, professor da Unochapecó – atuante na assessoria APACO.

consequências ao campesinato das experiências produtivas sob a lógica capitalista, os camponeses em sua luta renovam a sua lógica de produção e organização. Essa renovação não é, no entanto, uma inovação visto que de fato revela uma retomada dos princípios produtivos e organizacionais do próprio campesinato, que durante a expansão do capitalismo foi submetido a alterações em prol do desenvolvimentismo proposto pela modernização da agricultura, e passa a partir dessas experiências a resgatar os valores tradicionais da produção camponesa. Conforme a assessoria da APACO “foi a preocupação de que a gente precisa discutir o modelo agrícola que deu início ao trabalho com sementes crioulas, adubação verde, resgate de raças de animais, da forma de criação dos animais”. Durante o relato, ainda esclareceu que:

“A APACO foi precursora no resgate de sementes crioulas – agente nunca reivindicou a paternidade, porque há 10 mil anos os agricultores fazem isso, eles deixaram de fazer durante 30 ou 40 anos – Isso hoje resulta numa outra abordagem que é o resgate da biodiversidade, resgatar a biodiversidade que vai além do milho, do feijão, da soja, plantas medicinais, espécies florestais, arborização. Outra forma de abordagem foi a questão dos animais, resgate de raças e da forma de criação. Dando início às primeiras experiências de produção de leite orgânico na região⁶²”.

Assim, uma das principais contribuições da APACO, é o resgate do sistema produtivo camponês tradicional, aprimorando-o por meio dos estudos de agroecologia, reduzindo amplamente os custos da produção ao mesmo tempo em que favorece maior qualidade ambiental no território e a saúde familiar, bem como dos consumidores finais, em extrema oposição, por exemplo, à suinocultura confinada nos moldes de integração que discutimos anteriormente.

Segundo os esclarecimentos da entrevista a cooperação e a agroecologia são os pilares da atuação da APACO. “Esses sempre foram programas transversais dentro da associação”. A agroecologia fornecendo o referencial teórico metodológico. E a cooperação “onde muitas coisas devem ser consideradas, como por exemplo, a questão democracia, a prestação de contas, são questões que fazem parte da vitalidade das cooperativas, porque existem muitas cooperativas na região, mas que tipo de cooperativas?. São mais parecidas com empresas”. Nesse sentido destaca que “a APACO parte de uma leitura da realidade das condições econômicas e sociais das famílias, do próprio meio em que vivem e das suas condições produtivas”.

⁶² Entrevista concedida no dia 06 de agosto de 2007 por assessor da APACO.

A principal forma de articulação da APACO é por meio de redes, sendo que se veicula a 4 delas:

► Uma é a rede de crédito “que nasceu na APACO, mas que tem vida própria” é a Cooperativa de Crédito Cresol. O sistema cresol de Santa Catarina “foi criado, acompanhado, encubado por vários anos aqui e hoje tem dezenas de cooperativas de crédito que ainda se relacionam”;

► Outra rede é a de cooperativas de leite, chamada ASCOPER – Associação de Cooperativas de Leite – que é formada por 13 cooperativas de leite que reuni mais de 4 mil famílias que se reinserem no mercado. Está presente, também, no Sudoeste do PR e no Noroeste do RS. Segundo os esclarecimentos da assessoria a ASCOPER “começa a atuar no Programa de Leite Orgânico”;

► Para as agroindústrias tem uma entidade chamada UCAF – União Central de Agroindústrias Famílias do Oeste Catarinense – que reúne um conjunto de 10 cooperativas e articuladas por 73 agroindústrias em todo o oeste catarinense.

“As agroindústrias são todas familiares, todas foram financiadas pelo PRONAF a grande maioria viabilizou a permanência dos filhos nas propriedades, viabilizou a permanência de irmãos, a volta de filhos que já estavam na cidade e voltou. Estão gerando sucessores⁶³”.

A rede UCAF identifica todos os produtos com o selo “Sabor Colonial”. “O selo funciona como uma marca que identifica os produtores das agroindústrias familiares da rede e constrói uma imagem positiva⁶⁴”.



Figura 8 – Selo “Sabor Colonial” - UCAF

Fonte: APACO, <<http://www.apaco.org.br/ucaf>>

Uma quarta rede é a rede ECOVIDA, que é uma rede de ONGs de agricultores e consumidores de produtos orgânicos. Está organizada na região sul do Brasil por meio de 25 núcleos, sendo que a APACO coordena um desses núcleos que é o núcleo do oeste catarinense.

⁶³ Entrevista concedida no dia 06 de agosto de 2007 por Liderança da APACO.

⁶⁴ Camponês da Linha Sede Figueira em Chapecó.

“A cooperação com a agroecologia e a vercatização é a chave [...]. Muitas pessoas que estavam ‘de mala e cuia’ indo pra a cidade e voltaram e hoje estão bem, são referencias inclusive políticos. Casos muito bem sucedidos. Isso é incrível, estão tendo reconhecimento, retorno. São admirados na cidade. Isso é “SHOW DE BOLA”. Não tem propaganda melhor do que essa. Eles estão lá, estão bem e isso é uma imagem que não tem propaganda positiva ou negativa que apague⁶⁵”.

Em relação à organização das ações da APACO, elas ocorrem por meio das redes, de grupos e de programas “em 1993, a APACO começa a organizar programas. Montar programa é uma forma de organizar as ações”. Atualmente destacam-se seis programas que descendem dos dois programas transversais considerados “pilares” da atuação da associação: a agroecologia e a cooperação. Os princípios da atuação da APACO se fundamentam na: comercialização justa, no crédito solidário, na gestão agrícola associativa, na capacitação e intercambio e no desenvolvimento rural e solidário.

Enfim, acreditamos que a APACO corresponde a mais uma das estratégias do campesinato no oeste catarinense que favorecem o domínio camponês desse território, tanto no resgate de valores sociais e produtivos do modo de vida campesino, quanto da politização que colocam em pauta o campesinato não apenas para as famílias e comunidades camponesas, mas à sociedade de forma geral. Promovendo a luta, a resistência e a recriação do campesinato no oeste catarinense.

Deve-se destacar afinal, que os movimentos sociais, as cooperativas, associações e as redes, são apenas algumas das estratégias encontradas nas duas últimas décadas pelo campesinato no oeste catarinense para se articularem em defesa deste território. Pinheiro (1999, p. 354) destaca que:

É claro que a continuidade do associativismo depende de um grande esforço de avaliação das experiências desenvolvidas até o momento por parte de todos os setores engajados nessa proposta. No momento em que está em debate o próprio modelo de desenvolvimento da agricultura no país, essas novas experiências têm aberto espaços para se pensar as possibilidades [...]. O aprendizado de práticas de participação que vem contribuindo para a construção desse segmento em um importante ator coletivo é certamente um dos melhores resultados acumulados a partir de expressão das associações nos últimos anos.

⁶⁵ Entrevista concedida no dia 06 de agosto de 2007 por assessor da APACO.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizar o termo considerações finais nessa pesquisa é restringi-la ao curto período de tempo em que estamos nos aproximando do estudo a respeito do campesinato no oeste catarinense, a que nos propomos ao longo do trabalho, nesse sentido, esclarecemos que as considerações hora postas são apenas considerações finais do trabalho e não dessa pesquisa, pois temos clareza que esses dois anos e meio de estudos realizados a respeito do campesinato nesse território, possibilitaram apenas uma primeira aproximação entre a realidade proposta para o estudo e as considerações teóricas que desenvolvemos nesse período.

Com efeito, temos clareza que o estudo desenvolvido até aqui contribui positivamente para que o campesinato no oeste catarinense seja percebido enquanto uma classe que luta por seu domínio territorial e é resistente ao avanço, tanto monopolial quanto territorial do capitalismo. As iniciativas em prol da luta e do fortalecimento do domínio camponês no oeste catarinense têm contado, tanto com a articulação da própria classe, quanto com o apoio da igreja, da academia e de muitos políticos que se engajam nos movimentos sociais e em outras formas associativas, ou mesmo descendem delas, e trazem ao cenário social local e nacional o debate a respeito do campesinato.

Nesse sentido destacamos que outras leituras podem ser feitas a respeito das contradições entre a territorialização camponesa e a territorialização ou monopolização do território pelo capital no oeste catarinense, pois durante essa pesquisa “só vi o que consegui enxergar e só fixei como relevante aquilo que fazia sentido para mim” (WOORTMANN, K., 1990, p. 24). Por isso, aos que ainda não está claro, destaco que essa primeira aproximação com o território camponês do

oeste catarinense, que faço ao longo desse estudo, pretende ser útil, antes de tudo, à classe camponesa.

As discussões que propomos ao longo do capítulo 1, procuraram evidenciar que a lógica produtiva camponesa é regida por uma ordem moral que tem na tríade “terra, trabalho e família” suas categorias nucleantes, que determinam a campesinidade do agricultor. A partir do resgate das concepções teóricas que interpretam a agricultura sob os moldes da produção familiar, optamos por desenvolver nosso estudo a respeito da pequena propriedade familiar, considerando o conceito de campesinato enquanto de maior aproximação com a realidade pesquisada e as hipóteses formuladas a respeito dela. As contribuições de Woortmann, K. (1990) foram fundamentais para discutirmos a “qualidade camponesa” que o autor define como campesinidade e sua lógica.

Percebemos que no oeste catarinense os camponeses apresentam fortemente a influência desses valores morais que norteiam a lógica produtiva camponesa, apesar de, no entanto, destacarmos que entre os entrevistados, muitos estão ainda produzindo sob a lógica tipicamente capitalista – seja por meio dos contratos de integração, ou por adotarem uma produção nos moldes que propõem o capital – encontramos também, produtores que começam a perceber sua condição de subalternos na lógica produtiva capitalista e começam a “experimentar” formas alternativas e encontramos àqueles que tendo sofrido a exclusão dos processos produtivos propostos pelo capital passam a vivenciar novas práticas de produção, organização e vida no campo. Esses últimos têm representado cada vez maior parcela da população e encontram na luta dos movimentos sociais e das associações e cooperativas um novo horizonte camponês.

Obviamente não estamos dizendo que no oeste catarinense não predominam as relações produtivas tipicamente capitalistas, estamos sim, dizendo que cada vez maior número de camponeses consegue se “libertar” desta lógica e passam a compor o grupo, ou melhor, a rede cuja produção se fundamenta numa lógica não capitalista, apesar de integra-se ao sistema capitalista de forma geral.

Temos vivenciado nas últimas décadas o fortalecimento mundial, tanto na sociedade como na academia, do estudo de práticas “alternativas” que se caracterizam principalmente por fundamentarem-se em uma lógica produtiva não capitalista. Segundo Santos, B. (2005, p. 26) “essa amplitude de possibilidades inclui formas de conceber e organizar a vida baseada em princípios não capitalistas”.

Acreditamos que as formas produtivas “alternativas” que se desenvolvem no oeste catarinense, figuram entres as possibilidades de produção e organização não capitalistas.

Nesse sentido consideramos que se por um lado os camponeses que se territorializaram no oeste catarinense por meio das políticas de colonização implantadas no Brasil a partir do final do século XIX, para serem submetidos e complementares à lógica produtiva capitalista dos latifúndios monocultores e dos projetos desenvolvimentistas, posteriormente. Por outro lado, esses camponeses estiveram durante, praticamente um século de domínio territorial se reproduzindo e recriando no oeste catarinense. Seja por meio da migração que ainda ocorre quando os camponeses buscam novas fronteiras agrícolas para se reproduzirem, seja por meio da integração, onde os camponeses buscam num “jogo de somas não nulas” impedir o domínio territorial do capital submetendo-se à monopolização do território pela capital, no entanto, impedindo a territorialização do capital – que seria muito pior. Ou ainda, se articulando em movimentos sociais e lutando contra a sua exclusão do sistema produtivo e da terra dominados pelo capital, favorecendo a (re)territorialização do campesinato em espaços onde o capital já havia estabelecido seu domínio. A luta e articulação camponesa no oeste catarinense, principalmente a partir do final da década de 1970, por meio dos movimentos de oposição sindical, do MST, do MAB e do MMC, revelam que esta é uma forte estratégia do campesinato no oeste catarinense em defesa de seu domínio territorial.

Outra estratégia de reprodução e recriação que figura na luta pelo domínio territorial camponês neste território, são as formas associativas e cooperativas de organização desta classe que a partir da articulação em redes favorece a inserção da produção camponesa ao mercado consumidor e, principalmente, favorecem a “renovação” da lógica produtiva camponesa resgatando as “estratégias tradicionais” de produção.

Concordamos com Görgen (2004, p. 10) quando conclui que:

A agricultura camponesa busca *caminho* próprio para a sua viabilização através do associativismo e do cooperativismo, da produção para o auto-consumo familiar, da economia solidária, da industrialização e do mercado local e regional, reconstruindo a diversidade econômica, com sementes e raças crioulas, biodiversidade vegetal e animal e construindo uma vigorosa base de conhecimentos e recursos tecnológicos orientados por modelos de produção ecológicos. Nesta perspectiva, a agroecologia torna-se uma arma poderosa nas mãos dos camponeses em sua disputa com a agricultura das multinacionais.

Muitos camponeses territorializados no oeste catarinense têm encontrado nesse caminho sua principal força e estratégia de resistência e luta, onde os estudos de agroecologia, mais do que ciência e técnica, representam o resgate de formas tradicionais de produção camponesa. Como destacou a assessoria da APACO “historicamente, durante mais de 10 mil anos a agricultura utiliza estes moldes produtivos, houve apenas um lapso de tempo de 30 ou 40 anos em que se deixou esta prática”. Ou seja, não se pretende “inventar a roda”, pretende-se utilizar sua funcionalidade na construção de uma sociedade melhor.

Assim, concluímos que estão dados os primeiros passos do longo caminho que temos a percorrer na construção de um país, ou mesmo de um mundo, onde o modelo produtivo se fundamente em princípios de justiça social e respeito ao meio ambiente, onde a diversidade social e ambiental coordene a articulação do mercado numa rede de consumo e produção cooperativa. Este longo caminho, no entanto, “faz-se ao caminhar” (Boff apud GÖRGEN, 2004, p. 69).

Enfim, encerramos esse estudo, sem desejarmos encerrar este tema e, nesse sentido, provocamos:

“Quando chegar na terra, lembre-se de quem quer chegar. Quando chegar na terra, lembre-se de que tem outros passos a dar. Quando chegar na terra, não está completa a sua liberdade. Este é o primeiro passo que damos na busca de outra sociedade” (MST *apud* MORISSAWA, 2001, p. 22).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosemeire A. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ALTVATER, E. **O preço da riqueza**. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

ARAUJO, H. R. de (Org.). **Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

APACO - Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense. Disponível em: <<http://www.apaco.org.br/ucaf>>. Acesso em: 17 de setembro de 2007.

APACO - Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~dich>>. Acesso em: 16 de setembro de 2007.

APACO - Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense. Disponível em: <http://www.paginarural.com.br/noticias_detalhes.asp>. Acesso em: 16 de setembro de 2007.

BACH, C. L. **A cooperação agrícola como estratégia de reprodução da agricultura familiar do oeste catarinense: o município de Saudades**. 2001. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria - RS.

BECKER, B. K. Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. **Espaço & Debate Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, ano XI, n. 32, p 47-56, 1991.

BELANI, E. **Madeiras, balsas e balseiros no rio Uruguai: o processo efetivo de colonização no Velho Chapecó**. 1991. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC.

_____. As relações e inter-relações sócio-econômicas no Velho Chapecó. In: XIV REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA (SBPH). Salvador, 1994. **Anais...**

BELATTO, D. **Os camponeses integrados**. 1985. Dissertação (Mestrado) Universidade de Campinas, Campinas - SP.

BONI, L. A. & COSTA, B. **Os italianos no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1984.

BRANDÃO, Carlos R. **O trabalho do saber**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1999.

BUARQUE, C. **A desordem do progresso**. O fim da era dos economistas e a construção do futuro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

CAMPOS, I. **Os colonos do rio Uruguai**: relações entre pequena produção e agroindústria no oeste catarinense. 1987. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande - PB.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto/2**. Os Domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CHAUI, M. **Brasil**. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CIASC – Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br>>. Acesso em: 23 de abril de 2007.

CORREA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998. Série Princípios.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <<http://www.cpt.org.br>>. Acesso em: 16 de setembro de 2007.

COVRE, M. L. M. **A fala dos homens**: ideologia e tecnocracia (um recorte teórico do objeto). São Paulo: Brasiliense, 1983.

CRESOL - Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária. Disponível em: <<http://www.riless.org>>. Acesso em: 16 de setembro de 2007.

CUNHA, Idaulo José. **Evolução econômico-industrial de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC Edições, 1982.

DILL, Teresa M. **Contestado**: historiografia e literatura. Passo Fundo: UPF, 2004.

DUARTE, L. M. G. & BRAGA, M. L. de S. (Orgs). **Tristes cerrados**. Sociedade e biodiversidade. Brasília: Paralelo15, 1998.

ESPÍRITO SANTO, E. N. O estado e Santa Catarina, modernização da agricultura e o complexo agroindustrial. **Revista Grifos**, Chapecó, n. 7, p.129-139, 1999.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias do oeste catarinense: o caso Sadia**. 1996. 310 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo FFLCH/USP, São Paulo - SP.

_____. **As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia**. Chapecó: Grifos, 1999.

ETGES, Virginia E. In: _____. **Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo**. Santa Cruz do Sul: Editora FISC, 1991.

GARCIA JR., Afrânio. Geração de rendas, sua distribuição e trajetórias diferenciais em assentamentos de reforma agrária no Brasil (1985-1989): comentários sobre um estudo da FAO. In: ROMEIRO, A. et.al. **Reforma agrária: produção, emprego e renda o relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.

_____. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. Brasília – DF: Editora Universidade de Brasília, 1989.

_____. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GÖRGEN OFM. Frei Sérgio Antônio. **Os novos desafios da agricultura camponesa**. 3. ed. [S.l.: s.n.], 2004.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Dados municipais. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/conteudo/municipios>>. Acesso em: 18 de maio de 2007.

GUIDDENS, A.; BECK, U; LASH, S. **Modernização reflexiva**. Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997.

GUZMAN, E. S. & MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Tradução: Ênio Guterres e Horácio Martins de Carvalho. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HIRST, P. & THOMPSON, G. **Globalização em questão**. Petrópolis: Vozes, 1998.

IANNI, O. **Estado e capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de recuperação automática de dados. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso: fevereiro à setembro de 2007.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso: fevereiro à setembro de 2007.

LEFEBVRE, Henri. A cidade e a divisão do trabalho. In: **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A., 1999, p. 23-79.

LEFEBVRE, Henri. A Sociedade burocrática do consumo dirigido In: _____. **A vida cotidiana no mundo da mercadoria**. São Paulo: Ática, 1991, p.75-119.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** 4. ed. Tradução: Lívio Xavier. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **Expropriação e violência:** a questão política no campo. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1982.

_____. **O cativo da terra.** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **A imigração e a crise do Brasil agrário.** São Paulo: Pioneira, 1973.

MARX, Karl. **O capital.** Crítica da economia política. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. I. Livro primeiro. Coleção os Economistas.

MENEGAT, Alzira S. A situação das mulheres do campo: suas jornadas de trabalho. **Revista Jurídica**, UNIGRAN Dourados - MS, v. 4, n. 7, jan/jun. 2002.

_____. A situação das mulheres na sociedade brasileira. **Revista Jurídica**, UNIGRAN, Dourados - MS, v. 2, n. 3, jan/jun. 2000.

MMC - Movimento das Mulheres Camponesas do Brasil. **A história do Movimento.** Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/menu/lutas>. Acesso em: 15 de setembro de 2007.

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens. **Protestos contra a construção da barragem na foz do rio Chapecó.** Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticias>>. Acesso em: 15 de setembro de 2007.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NETO, D. **O desenvolvimento econômico.** São Paulo: Pioneira, 1966.

NOVAES, A. (Org.) **A crise da razão.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

OLIVEIRA NETO, A. Firmino. A Rua, o fetiche da mercadoria e a produção da cidade. **Revista de Geografia UFMS**, Campo Grande - MS, n. 14, p. 1 – 56, jul/dez. 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino et al. **O campo no século XXI.** Trajetória de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

_____. Barbárie e Modernidade: as Transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre.** São Paulo, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul/dez. 2003.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.

_____. O Campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje.** 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida:** a geografia dos camponeses no norte do Paraná. 2003. Tese [Doutorado] – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente - SP.

PELLIZETTI, Beatriz. **Um banco de imigrantes em Santa Catarina.** Blumenau: Coedição Gáfica 43 S.A. Ind. e Com. Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1985.

PINHEIRO, D. A agricultura Familiar e as suas organizações: o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, João C. (Org.) **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

PIZZOLATTI, R. L. Globalização e a pequena produção “integrada”. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 11, n. 21/22, p. 92-105, 1996.

POLI, Odilon Luiz. Cultura e modo de vida camponês no oeste catarinense: as bases para a organização e reação frente à crise dos anos 70. **Cadernos do CEOM**, Chapecó: UNOCHAPECÓ, ano 16, n. 15, p.107-174, 2002.

_____. Camponeses no oeste catarinense. **Cadernos do CEOM**, Chapecó: UNOCHAPECÓ, ano 15, n. 14, p.11- 61, 2001.

_____. **Leitura em Movimentos sociais.** Chapecó: Grifos, 1999.

POLI, Jacir. Caboclo: Pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM**, Chapecó: FUNDESTE, p.47-88, abril, 1991.

PONTEL, N. **Sabor da luta.** Chapecó: UNOESC, 1994.

POMAR, W. Reflexões sobre o desenvolvimento. **Teoria e Debate**, n. 49, nov-dez-jan. 2001.

RATTINER, H. **Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento.** Planejamento e Bem Estar Social. São Paulo: Perspectiva, 1979.

RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, n. 1 ao n. 8, 1995.

SANTOS, B. de S. Introdução: para ampliar o cânone produção. In: _____. **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.23-78.

_____. **A crítica da razão indolente, contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Pela mão de Alice.** O social e o político na modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, J. V. T. dos. **Colonos do vinho:** estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Matuchos:** exclusão e Luta, do Sul para a Amazônia. Tradução: Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis – RJ: Vozes, 1993.

SANTOS, Milton. **O lugar e o Cotidiano.** In: _____ **Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 2. ed. 1998. p. 251-265.

_____. **A natureza do espaço.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

SILVESTRO, M. **Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução:** o caso do oeste catarinense. 1995. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ.

SINGER, P. A economia solidária. **Revista Teoria e Debate**, n. 47, fev-mar-abr. 2001.

STEDILE, J. P. (Coord.). **A Questão agrária hoje.** Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

TEDESCO, João C. (Org.) **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

VELLOSO, R. Neocapitalismo brasileiro garante desenvolvimento e liberdade econômica. **Revista P & D**, Rio de Janeiro, ano 05, n. 55, 1977.

WANDERLEY, Maria Nazaré. Raízes históricas do Campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João C. (Org.) **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p.23 - 56.

WERLANG, A. L. **A colonização as margens do rio Uruguai no extremo oeste catarinense:** atuação da Cia. Territorial Sul Brasil (1925 a 1954). 1992. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres.** Colonos do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo/Brasília: Hucitec, Edunb, 1995.

_____. O sítio camponês. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n. 81, 1983.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n. 87, 1990.

ANEXOS

ANEXO A – Roteiro das entrevistas realizadas com os camponeses

- 1) Como chegaram ao oeste catarinense e como adquiriram a terra?
- 2) O que se produzia e o que se produz?
- 3) Que mudanças ocorreram ao longo do tempo?
- 4) Desde quando e como ocorreu a integração com a agroindústria?
- 5) Como se distribui as tarefas da produção?
- 6) Como a família organiza a produção na propriedade?
 - 6.1) Como era o sistema de integração? O que mudou neste sistema? Quantas pessoas da família trabalham com a integração? Quantas horas destinam a ela? Trabalham com outras atividades além da integração?
- 7) Como a família vê a questão do êxodo rural? Da migração? Do êxodo urbano?
- 8) Que possibilidades vêem para continuar na terra?
- 9) Como se relacionam com as outras famílias camponesas?
- 10) Participam de algum órgão ou instituição que os represente? O que acham desta representação?
- 11) Que avaliação fazem em relação ao governo e qual seria a reivindicação?

ANEXO B – Tabela: características agropecuárias dos municípios da microrregião de Chapecó no oeste catarinense

	Municípios	Área (Km2)	População	Base Econômica	Nº propriedades	Característica Relevante
01	Águas de Chapecó	138	5.782 R-3.580 U-2.202	Agricultura e Turismo	869	Atraente estância hidromineral deve seu fluxo turístico às fontes termais de água mineral.
02	Águas Frias	71,1	2.525 R-2.008 U-517	Agricultura	510	Uma fonte de águas sulfurosas.
03	Bom Jesus do Oeste	67,1	2.150 R-1.774 U-376	Agricultura		PRODUTIVIDADE DA TERRA “Tudo o que se planta, nasce e cresce com viço”.
04	Caibi	178	6.354 R-3.294 U-3.060	Agricultura	862	Cultivo de <i>citrus</i> se destaca no desenvolvimento econômico da região.
05	Campo Erê	458,4	10.353 R-4.597 U-5.756	Agricultura	3.220	Campão nacional na produtividade de milho.
06	Caxambu do Sul	144	5.263 R-3.209 U-2.054	Agropecuária	848	O cultivo da melancia destaca o município no cenário nacional.
07	Chapecó	625,60	146.967 R-12.375 U-134.592	Indústria de derivados animais	1.837	Exportação de derivados de aves e suínos.
08	Cordilheira Alta	82,5	3.093 R-2.790 U-303	Agropecuária	384	*
09	Coronel Freitas	234,4	10.535 R-6.041 U-4.494	Agropecuária	1.275	No município há 350 aviários, que trabalham integrados com as empresas Chapecó, Sadia, Perdigão, Ceval e Cooperalfa.
10	Cunha Porã	218	10.229 R-4.942 U-5.287	Agropecuária	1.368	Grupo de danças folclóricas alemãs “Green Wohn Blatz”,
11	Cunhataí	52,2	1.822 R-1.487 U-335	Agropecuária		*
12	Flor do Sertão	65,1	1.612 R-1.417 U-195	Agropecuária		90% da arrecadação vêm da agropecuária.
13	Formosa do Sul	100	2.725 R-1.834 U-891	Agricultura	451	Os primeiros habitantes foram os caboclos e jagunços da Guerra do Contestado (1912 e 1916).
14	Guatambú	206	4.702 R-3.719 U-983	Agricultura	457	Paralelamente à agricultura desenvolvem-se os alambiques, que produzem artesanalmente cachaça de boa qualidade.
15	Iraceminha	165	4.592 R-3.370 U-1.222	Agropecuária	930	A média das propriedades é de 15 hectares. 75% da população vivem na área rural e 90% da população é alfabetizada.
16	Irati	78,8	2.202 R-1.790 U-412	Agricultura	405	Foram os negros escravos – tanto os alforriados quanto os que fugiam do cativeiro – os primeiros habitantes da região.
17	Jardinópolis	67,1	1.994 R-1.1790 U-815	Agropecuária	311	*
18	Maravilha	168,7	18.521 R-4.295 U-14.226	Agropecuária	1.838	Recebeu o título de Capital da Criança. A agropecuária é responsável por 90% da renda da população As propriedades têm no máximo 50 ha.
19	Modelo	92,3	3.930 R-1.729 U-2.201	Agropecuária, Indústria Moveleira	950	É sede da Festa Estadual do Porco Assado no Rolete
20	Nova Erechim	63	3.543 R-1.823 U-1.720	Agropecuária	369	Destaca-se pelo baixo índice de analfabetismo

Continuação da Tabela: características agropecuárias dos municípios da microrregião de Chapecó no oeste catarinense

	Municípios	Área (Km2)	População	Base Econômica	Nº propriedades	Característica Relevante
21	Nova Itaberaba	135,7	4.258 R-3.831 U-425	Agropecuária	893	O nome "Itaberaba", que em tupi-guarani significa "pedra que brilha" é devido aos veios de ametista encontrados no município.
22	Novo Horizonte	151,4	3.101 R-2.378 U-723	Agropecuária	366	90% de sua população vivendo na zona rural.
23	Palmitos	347,2	16.034 R-8.082 U-8.006	Agricultura e Turismo	2.268	Complexo Turístico Termas de Ilha Redonda, situado às margens do rio Uruguai, com fontes de águas termais jorrando à temperatura de 38°C.
24	Pinhalzinho	152	12.356 R-3.043 U-9.313	Indústria e Agricultura	880	Recebeu o nome de Capital da Amizade.
25	Planalto Alegre	61	2.452 R-1.713 U-739	Agricultura	439	Desde o início prevaleceu a mão-de-obra familiar, em pequenos lotes de 10 hectares.
26	Quilombo	283,2	10.736 R-6.039 U-4.697	Agropecuária	1.747	Povoado por um grupo de pessoas que, iludidas por um falso profeta, acreditavam estar próximo o fim do mundo. Um soldado do governo, ao encontrar o grupo de fanáticos na mata, às margens do rio Chapecó, identificou-os como sobreviventes do Quilombo dos Palmares.
27	Saltinho	153,3	4.196 R-3.297 U-899	Agropecuária		Possui saltos d'água belíssimos ainda não explorados para o turismo.
28	Santa Terezinha do Progresso	113	3.416 R-2.990 U-426	Agricultura		De acordo com o IBGE, em 1991 havia cerca de 6.000 moradores e atualmente esse número não passa de 3.407.
29	Santiago do Sul	74,1	1.696 R-1.175 U-521	Agropecuária	400	Os primeiros moradores da região de Santiago do Sul foram os escravos alforriados e fugitivos que formaram um quilombo na localidade.
30	São Bernardino	210,4	3.140 R-2.611 U-529	Agricultura		Apresenta alto índice de pobreza: 80% da população.
31	São Carlos	159	9.364 R-4.017 U-5.347	Agricultura e Turismo	1.644	Destaca-se no turismo por suas fontes de água termo minerais cujas temperaturas variam de 37 a 40°C.
32	São Lourenço do Oeste	363	19.647 R-6.240 U-13.407	Agropecuária e indústria de massas e biscoitos.	1.869	80% dos moradores são descendentes de gaúchos.
33	São Miguel da Boa Vista	72	2.018 R-1.687 U-331	Agropecuária	407	Hoje 90% da renda municipal vêm da agropecuária.
34	Saudades	200,2	8.324 R-5.427 U-2.897	Agricultura e Ind. artigos esportivos	1.282	Schweinefest (festa do porco) que ocorre anualmente no mês de agosto.
35	Serra Alta	91,1	3.330 R-2.129 U-1.201	Agropecuária	475	*
36	Sul Brasil	114,9	3.116 R-2.372 U-744	Agropecuária	661	Destaca-se na região pela criação orgânica de frango.
37	Tigrinhos	58	1.878 R-1665 U-213	Agropecuária		A maior parte da população tem acima de 55anos.
38	União do Oeste	88	3.391 R-2.397 U-994	Agropecuária	573	90% da arrecadação vêm da agricultura.
TOTAL MICRORREGIÃO CHAPECÓ					30.809	

Fonte: Censo Agropecuário IBGE 1996/Prefeituras Municipais/Secretarias Regional Estadual/Moradores dos Municípios. * DADOS INDISPONÍVEIS

Organização: Regiane Martins de Oliveira Sabú, fevereiro de 2007.

ANEXO C – Gráficos: População rural e urbana na microrregião de Chapecó.
Considerou-se a influência do município de Chapecó nesse índice.

Gráfico 1 - da população rural e urbana dos municípios que compõem a microrregião de Chapecó

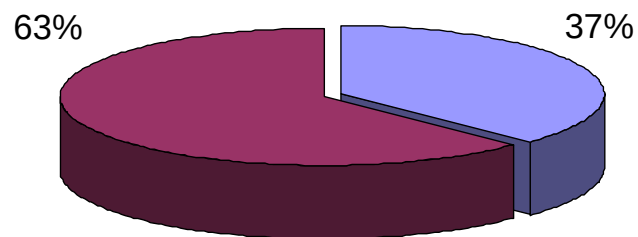
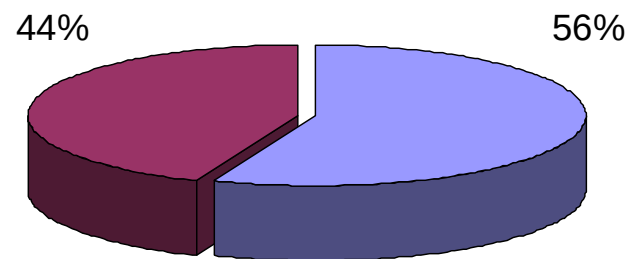


Gráfico 1 - da população rural e urbana dos municípios que compõem a microrregião de Chapecó, exceto Chapecó



LEGENDA:



População Rural



População Urbana

Fonte: Censo Agropecuário IBGE, 1996.

Organização: Regiane Martins de Oliveira Sabú, abril de 2007.